



Maria Eugenia Nico

**A paisagem urbana, os mapas mentais e a
psicogeografia Situacionista**
**Caso de estudo: uma experiência em Parque das
Missões, Duque de Caxias**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana e Ambiental do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Engenharia Urbana e Ambiental.

Orientador: Prof. Rafael Soares Gonçalves

Rio de Janeiro
Abril de 2017

Maria Eugenia Nico

**A paisagem urbana, os mapas mentais e a
psicogeografia Situacionista**
**Caso de estudo: uma experiência em Parque das
Missões, Duque de Caxias**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental da
PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora
abaixo assinada.

Prof. Rafael Soares Gonçalves

Orientador

Departamento de Serviço Social - PUC-Rio

Prof. Celso Sanchez Pereira

UNIRIO

Prof. Jean Marcel de Faria Novo

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Márcio da Silveira Carvalho

Coordenador Setorial do Centro

Técnico Científico – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2017.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Maria Eugenia Nico

Arquiteta pela Universidade Nacional de La Plata – UNLP, em 2013. Atuou como auxiliar docente nas áreas de desenho arquitetônico e estruturas na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UNLP. Participou de diversos congressos de urbanização de favelas. Trabalha como voluntária na área de Gestão Comunitária em favelas da organização TETO pesquisando soluções de projeto que promovam a participação cidadã

Ficha Catalográfica

Nico, Maria Eugenia

A paisagem urbana, os mapas mentais e a psicogeografia situacionista: caso de estudo: uma experiência em Parque das Missões, Duque de Caxias / Maria Eugenia Nico ; orientador: Rafael Soares Gonçalves. – 2017.

123 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental, 2017.

Inclui bibliografia

1. Engenharia Civil – Teses. 2. Engenharia Urbana e Ambiental – Teses. 3. Paisagem urbana. 4. Internacional situacionista. 5. Psicogeografia. 6. Mapa mental. 7. Favela. I. Gonçalves, Rafael Soares. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental. III. Título.

CDD: 624

Agradecimentos

À PUC pela oportunidade.

A Rafael pela orientação e pelo convite a participar do LEUS

A todos do LEUS – Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais – pelas experiências compartilhadas.

A turma 2015 do mestrado de Engenharia Urbana Ambiental pelas trocas interdisciplinares.

A meus pais e a meu tio Carlos pelo apoio incondicional e pela abertura a novos possíveis.

A meus irmãos e a meus primos pelos contínuos aprendizados compartilhados.

Aos moradores e voluntários do TETO que trabalham por um mundo mais justo onde todos possam ter os mesmos direitos e viver livres de todo preconceito.

A meus amigos pelo compartilhar da vida.

A minha afilhada por despertar em mim o significado da saudade.

Resumo

Nico, Maria Eugenia; Gonçalves, Rafael Soares. (Orientador); **A paisagem urbana, os mapas mentais e a psicogeografia Situacionista. Caso de estudo: Uma experiência em Parque das Missões, Duque de Caxias.** Rio de Janeiro, 2017. 123p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho está inserido no debate acerca da participação social como condição intrínseca para a intervenção urbanística na construção de cidades sustentáveis. Visando colaborar com o planejamento participativo, este trabalho tem como objetivo geral experimentar a eficácia dos mapas mentais como ferramenta de expressão da população local sobre o espaço urbano da favela. A partir de uma pesquisa em torno da Internacional Situacionista, grupo de artistas, pensadores e ativistas europeus que, contrários ao racionalismo urbano da Carta de Atenas, lutavam pela participação ativa de todos os cidadãos nos diversos campos da vida social mediante a experimentação de novas metodologias de apreensão do espaço urbano, busca-se apresentar outras possibilidades de estudar a cidade com base na relação entre a metodologia situacionista e a participação dos habitantes. Em seguida, pretende-se refletir sobre o papel do urbanista no planejamento urbano contemporâneo e algumas teorias dos inícios da pós-modernidade que buscaram incluir a população local e compreender mediante observações diretas as diferentes práticas urbanas em oposição a impor teorias de planejamento rígidas e inquestionáveis. Logo, busca-se experimentar a aplicação dos mapas mentais, adotando-se como estudo de caso uma favela em Duque de Caxias para uma análise baseada na experiência de pesquisa participante. Por fim, são alcançadas conclusões em relação à metodologia aplicada em base à eficácia da utilização dos mapas mentais como ferramenta de trabalho em busca de uma construção do espaço urbano a partir da participação ativa dos moradores locais no processo.

Palavras-chave

Paisagem urbana; Internacional Situacionista; Psicogeografia; Mapa mental.

Extended Abstract

Nico, Maria Eugenia; Gonçalves, Rafael Soares. (Advisor). **Urban landscape, mental maps and Situacionists psicogeography. Case of study: An experience in Parque das Missões, Duque de Caxias.** Rio de Janeiro, 2017. 123p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Referring to sustainable cities seems to be conceivable in a model or paradigm which recognizes the importance of including in our practices a continuous reflection of the different impacts in life conditions of all the inhabitants of our territory. If urban planner's aim is projecting spaces that transform positively how people experience the question is how it could be possible to comprehend inhabitants perception and how this could affect their participation as active citizens. In the actual world "in which neoliberalism ethic of an intense individualism, which wants everything for it and can transform in a socialization model of human personality (Harvey, 2014, p.47) ideals of urban identity, citizenship and belonging turn into a more difficult way to feed into.

This work inscribes under the debate about social participation development and presents this topic as an inherent condition for sustainability cities. In Brazil, since the guidelines which express social function of urban propriety in the urban plan of 1988, the approval of the "Estatuto da cidade" in 2001 and the inscription in the law of several participation instrument mechanisms, the space has been open for the local population to participate in the urban development at different scales. The general objective of this work is to explore mental maps as an opportunity to inhabitants express themselves in order to understand the different perceptions in a city and the connection with the geographical environment as a way of comprehending it's linking with urban participation. Connected with this general objective, in each chapter the following goals were established:

- Relate the history of Situationist International (SI), the European group of artists, idealists and activists, whom against urban rationalism promoted by the Athens Charter, had as their main objective the active participation of all citizens in different fields of social life. By experimenting new

methodological ways of study and understanding of the urban space –like psicogeography and derive - they sought for others possibilities of studding the city considering the affective perceptions of inhabitants.

- Discuss about participative planning practices and the politic function of the architect in the process. Enquire how space could be transformed in a gradual process without reprising the concept of an ideal space, but the specific practices of transforming it. To the same extent, look for references of mechanisms and techniques aimed to listen local populations and their perception of the city. Emphasize the comprehension of affective perception of space and urban landscape, through an approach on the inset of mental maps methodology, by adopting a Case of Study for an analysis based on a practical experience in Parque das Missões, in Duque de Caxias, metropolitan area of Rio the Janeiro.
- Validate the effectiveness of the methodology applied and it´s approach to conclusions such as the influence of the landscape perception variation around different areas of a same space in the Case of study.



Image 13: As a result of interviews, it is presented the mental maps distributed in an area schema.
Font: Author elaboration

Finally, these experiences with mental maps introduce new searching possibilities in relation with each geographical area and landscape perceptions by local inhabitants. Some of them are related with the abounding presence of which

results in positive influence and turns them into popular spaces. Also each map allows recognizing that particular localization where each person lives maximize or minimizing critic perception from residents. Nevertheless, landscape doesn't reflect a large quantity of problems and other factors which influence also different experiences at favelas. This results in a contradiction in relation to physical visibility which wouldn't stimulate an approach between parts. It was possible to recognize during the interviews that it's not urban form which determinates how each person's confer signification to and experiences urban space, but there are also a large amount of situations which have strongly influence. In each chapter there are exposed some considerations in relation with theories and practices presented.

The contemporary paradigm's crises is introduced at first. In it, there is an extensive amount of human rights being suppressed, particularly around slums population. This context it's requires different approaches regarding tools and methods in order to increase and raise the communication between different participants around urban planning. Particularly the relationship between town planners and local people, recognizing the relevance of population decisions and the promotion of collective efforts that are beneficial to significative transformations.

Then, situacionits's criticism about the existence of an 'ideal city' is exposed, including proclamation by modern's town planners followed by theories and critics about alienation and society passiveness. It has been exhibited as different practical experiences, which aim for new mechanisms and techniques of studying cities, where the process was more important than an ideal to be reached. Analyzing the different methodological experiences performed by the movement shows that neither experience was concluded. However, these particular methods of studying the city bring new searches in order to comprehend how a segregated city impact on the different subjectivities.

During chapter three, it is resumed the importance of local habitants active participation in the construction of the environment where they live. Participation concept is introduced, analyzing each participant's role in the process. From Guatarri's approach, variable manners of people relationship in an organization

between vertical and horizontal axis which manage different degrees of results in nature a group work are studied. Besides, Brazilian urban planning experience in Bras da Pina, Rio de Janeiro is introduced. This resulted in important achievements to overcome slum's habitant social stigma and the reconsideration of urban planner role not in an authority position, but looking for alternatives and tools around participation. Introducing Jane Jacob's and Kevin Lynch contributions, from a closed observation about how inhabitant lives and experiments cities, allows to identify theories which enable to promote collaborative construction planning. This way, it's attempted to present methodological researches, which work from urbanism context for a closer approximation between professional practice and local inhabitants.

Chapter four tells the experience of participants search at Itaipava's area, in Parque das Missões slum, Duque de Caxias region. Accompanying TETO's organization work, interviews with local inhabitants were realized, experimenting mental maps as a way to introduce situationist's urban studies in slums. At the interviews different subjects as participation, neighborhood proximity and everyday lives were discussed. This way aimed to contribute with other tools and methodologies for a closer approximation between different parts involved at urban planning.

Then, chapter number five shows the analysis of Case of Study results in order to comprehend the relationship between mental maps realized and discursive interview executed. Therefore, it was possible to recognize that physical visibility of urban landscape is not just the result of the way in which each space is experimented. There are, instead, other factors in this construction that require the research of different tools or 'new demarches' in order to involve new alternatives of dialogue and communication between different participants at urban planning. Furthermore, it's visible how vulnerability and everyday risks to which inhabitants of Itaipava are exposed are represented in the different drawings which allowed to think about emotional development and influence in subjectivity caused by daily situations that they as many others inhabitants on Brazilians slums live everyday life.

In summary, searching for a methodology in order to recognize citizens perceptions transforms into comprehending urban environment as a social and collective construction including the complexities and diversities that these structure involves. With the research in Parque das Missões, it was possible to experiment a method that allows local population to express themselves and also comprehend that urban construction considering only psychical shape, not involving the subjective aspects that are implicated in that structure, it is not sufficient to develop a significant participation of inhabitants. This way mental maps succeeded as a mechanism for population to express themselves and lead to consider different tools which through a gradual process of collective encourage stimulate to real transformation with participation of all inhabitant as urban space construction.

In participatory planning terms, urban reforms aiming participation were an important progress at politic articulation between social actors. However, it seems to be necessary to think about itself depth to effectively show that population having an active role. The experience at Itaipava's area leads to review participatory processes in order to find mechanism which assumes population virtue. It is, in some way, an intention to stimulate collective work to construct new connections and ways of intervention in urban areas, starting with processes that result in the effective transformation of the urban areas as with the inhabitant's participation in the activity.

Bibliography searched and study case's experience had generated new questions and ideas to future investigations. Through a deep study in subjective impact of unequal distribution of territory, it would be possible to recognize new research manners and approaches for a better comprehension about the social, economic and environmental imbalance produced by unequal distribution of urban space. Studying city planning seems to be relevant as a form of integrating every inhabitant in the process, avoiding the idea of urban planner deciding on what could be done, but creating a communication space in which collective decisions would become more relevant.

Following the idea of research in of this project, it's considered relevant an observation and comprehension of the different subjective traits that each mental

map realizes from narratives and descriptions experimented and their consequences in affective behaviors of inhabitants. In this work, as the main purpose is studying the community these specifications are not detailed, nevertheless at analyzing mental maps, some characteristics can be recognized in order to consider the impact of external conditions in the affective development of each interviewee. Moreover, connecting with other areas, studied about natural impact in individual's affective development can be expanded.

Furthermore, it is suggested to continue studying different psychogeographical experiences, via situationists derive or other technics which facilitate a comprehension of affectivity at different neighborhoods or areas and the manner as unequal distribution of territory intensify social imbalance at cities. It is recommended, on the other hand, an approach of participatory processes from practical experiences which could facilitate a better comprehension of different actors' positions and each communication, looking for diverse manners and mechanisms in which participation of the local population at decision making loop would be considered as essential.

Referring to the case of study a variety of suggestions are included to continue researching. There is really limited information about the area around psychical, economic, social, territorial and environmental dimensions. A deeper investigation in these questions would be extremely important and relevant to recognize the severity of precariousness and vulnerability in which Itaipava inhabitants lives every day as in lot of Brazilian slums. Therefore, by analyzing the theoretical and practical experience approached with mental maps were suggested new manners to continue reaching Brazilian slums, from different approaches, with aim to comprehend environmental, economic and social factor and also affective factors that are involved in inhabitants emotional development and increased inequality and opportunity access of each inhabitant depending on the city area life.

Keywords

Urban Landscape; Situationist Internacional; Psicogeography; Mental Map.

Sumário

1. Introdução	17
2. Psicogeografia	23
2.1. A fundação da Internacional Situacionista: Grupos precedentes e relação com as vanguardas	27
2.2. A crítica à cidade para o 'homem ideal' do pensamento urbano moderno	33
2.3. O projeto urbano de New Babylon de Constant	37
2.4. O Urbanismo Unitário	40
2.5. Deriva	43
2.6. As experiências psicogeográficas	46
3. O arquiteto e urbanista e a participação na construção da paisagem	51
3.1. O papel do urbanista e a participação	53
3.2. A observação direta da vida urbana e a clareza física: As propostas de Jane Jacobs e Kevin Lynch	59
4. Estudo de caso	67
4.1. A área de estudo	67
4.2. A aplicação do método	73
4.3. A divisão das áreas	76
5. Análise dos resultados	86
5.1. Os mapas mentais, a forma física a paisagem urbana	88
5.2. A experiência de aplicação das entrevistas	96
6. Considerações finais	104
6.1. Sugestões para pesquisas futuras	107
7. Referências bibliográficas	109
Apêndices	112

Lista de figuras

Imagem 1: Princípios de uma cidade coberta	38
Imagem 2: The Naked City. G. Debord	43
Imagem 3: Mapa da unidade de ambiência do LesHalles	48
Imagem 4: Mapa de fluxos internos e comunicações externas do Les Halles	49
Imagem 5: Projeto para Habitação em Brás de Pina	58
Imagem 6: Componentes da imagem ambiental	65
Imagem 7: Problemas da imagem de Boston	66
Imagem 8: Acessos ao bairro Parque das Missões	69
Imagem 9: Áreas faveladas nos limites do Rio Meriti	70
Imagem 10: Mapa de crescimento da área da Itaipava	71
Imagem 11: Etapas de aplicação da metodologia e a explicação do procedimento, duração, motivo e universo amostral	75
Imagem 12: Mapa mental N°13	87
Imagem 13: Os quinze mapas mentais localizados no espaço geográfico da Itaipava	88
Imagem 14: Mapa mental N°1	90
Imagem 15: Mapa mental N°2	91
Imagem 16: Mapa mental N°3	91
Imagem 17: Mapa mental N°8	92
Imagem 18: Mapa mental N°4	93
Imagem 19: Mapa mental N°12	94
Imagem 20: Mapa mental N°14	95
Imagem 21: Mapa Mental N° 9	98
Imagem 22: Mapa mental N°7	99

Lista de fotos

Foto 1: Grupo fundador da Internacional Situacionista em Cosio d'Arroscia	28
Foto 2: Pinot Gallizio, Asger Jorn, Piero Simondo e outros trabalhando no Alba Experimental Laboratory	33
Foto 3: Fotografias de Nigel Henderson. Chisenhale Road	36
Foto 4: Jane Jacobs em manifestação	60
Foto 5: Área de acumulação de lixo na margem do Rio Meriti	69
Foto 6: Modelo de construção da organização TETO	73
Foto 7: Desenho dos mapas mentais no momento das entrevistas	75
Foto 8: Imagem da via de circulação principal	79
Foto 9: Área 1. Imagem da margem do Rio Meriti na área onde as crianças brincam	79
Foto 10: Área 2. Caminho principal onde se observam os obstáculos que atravessam a rua	81
Foto 11: Área 2. Caminho principal atravessado pelos telhados que traçam uma descontinuidade da paisagem	81
Foto 12: Área 3. Área livre, geralmente pouco movimentada e de acumulação de moveis em desuso	83
Foto 13: Área 3. Beco 02. Área de circulação onde observa-se a estreiteza das fachadas	83
Foto 14: Área 4. No caminho principal se percebem as variações de largura	85
Foto 15: Área 4. Caminho principal, na curva ao fundo o cruzamento com a rua 2 e a avenida 4	85

Lista de mapas

Mapa 1: Localização do bairro no Município de Duque de Caxias, no limite com o Município de Rio de Janeiro	69
Mapa 2: Materialidade das moradias construídas na área-estudo	72
Mapa 3: Distribuição da moradias das pessoas entrevistadas	76
Mapa 4: Distribuição das áreas delimitadas para a análise	77
Mapa 5: Distribuição das construções na área 1 a partir do relevamento realizado na primeira etapa	78
Mapa 6: Distribuição das construções na área 2 e 3 em a partir do relevamento realizado na primeira etapa	80
Mapa 7: Distribuição das construções na área 3 em a partir do relevamento realizado na primeira etapa	82
Mapa 8: Distribuição das construções na área 4 em a partir do relevamento realizado na primeira etapa	84
Mapa 9: Distribuição das áreas no mapa da Itaipava	114
Mapa 10: Distribuição dos entrevistados no mapa da Itaipava	117

Não há saber mais ou saber menos,
há saberes diferentes.
Paulo Freire

1.

Introdução

O cenário global no qual nos encontramos e as problemáticas que estamos vivendo hoje de dimensões econômicas, políticas, ambientais, morais e culturais, não constituem apenas uma situação local, mas se expressam de formas diferentes em todo o mundo. É a crise de um modelo, de um paradigma, que nos levou a vivenciar situações de supressão de direitos básicos sobre a vida e sobre a existência no nosso território e particularmente no território das nossas favelas (Rolnik, 2016). Em um mundo cada vez mais urbano e desigual, não para de crescer o número de pessoas morando em condições precárias, o que demanda abordagens mais complexas e diversas na questão da construção e transformação do espaço urbano.

Como assinala David Harvey, “o modo como vemos o mundo e definimos possibilidades depende do lado da pista em que nos encontramos e a que tipo de consumismo temos acesso” (Harvey, 2014, p. 47). No mundo atual, “no qual a ética neoliberal do intenso individualismo, que quer tudo para si e pode transformar-se em um modelo de socialização da personalidade humana” (Op.cit.), os ideais de identidade urbana, cidadania e pertença tornam-se muito mais difíceis de conservar e se manter. Enquanto a função dos técnicos e planejadores urbanos seja transformar para melhor a maneira de vivenciar o espaço, resulta importante incentivar a participação cidadã e aproximar as práticas de desenho aos habitantes locais de cada bairro para uma construção verdadeiramente democrática da cidade.

Desde a metade do século XX, junto às mudanças econômicas e sociais, emerge no campo da arquitetura e do urbanismo a consciência ou consolidação de certa “*atenção de projeto com e não mais para o habitante*” (Guizzo, 2014, p.18). Em diversos trabalhos desse período, aparece a participação, a colaboração, as lutas políticas declaradas, o combate ao autoritarismo exercido nas práticas de projeto, junto com diversas experiências e análises que buscavam incorporar temas ligados à antropologia, história, filosofia, sociologia, psicologia, geografia e

às tradições locais do construir. Entre os movimentos¹ que demonstram um panorama da época e como crítica incisiva à arquitetura racionalista, pode-se citar a Internacional Situacionista (IS): Guy Debord, Asger Jorn, Constant com uma forte crítica à arquitetura e o urbanismo do espetáculo e de um habitante passivo na cidade, ou também a forte reação norte-americana: Kevin Lynch e Jane Jacobs buscando de diferentes maneiras uma relação direta com o habitante da urbe. No caso brasileiro, Carlos Nelson Ferreira dos Santos e as ações pioneiras de intervenção nas favelas, entre muitos outros arquitetos e urbanistas, que, de modo difuso, e em diversos países foram levantando questões, criando ferramentas, dispositivos, procedimentos e ensaiando alternativas a fim de construir uma arquitetura e um urbanismo mais conectado com as práticas cotidianas dos habitantes.²

Aproximando-nos ao contexto atual, dentro do campo jurídico no Brasil existem avanços que impulsionam à participação cidadã nos projetos de planejamento. A legislação previu, como mencionado no trabalho, diversos mecanismos e instrumentos de participação. Contudo, a produção estatal de moradia no Brasil durante a última década apresentaria resultados deficientes sob o ponto de vista da qualidade da arquitetura e de sua inserção urbana. Por exemplo, na escala federal, com o programa Minha Casa Minha Vida, foram entregues 3,2 milhões de unidades habitacionais no período de Março 2009 a Dezembro 2016³, no qual 49% das casas construídas o foram na faixa de renda familiar de até R\$1.800,00. Essas moradias apresentaram falhas de construção⁴. Desta forma, o interesse do mercado privado pareceria ter colocado a habitação de Interesse Social em favor de fins lucrativos ou, como afirma Harvey, “nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades particulares” (Harvey, 2014, p.63).

¹ Desenvolveremos com maior profundidade esses movimentos e teorias mais adiante.

² Outros exemplos que podem ser citados são o Team X, ainda buscando afirmar o Movimento Moderno, com o casal Smithson e a tentativa de rever os grandes conjuntos e Aldo Van Eyck ao incorporar a perspectiva da criança no projeto. Trabalhos como os de Christopher Alexander buscando de diferentes maneiras uma relação direta com o habitante ou John Turner e a questão dos mutirões ou da autoconstrução (Guizzo, 2014).

³ Fonte: Mensagem ao Congresso Nacional do presidente Michel Temer em 02/02/2017. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2017/02/em-carta-ao-congresso-temer-defende-aprovacao-de-reformas-para-tirar-o-pais-da-crise>.

⁴ Fonte: Auditoria realizada pelo Ministério de Transparência sobre 189.763 unidades habitacionais do programa. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral, quase-50-das-casas-do-minha-casa-minha-minha-vida-tem-falhas-de-construcao 70001654211>.

Diante desse cenário crítico, e apontando a uma escala de planejamento no nível de projeto, vale investigar a produção do espaço urbano mediante ferramentas que possibilitem uma aproximação aos habitantes locais e sua relação com o mesmo. Trata-se, assim, de buscar uma melhor qualidade da intervenção com uma maior participação dos habitantes no processo a fim de retomar o sentido de identidade urbana e de cidadania na construção da cidade. De esta forma, o problema de pesquisa se situa em questionar como se poderia contribuir com a urbanização de favelas a partir de teorias que propõem a participação dos habitantes locais nas práticas de projeto. Visando colaborar com o planejamento participativo, este trabalho tem como objetivo geral experimentar a eficácia dos mapas mentais como ferramenta de expressão da população sobre o espaço urbano da favela. O quadro específico de análise é a favela Parque das Missões no município de Duque de Caxias, região metropolitana do Rio de Janeiro. Buscando maior consistência ao objetivo geral, são também estabelecidos, em cada capítulo os seguintes objetivos específicos:

- Relatar a história da Internacional Situacionista (IS), a partir do seu aporte ao campo urbanístico e sua crítica ao caráter autoritário do urbanismo como também as experiências que buscavam uma apreensão diferente do espaço urbano.
- Discutir sobre as práticas de participação e a função política do arquiteto no processo de indagar sobre a transformação do espaço como um processo gradual sem retomar a ideia de um espaço ideal, mas de estímulo ao trabalho coletivo e a participação. Da mesma forma, buscar referências sobre mecanismos e técnicas que visavam por ouvir as populações locais e suas diferentes percepções em relação à cidade.
- Enfatizar a compreensão do espaço e da paisagem urbana e sua relação com a participação, através de uma pesquisa participante e a abordagem da metodologia de mapas mentais, atribuindo-se ao Estudo de Caso a favela Parque das Missões.
- Apontar indicativos, usos, e eficácia da aplicação metodológica abordada em base à ferramenta utilizada.

Para alcançar tais objetivos, o trabalho é estruturado, a partir desta primeira parte enquanto introdução – cujo objetivo é contextualizar o estudo –, e de mais

quatro capítulos, encerrando com as considerações finais sobre a análise e os objetivos apresentados.

No segundo capítulo, é apresentada a recopilação bibliográfica sobre a Internacional Situacionista, grupo de artistas, pensadores e ativistas europeus que, contrários ao racionalismo urbano da Carta de Atenas, encontravam-se a favor da participação ativa de todos os cidadãos nos diversos campos da vida social, experimentando novas metodologias de apreensão do espaço urbano. Em particular se exporá o período entre sua formação, em 1957, até o ano 1962, momento em que o grupo abarca a ideia do ambiente urbano como meio para fomentar a participação dos habitantes na sociedade. Nesse período, desenvolvem-se algumas experiências, como a deriva, que visavam compreender as diferentes “ambiências” das cidades, quer dizer às representações que apontavam á incluir os efeitos do meio geográfico sobre o comportamento afetivo dos habitantes.

O terceiro capítulo propõe uma análise do planejamento participativo e a relação entre os diversos atores no processo, enfatizando o papel do arquiteto e urbanista e sua função na atuação profissional como prática para fomentar a participação dos habitantes locais, mediante o afastamento da pura verticalidade hierárquica como da simples horizontalidade comunitária, para estruturas de transversalidade que permitam uma maior amplitude de participação coletiva. Da mesma forma, na busca de referências teóricas, é apresentada a análise de Jane Jacobs e sua proposta a favor da observação das práticas cotidianas para planejar as cidades. Analisamos também o trabalho de Kevin Lynch sobre o estudo da forma física do espaço urbano desde como é percebida pelos seus habitantes.

O quarto capítulo, por seu lado, propõe uma experiência de aplicação metodológica dos mapas mentais, tendo como quadro específico de análise a favela Parque das Missões no município de Duque de Caxias, região metropolitana do Rio de Janeiro. A partir de uma pesquisa participante junto com a organização TETO⁵, em função de compreender as diferentes observações do espaço segundo

5 O TETO é uma organização internacional presente na América Latina e Caribe, que trabalha pela defesa dos direitos de pessoas que vivem em favelas muito precárias através de um processo de fortalecimento da comunidade e que estimule a organização e participação de moradores para a geração de soluções. A sua vez promove o envolvimento de diferentes atores da sociedade no desenvolvimento de soluções concretas para superar a pobreza e trabalha pela incidência em polí-

as características da paisagem e sua possível articulação com a participação no planejamento, busca-se experimentar a ferramenta proposta para incluir uma análise do espaço urbano que se aproxime à percepção dos moradores locais.

No quinto capítulo, são apresentados os resultados da aplicação metodológica desde uma análise a partir de dois eixos. O primeiro refere à interpretação dos mapas mentais enquanto aos desenhos realizados e os diálogos com cada entrevistado. O segundo se centra na avaliação e análise da eficácia da aplicação metodológica para ser utilizada como ferramenta de expressão da população a qual mediante um processo de estímulo ao trabalho coletivo, junto com arquitetos e instituições como TETO, poderiam construir novas pautas reivindicatórias para os poderes públicos de forma a suscitar transformações participativas.

Nas considerações finais, sintetizam-se as abordagens realizadas nos capítulos anteriores no sentido da análise teórica e metodológica desenvolvida ao se apresentarem alguns indicativos para continuar com a busca de ferramentas que visem por uma compreensão do espaço a partir dos habitantes como base para promover a participação cidadã. Em síntese, a metodologia deste trabalho consiste numa experimentação prática de teorias que buscaram ferramentas para compreender as diversas percepções sobre o espaço urbano dos habitantes das cidades, avaliando-se criticamente seus conteúdos e aspectos e repensando seus métodos de aplicação e possibilidades de inovação.

Por fim, este trabalho procura descrever a participação social como uma alternativa ao modelo de desenvolvimento individualista que oprimiria os direitos básicos sobre a vida de milhares de indivíduos no planeta. Busca-se, ainda, analisar as novas ferramentas atuais a fim de ampliar a capacidade de diálogo entre o arquiteto e urbanista e os habitantes de suas áreas de ação. Assim, a proposta se justifica pela relevância de novas buscas na concepção do espaço que visem pela participação efetiva da população local e não como meramente passivos ao que a cidade atualmente lhes oferece. Entendemos que os cidadãos, através da descrição de suas práticas urbano-espaciais, possam retomar o sentido de identidade urbana

e de pertença. Segundo Henri Lefebvre, o direito a cidade⁶ seria: “o direito à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais” (2001, p.139).

⁶ Lefebvre, Henri. “Direito a Cidade” (2001)

2. Psicogeografia

Psicogeografia: Estudo dos efeitos exatos do meio geográfico, conscientemente planejado ou não, que age diretamente sobre o comportamento afetivo dos indivíduos.⁷

A palavra psicogeografia foi um conceito definido pelos membros da Internacional Situacionista para designar a metodologia utilizada no seu estudo do ambiente urbano. Enquanto a geografia, afirma Debord (1955 apud Jacques 2003, p.39), é interpretada como “a ação determinante de forças naturais gerais, como a composição dos solos ou os regimes climáticos, sobre as formações económicas da sociedade”, a psicogeografia “seria então uma geografia afetiva, subjetiva, que busca cartografar as diferentes ambiências psíquicas” (Jacques, 2003, p.23). Este conceito foi apresentado pela primeira vez nas publicações da revista *Potlach* – as quais representavam as ideias da Internacional Letrista, grupo que se converteria logo na Internacional Situacionista– e seu objetivo era representar no mapa uma nova forma de apreensão do espaço urbano, que seria experimentado a partir de uma técnica de passagem rápida por ambiências variadas, principalmente sobre espaços públicos (Op.cit., 2003).

Ao redor do mundo, existem vários autores que trabalharam em decifrar e relatar as experiências em torno da psicogeografia e do pensamento urbano situacionista. Dentre eles o filósofo alemão Anselm Jappe e seu diretor de estudos Mario Perinola –os quais tiveram contato direto com o próprio Debord –se destacaram por organizar e analisar as influências e construções do pensamento do fundador da Internacional Situacionista, tais como as transformações do mesmo movimento ao longo do tempo. Outros autores contemporâneos europeus, que publicaram textos com a orientação situacionista para o campo do urbanismo, foram o italiano Libero Andreotti junto com Xavier Costa –o livro “Situacionistas. Política, Arte, Urbanismo”- o inglês Simon Sadler –o livro “The Situacionist City” [A

⁷Internacional Situacionista, 1958. *Definições*. Texto apresentado na publicação nº1 da Internacional Situacionista, 1958 apud JACQUES, 2003, p.65

cidade situacionista] e o ensaio de Peter Wollen, *Situacionist and Architecture* [Situacionistas e arquitetura]⁸.

No Brasil, nos últimos anos, existem alguns autores que vêm estudando as teorias deste grupo de artistas, pensadores e ativistas europeus com o objetivo de repensar a construção das cidades brasileiras desde uma perspectiva distinta. Provavelmente, uns dos primeiros em introduzir esta corrente no campo acadêmico brasileiro, foi o professor Carlos Roberto Monteiro de Andrade – traduzindo textos situacionistas para a revista *Oculum*⁹, em 1993. Dez anos depois, a professora Paola Jacques Berenstein publicou uma antologia de textos divulgados na IS sobre a cidade e traduzidos ao português que deu início a uma série de análises posteriores como o de Vanessa Grossman, quem analisa o papel na arquitetura e o urbanismo da IS a partir das influências dos movimentos anteriores às suas publicações.¹⁰

O objetivo da Internacional Situacionista, por sua vez, consistia na luta contra ‘o espetáculo, a cultura espetacular e a espetacularização em geral’ que criticava a sociedade moderna (Jacques, 2003, p.13) e na procura da participação dos indivíduos em todos os campos da vida social. Assim, sua ideologia promovia o estudo teórico e a aplicação prática de uma revolução cultural baseada principalmente na construção de situações. Era situacionista –diz a publicação nº1 da IS¹¹ –quem ‘se refere à teoria ou à atividade prática de uma construção de situações. Indivíduo que se dedica a construir situações.’ Uma situação construída seria então ‘um momento de vida, concreta e deliberadamente construído pela organização coletiva de uma ambiência unitária e de um jogo de acontecimentos’ (Op.cit., 2003, p.21)

⁸ ANDREOTTI, L. e COSTA, X. (eds.). *Situacionista: Arte Política, Urbanismo*, Barcelona, Museo d’Arte Contemporani de Barcelona, ACTAR, 1996. SADLER, S.; *The Situacionist City*, Cambridge e Londres, The MIT press, 1998. WOLLEN, P. “Situacionists and architecture”, In: *New Left Review*, 8, mar-apr 2001, pp. 123-9.

⁹ A primeira seleção e tradução de textos situacionistas no Brasil foi realizada por Carlos Roberto Monteiro de Andrade para o nº 4 da revista *Oculum* (PUC-Campinas, editada na época por Abilio Guerra) em 1993.

¹⁰ JACQUES, P.B (org.); *Apologia da Deriva. Escritos Situacionistas sobre a Cidade*. Rio de Janeiro, Editora Casa da Palavra, 2003. GROSSMAN, Vanessa “A arquitetura e o urbanismo revisitados pela Internacional Situacionista”. São Paulo. Editora Annablume, 2006.

¹¹ As publicações originais da *Internationale Situacionniste* (título em francês) realizadas em periódicos franceses entre 1958 e 1969 são apresentadas neste trabalho através da tradução ao português na seleção de Paola Berenstein Jacques, 2003.

A construção de situações começa após o desmoronamento moderno da noção de espetáculo. É fácil ver a que ponto está ligado à alienação do velho mundo o princípio característico do espetáculo: a não participação. Ao contrário, percebe-se como as melhores pesquisas revolucionárias na cultura tentaram romper a identificação psicológica do espectador com o herói, a fim de estimular esse espectador e agir, instigando suas capacidades para mudar a própria vida. A situação feita de modo a ser vivida por seus construtores. O papel do público, se não passivo pelo menos de mero figurante, deve ir diminuindo, enquanto aumenta o número dos que já não serão chamados atores, mas, com novo sentido do termo, vivenciadores. (Debord¹², 1957 apud Jacques, 2003, p.57)

Em termos gerais, o projeto situacionista, segundo Perinola (2007), poderia ser dividido em dois momentos. Ao longo dos anos em que o movimento se consolidou, difundiu as teorias e críticas à alienação e passividade da sociedade e promoveu experiências práticas para afirmar a premissa da construção de situações e experimentou um desvio no ano 1961. Se, em um primeiro momento, as principais preocupações seriam relacionadas aos temas de urbanismo e uma superação da arte vanguardista que concluísse numa ‘arte integral’ com espaço urbano como meio de ação. Em um segundo momento, sobretudo a partir da publicação nº6 da IS¹³ (Op. cit. 2007), -foram 12 publicações ao total, com forte influência da corrente francesa, principalmente de Guy Debord. O que faz com que o movimento se direcione para questões políticas, tendo grande protagonismo nas manifestações de maio de 1968.

Alguns anos depois, apesar das diversas atuações situacionistas que marcaram os acontecimentos de Maio de 68, a IS, após um fortalecimento fugaz, entrou em crise e se dissolveu em 1972. Segundo Jacques (2003, p.18), um fim que seria para seu fundador um verdadeiro começo:

O movimento das ocupações [Maio de 1968] foi o início da revolução situacionista, mas foi só o começo, como prática da revolução e como consciência situacionista da história. É só agora que toda uma geração, internacionalmente, começou a ser situacionista. (Debord¹⁴, 1972 apud Jacques, 2003, p.18)

¹² DEBORD, G. *Relatório sobre a construção de situações e sobre as condições de organização e de ação da tendência situacionista internacional*. Texto apresentado na conferência da fundação da Internacional Situacionista de Cosio d’Arroscia, julho de 1957.

¹³ JACQUES, 2003. Na publicação nº6 da IS são apresentados uma série de textos dedicados ao urbanismo tais como *Crítica ao urbanismo*; *Programa elementar do bureau de urbanismo unitário*; *Perspectivas de modificações conscientes na vida cotidiana* e *Comentários contra o urbanismo*.

¹⁴ DEBORD, G. “Thèse sur l’Internationale Situationniste et son temps”, In: *La véritable scission dans l’Internationale Situationniste*, com Gianfranco Sanguinetti, Paris, Champ Libre, 1972.

Na mesma linha de análise, existem entre os situacionistas duas orientações distintas que tentam se conectar. Por um lado, a inspiração técnico científica, influenciada pelas experimentações dos artistas Pinot-Gallizio e Constant, e, por outro lado, a inspiração social-revolucionária inculcada por Debord, que se veria concretada no livro que escrevera em 1967 (*La Société du spectacle*)¹⁵. Na perspectiva de Perinola,

a falta de uma possibilidade subversiva em curto prazo como a dificuldade de identificação concreta das manifestações autônomas da consciência proletária, permitiram as duas tendências situacionistas procederem em conjunto, embora fosse de maneira provisória e aos poucos. (Perinola, 2007, p.17)

A ideia situacionista de construção de situações como meio de transformação revolucionária da vida cotidiana, revisita bastante a tese defendida por Henri Lefebvre, que foi inicialmente próximo da IS, de construção de momentos, em sua trilogia *Critique de la vie quotidienne*¹⁶. A situação construída se assemelha à ideia de momento e poderia ser efetivamente vista como um desenvolvimento do pensamento lefebvrieriano. Apesar das duas ideias estarem ligadas com a questão do cotidiano, os situacionistas criticariam um tom passadista na teoria dos momentos, trazendo a ideia de ‘criação de momentos novos’¹⁷ (Jacques, 2003, p.21)

Efetivamente, o interesse situacionista pelas questões urbanas foi consequência da importância que outorgavam ao meio urbano, como terreno de ação a partir da proposição de uma arte integral, que estaria em relação direta com a cidade e com a vida urbana em geral (Op.cit., 2003). Entretanto, essa atitude utópica e, portanto, difícil de ser aplicada em termos práticos levou os situacionistas a diversas experiências para pensar um novo modelo de cidade.

¹⁵ JACQUES, 2003. Além dos números da IS e *La société du spectacle* de Debord, três publicações de seus membros foram determinantes na formação do espírito revolucionário pre-68: o folheto coletivo publicado em 1966 *De la misère en milieu étudiant, considéré sous ses aspects économique, politique, psychologique, sexuel et notamment intellectuel, et quelques moyens pour y remédier* e o livro do situacionista Raoul Vaneigem (1967) *Traité de savoir-vivre à l'usage des jeunes générations*.

¹⁶ JACQUES. p.34 O primeiro livro, *Introdução a la critique de la vie quotidienne*, é publicado em 1946; o segundo, *Critique de la vie quotidienne*, em 1963, e o último e mais conhecido em 1968: *La vie quotidienne dans le monde moderne*.

¹⁷ A separação do Lefebvre da Internacional Situacionista, segundo Jacques (2003), foi devido a Debord não aceitar as implicações institucionais de Lefebvre com o partido comunista e com a universidade. Além disso, numa entrevista realizada a um jornal norte-americano, Lefebvre assume sua desvinculação do grupo devido à intolerância do Debord por questões sobre a organização de uma publicação.

Assim, recuperando o conceito de psicogeografia aplicado à cidade, este capítulo desenvolverá a formação deste grupo e as principais influências na sua consolidação, assim como analisará a sua crítica ao pensamento urbano moderno dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) e a relação do pensamento da Internacional Situacionista com o Team X¹⁸ e outros movimentos da época. Será, ainda, abordada a formulação, embora que contraditória, do pensamento urbano situacionista e, por fim, retomaremos a teoria crítica do Urbanismo Unitário, a técnica da deriva, e as diferentes experiências psicogeográficas.

2.1.

A fundação da Internacional Situacionista: Grupos precedentes e relação com as vanguardas

De tantas histórias de que participamos, com ou sem interesse, o único aspecto que ficou e apaixona é a pesquisa, fragmento por fragmento, de um novo modo de vida. Pouca atenção merecem algumas disciplinas, estéticas ou não, cuja insuficiência a esse respeito logo se percebe. Será necessário definir algumas áreas provisórias de observação, nas ruas, de certos processos do acaso e do previsível. *Les lèvres nues* nº6. (Debord, 1955. apud Jacques 2003, p.42)

A Internacional Situacionista foi estabelecida no dia 28 de Julho de 1957 em Cosio d'Arroscia pelos franceses Guy Debord e Michèle Bernstein; o dinamarquês Asger Jorn e os Italianos Giuseppe Pinot-Gallizio, Walter Olmo, Piero Simondo e Elene Verrone e o britânico Ralph Rumney (foto 1). Na própria história do movimento, existem, na leitura de Perinola (2007), duas principais preocupações desde a sua formação. Primeiramente, a ideia de romper de forma definitiva com o ecletismo cultural da época, que ocultava interesses comerciais das vanguardas anteriores e, paralelamente, a consciência de viver num período histórico de rapidíssima e radical transformação, que estava abrindo um âmbito muito amplo de novas possibilidades. Seja por uma crítica ao passado como por uma proposta futura, muitos dos caminhos da arte e arquitetura moderna do pós-guerra foram referenciados criticamente pelas trajetórias dos grupos que convergiram na formação da Internacional Situacionista. Entre eles, a Internacional Letrista, o Comité Psicogeográfico de Londres e o Movimento Internacional por uma Bauhaus Imaginista.

¹⁸ MONTANER, 1993. Grupo de arquitetos dentro dos CIAM que criticaram o pensamento urbano moderno e responsáveis da organização do 10º CIAM dedicado ao hábitat humano em 1956.



Foto 1: Grupo fundador da Internacional Situacionista em Cosio d'Arroscia, 1957.

Fonte: Blog sobre a Internacional Situacionista.

Disponível em: <http://www.notbored.org/group-shots.html>

Sediada em Paris, a Internacional Letrista surgiu em 1952, da separação de Debord com o Movimento Letrista do poeta romeno Isidore Isou¹⁹ (1925-2007) e seu colega francês Gabriel Pomerand (1926-1972). O principal interesse do grupo era o espaço urbano como cenário da reinvenção criativa da vida cotidiana, liberada dos valores recebidos da funcionalidade e hierarquia social que estavam implantados na época. Sua formação em geral foi inconstante- movimento que se repetiria logo com a Internacional Situacionista²⁰. Contudo, entre os membros mais influentes e editores de *Potlatch*, estavam a já citada Michele Bernstein, André-Frank Conord, Mohamed Dahou, Gil Wolman e Jacques Fillon.

Enquanto inicialmente as questões tratadas oscilavam entre a crítica teórica da vanguarda dadaísta e surrealista e as ideias de uma 'arte superior', em um momento mais avançado passaram a tratar da relação entre arte e vida e em particular do meio urbano como terreno de ação, da produção de novas formas de intervenção, sobretudo da crítica ao funcionalismo moderno. Jappe (1999 apud Grossman 2006, p.82) resume os objetivos dessa última publicação, que era distribuída gratuitamente, da seguinte forma:

¹⁹ JAPPE, 1999 apud GROSSMAN, 2006, p.70 Debord conhece os membros do Movimento Letrista quando o grupo apresentava no Festival de Cannes o filme *Traité de Baze et d'Éternité* (A Bobagem e o Ensaio da eternidade), com diversos monólogos e poesias onomatopeicas e margens estáticas rasgadas ou riscadas. Segundo o Letrismo tudo deveria ser desmontado e então reconstruído não pela economia e sim pela "criatividade".

²⁰ PERINOLA, 2007, P.34 A partir de 1960 com a orientação firme do grupo para o movimento revolucionário, Constant junto com a seção Alemã e a seção Italiana (Pinot-Gallizio e G. Melanotte) são expulsos, fato que irá segundo Perinola manifestar dois limites fundamentais do movimento: a confusão entre a rejeição do ecletismo e o sectarismo.

Potlacht reclama a unidade da arte e da vida, não para reduzir a arte à vida atualmente existente, mas, ao contrário, para elevar a vida ao que a arte prometia. A riqueza da vida, prometida pela arte, e as técnicas de intensificação das sensações que distinguem as práticas artísticas, devem encontrar-se no cotidiano.

Os textos produzidos pelo círculo letrista foram publicados em 4 números de *Internationale Lettriste* (1952-1954) e 29 números de *Potlatch*²¹. Os primeiros números de *Potlatch* eram semanais – aparecem todas as terças, tornando-se mensais do número 12 até 26, e finalmente, perdendo sua periodicidade daí em diante, até a última publicação de número 30, já então com o subtítulo de “Informações interiores da Internacional Situacionista.” Este foi, por sua vez, o primeiro e último número de uma nova série produzida em Amsterdã, que cede espaço para os doze números de “Internacional Situacionista”.

Diversos artigos de *Potlacht* apresentam uma disputa entre o urbanismo moderno e a filosofia letrista. De um lado, o urbanismo moderno²² de papel conservador da sociedade burguesa e sua ideia de felicidade articulada sobre dois temas dominantes: a circulação dos automóveis e o conforto da casa. “De tal maneira, afirma Perinola (2007, p.26), que os arquitetos funcionalistas terminam construindo cemitérios de concreto armado onde grandes massas da população são condenadas a se cansar até a morte”. Por outro lado, já anunciavam algumas ideias e práticas que depois passariam a ser a base do pensamento urbano situacionista: a psicogeografia, a deriva e, principalmente, a construção de situações (Jacques, 2003, p.16).

Dentro os textos produzidos pelo círculo letrista, talvez o que diz mais respeito à aproximação de suas premissas à arquitetura e o urbanismo, seja “Formulaire pour un urbanisme nouveau” (Formulário para um novo urbanismo). Com a ideia de “todos hesitam entre o passado que vive no afetivo e o futuro que já nasce morto” neste texto, escrito em 1953, por Gilles Ivain, aparece a crítica às cidades contemporâneas e o fracasso das vanguardas da primeira metade do século, a banalização do planeta invadida pela produção e pelo conforto e o caráter mecânico da arquitetura moderna.

²¹ O último número de *Potlatch*, o nº30, já foi publicado depois do fim da IL e do início da IS.

²² JACQUES, 2003. Entre os textos mais radicais publicados em *Potlatch* contra a arquitetura e o urbanismo funcionalistas modernos podem ser citados: *Construction de Taudis, Le gratte-ciel par la racine, Une architecture de l'avie, L'architecture et le jeu e Projet d'embellissements rationnels de la ville de Paris*.

A arquitetura é o meio mais simples de articular tempo e espaço, de modular a realidade, de fazer sonhar. Não se trata apenas de articulação e de modulação plásticas, expressão fugaz de beleza. Mas de modulação influencial, que se inscreve na eterna curva dos desejos humanos e do progresso na realização desses desejos. (Ivain²³, 1953. apud Jacques, 2003, p.63).

Entre as propostas sugeridas por Ivain, apontam para a criação de novas ambiências através das quais os homens poderiam viver em derivas permanentes onde a “atividade dos moradores será a deriva continua. A mudança da paisagem de hora em hora vai levar ao completo desarraigamento” com a ideia de que “a arquitetura de amanhã será portanto um meio de modificar os atuais conceitos de tempo e espaço. Será um meio para *conhecer e agir*”. (Op.cit.)

Evidentemente, um dos pontos de conexão entre o Movimento Letrista, a Internacional Letrista e a Internacional Situacionista seria a crítica às vanguardas europeias, em especial ao futurismo, ao dadaísmo e ao surrealismo. Fundamentavam-se na própria incapacidade dessas vanguardas de mudarem o mundo e de se limitarem em posições doutrinárias. Anselm Jappe chega a caracterizar os situacionistas como “os sucessores da autocritica das vanguardas” (Jappe, 1999 apud Grossman 2006, p. 197), considerando-se os mais legítimos de seus herdeiros.

A própria noção de vanguarda coletiva, com o aspecto militante que implica é um produto [...] da necessidade de um programa revolucionário coerente na cultura. [...] A esse respeito é notável a progressão entre o futurismo, o dadaísmo, o surrealismo, e os movimentos formados após 1945. Descobre-se, porém em cada um desses estágios a mesma vontade universalista de mudança; e o mesmo esfacelamento rápido, quando a incapacidade de mudar profundamente o mundo real acarreta um recuo defensivo para as próprias posições doutrinárias cuja insuficiência acaba de ser revelada. (Debord²⁴, 1958. apud Jacques, 2003. p.63).

A vanguarda que teria uma relevância importante no pensamento situacionista seria a surrealista, que procurou definir o terreno de uma ação construtiva, diferente da ideia de desconstrução total dadaísta, incorporando alguns elementos psicanalíticos de Freud na maneira de pensar vanguardista. Influenciados pelas ideias de seu fundador, André Breton, sobre o papel do inconsciente no comportamento humano, o surrealismo estendeu os métodos descobertos pela pintura ao cinema e a alguns aspectos da vida cotidiana. Quase sempre moderado por condi-

²³ O presente texto foi publicado na primeira publicação da Internacional Situacionista em 1958. Possui algumas modificações em comparação com o original que foi elemento decisivo na nova orientação assumida então pela vanguarda experimental.

²⁴ DEBORD, G, 1958. *Questões preliminares à construção de uma situação*. Publicado em IS nº1

ções comerciais, para os situacionistas, o surrealismo era uma eficaz medida de luta contra os mecanismos confucionistas da burguesia. O erro que está na própria raiz desta vanguarda, segundo Debord (1957 apud Jacques 2003, p.46) é ter acreditado que o inconsciente era a grande força, enfim descoberta, da *vida*. A abordagem entre o racional e o irracional iria a ser tomada pelo próprio Debord, que assumiria que é preciso avançar e racionalizar mais o mundo como primeira condição para torna-lo *apaixonado*.

O surrealismo – ao se opor a uma sociedade aparentemente racional, em que a ruptura era levada ao absurdo entre a realidade e os valores ainda fortemente proclamados – serviu-se contra ela do irracional para destruir seus valores lógicos superficiais. O próprio êxito do surrealismo está muito no fato de a ideologia dessa sociedade, em sua fase mais moderna, ter desistido de uma estrita hierarquia de valores fictícios, mas servindo-se por outro lado abertamente do irracional e por isso, dos resquícios surrealistas. A burguesia precisa sobretudo impedir um novo arranco do pensamento revolucionário. Ela teve consciência do caráter ameaçador do surrealismo²⁵.

As influências das vanguardas sobre o pensamento situacionista foram marcadas pela vontade – reduzida somente a uma teoria crítica com pouca aplicação prática – de um programa revolucionário coerente na cultura que abrangesse uma mudança profunda da sociedade. Entre o surrealismo e a IS, afirma Perinola (2007, p.41), existe um salto qualitativo na rejeição das obras e na ruptura com os ambientes artísticos e, sobretudo, na abertura de um horizonte problemático incomparavelmente mais amplo do que o surrealista, colocando maior atenção na crítica do que na superação ou realização pragmática.

Entre os grupos que conformaram a fundação da International Situacionista se encontra também o supracitado London Psychogeographical Association (LPA) representado pelo britânico Ralph Rumney. Excluído da IS, junto com a maior parte dos italianos um ano após da reunião inicial (Perinola, 2007), Rumney foi provavelmente o primeiro situacionista a tentar efetuar reconhecimentos psicogeográficos a partir de experimentos com fotocolagens, como o Map of Venice. Embora exista pouca informação sobre as experiências de Rumney em

²⁵ DEBORD, G. 1957 *Relatório sobre a construção de situações e sobre as condições de organização e de ação da tendência situacionista internacional*. Texto apresentado na conferência de fundação da Internacional Situacionista de Cosio d'Arroscia, julho 1957 apud JACQUES, 2003, p.47

Veneza²⁶, foi a primeira intenção, após a fundação da IS, de uma realização de uma pesquisa psicogeográfica.

Rumney, que conseguiria estabelecer os primeiros elementos para um mapa de Veneza cuja técnica de notação era nitidamente superior a toda cartografia psicogeográfica anterior, comunicava suas descobertas aos colegas, passava-lhes as primeiras conclusões e expectativas. Em janeiro de 1958, Rumney diante de inúmeras dificuldades, teve que abandonar suas linhas de pesquisa. (IS²⁷, 1958 apud Jacques, 2003 P.78)

De outro lado da agremiação que deu corpo à Internacional Situacionista, está o Movimento Internacional por uma Bauhaus Imaginista (MIBI). O movimento foi fundado na Suíça no final de 1953 pelo dinamarquês Asger Jorn como uma crítica ao “modelo de educação a favor da máquina e contra os artistas” que promovia a Bauhaus de Ulm²⁸ (Jacques, 2003). Em correspondência com Debord e em busca de colaboração, Jorn, em 1954, assinala que o “objetivo é formar uma organização capaz de promover uma atitude cultural revolucionária integral onde a pesquisa artística seja idêntica á das ciências humanas”. As características experimentais dos grupos posteriores ao MIBI já eram tratados pelo próprio fundador que dizia “estamos abandonando todos os esforços de ação pedagógica para movimentarmos até a atividade experimental”.²⁹

Integravam o MIBI os ex-membros do grupo CoBra (Copenhague, Bruxelas, Amsterdã – revista homônima), o dinamarquês Asger Jorn, o belga Christian Dotremont e o holandês Constant (Constant Nieuwenhuys). O MIBI teve sua experiência prática em Alba por ocasião do Primeiro congresso degli artisti liberi, em setembro de 1956. Convidados pelo farmacêutico e pintor italiano Pinot-Gallizio, interessado na pintura industrial de caráter coletivo, que promoveu a instalação na sua casa de um laboratório para o movimento onde se desenvolveriam uma série de experiências e ensaios para o que começaria a ser o projeto de

²⁶ A maior parte do conhecimento existente relata o caráter bastante autoritário de Debord que supostamente expulsou Rumney por atrasar em uma semana a entrega do relatório que tinham anunciado apresentar no anúncio nº29 de *Potlach*.

²⁷ O texto *Veneza venceu Ralph Rumney* foi apresentado na publicação nº1 ° da Internacional Situacionista.

²⁸ Como nos lembra Jacques (2003, p. 17), é importante ressaltar que o escultor e arquiteto suíço Max Bill, fundador da Bauhaus de Ulm (1955), foi a grande atração da Primeira Bienal de São Paulo, em 1951, e influenciou toda uma geração de artistas brasileiros de tendência concretista, principalmente o grupo paulista.

²⁹ JORN, A. Notas sobre a formação da Bauhaus Imaginista. Original em Inglês, tradução da autora. Disponível em <http://www.cddc.vt.edu/>

New Babylon, a cidade proposta por Constant para o Urbanismo Unitário (U.U). Assim, tanto Jorn como Constant, junto com Debord e Raoul Vaneigem foram os responsáveis pela elaboração do pensamento urbano situacionista (Jacques, 2003, p.17).



Foto 2: Pinot Gallizio, Asger Jorn, Piero Simondo e outros trabalhando no Alba Experimental Laboratory, 1956.

Fonte: Dagbladet. Disponível em: <http://www.dagbladet.no/kultur/kunsthall-oslo-trekker-en-kjent-kunstner-med-en-lite-kjent-kunstbevegelse-fram-i-lyset/65774537>

2.2.

A crítica á cidade para o ‘homem ideal’ do pensamento urbano moderno

Os funcionalistas ignoram a função psicológica da ambiência [...] o aspecto das construções e dos objetos que nos cercam e que utilizamos possuem uma função independente de seu uso prático [...] Os racionalistas funcionalistas, por causa de sua homogeneização, imaginaram que só se pode alcançar formas definitivas, ideias, de diferentes objetos que interessam ao homem. A evolução hoje mostra que esta concepção estática estava errada. Pode-se chegar a uma concepção dinâmica das formas, pode-se ver essa verdade: toda forma humana está em transformação contínua. A falha dos racionalistas foi não ter compreendido que a única maneira de se evitar a anarquia da transformação consiste em entender as suas leis internas, e utilizar-se delas. (Jorn³⁰ 1954 apud Jacques, 2003, p.14)

³⁰ Publicado em Potlach nº 15, 22 de dezembro de 1954, do texto “Une architecture de l’avie”.

No período de pós-guerra e com a necessidade de reconstruir no menor tempo possível as cidades europeias, a construção de conjuntos habitacionais modernistas foi-se massificando junto com a expansão das ideias da Carta de Atenas³¹ (1933), espécie de manifesto funcionalista e cartesiano sintetizador das ideias modernistas, como doutrina a ser seguida em larga escala. Constant critica:

a necessidade de construir rapidamente, e em grande número, cidades inteiras, necessidade provocada pela industrialização nos países subdesenvolvidos e a aguda crise habitacional do pós-guerra, levou o urbanismo a uma posição de destaque entre os problemas atuais da cultura. (Constant, 1960 apud Grossman, 2006, p.90)

As diferenças entre o movimento moderno e a Internacional Situacionista se ressaltavam em torno das variáveis de mudança da cidade. Enquanto Le Corbusier e seus seguidores acreditavam que a arquitetura e o urbanismo poderiam mudar a sociedade, na famosa frase do suíço-francês “Arquitetura ou revolução. Podemos evitar a revolução” (Le Corbusier³², 1923 apud Jacques, 2003, p.20). Os situacionistas estavam convictos de que a própria sociedade deveria mudar a arquitetura e o urbanismo. Sua intenção era provocar a revolução e pretendiam usar o ambiente urbano para induzir a participação, para contribuir contra a alienação da passividade da sociedade (Jacques, 2003, p.20).

Os funcionalistas definiram o urbanismo, segundo Asger Jorn (1986 apud Wollen, 2001), como a criação de um modelo de referencia para viver. Se fosse uma boa ideia a ser desenvolvida pelo menos dever-se-ia substituir por um modelo *artístico*, no qual todos os tipos de arte se juntassem numa ‘unidade de arte’. Esta reclamação de Jorn de um ‘modelo de referencia’ não poderia ser imposto desde o exterior por arquitetos ou urbanistas, mas deveria ser construído pelos próprios habitantes (Op.cit., 2001). Wollen ressalta que esta crítica de algum modo direcionada ao urbanismo de Le Corbusier se tornou uma crítica à sociedade totalitária capitalista que logo se converteria no principal alvo do movimento situacionista (Wollen, 2001).

³¹ MONTANTER, J.M. P.28 Os princípios da Carta de Atenas são especialmente úteis para desenvolver o modelo neocapitalista de cidade: facilitam o controle, a fragmentação, a segregação, a produção em série e a pré-fabricação. A ideia de zoneamento impulsionado pelo Movimento Moderno tinha uma lógica intrínseca: se explora e controla melhor cada área da cidade no momento que é formada por áreas monofuncionais.

³² LE CORBUSIER, 1923 *Verz une architecture*. Publicação no Brasil: Por uma arquitetura, São Paulo, Perspectiva, 1989.

O movimento moderno já era objeto de críticas mesmo antes das formulações da Internacional Situacionista. Alguns urbanistas que participavam dos próprios CIAM formularam críticas aos princípios da arquitetura moderna.³³ As críticas ao caráter onipotente e ditador da arquitetura e urbanismo propostas pelos modernos também se somam as críticas ao homem ideal caracterizado pelo modutor de Le Corbusier, que acreditava que todos os homens tinham o mesmo organismo, as mesmas funções e as mesmas necessidades e eram capazes de morar em espaços racionalizados, perfeitos, transparentes e configurados a partir de formas simples. (Montaner, 1993, p.18 tradução própria).

Com os Smithson e Van Eyck talvez como principais representantes, a nova geração de arquitetos modernos que estando presentes nas últimas reuniões dos CIAM iriam criar o Team X³⁴, colocando o homem real no lugar do homem ideal. O grupo, formado por ingleses, holandeses e por um grupo de arquitetos que trabalhou na África, onde obteve influências da arquitetura vernácula da *Casbah*, começaram a tratar questões de singularidade e diversidade a partir de um método pragmático e empírico, em oposição ao método sistemático e a vontade de definir objetivos universais dos CIAM (Montaner, 1993, p.31). Pela primeira vez no CIAM, apareceram, de forma explícita, fotografias de pessoas reais, no caso habitantes de *slums* de Londres, fotografados por Nigel Henderson (foto 3), membro do *The independent group* ao que pertenciam os Smithson, os quais costumavam dizer que na carta de Atenas “o que faltava era o homem” (Jacques, 2003, p.26; Montaner, 1993, p.30).

³³ MONTANER 1993. Já No IV (1933) congresso dos CIAM o editor da revista *Architettura* Review, James M. Richards, defendeu a necessária relação entre arquitetura e o homem real. p.18.

³⁴ MONTANER 1993 p.30 Além dos Smithson e Aldo van Eyck encontravam-se Jacob Bakema, George Candilis, Shadrach Woods, John Voecker, William Howell e R. Gutmann. Reclamavam que se resolvesse no congresso sobre o Habitat o conceito de identidade.



Foto 3: Fotografias de Nigel Henderson. Chisenhale Road, 1951.

Fonte: <https://joseangelnieto.com/2014/02/18/736/>

As propostas do Team X se assemelhavam em parte com as dos Situacionistas: a ideia de mistura e de diversidade contra o excesso de racionalidade e funcionalidade moderna, e contra a separação de funções. A busca de identidades, da individualidade e da diversidade, sobretudo das pessoas comuns e reais das ruas das cidades existentes. Contra a grande escala e a autoridade do Estado e dos próprios urbanistas ligadas às pretensões modernas, propunham uma volta à pequena escala, à escala humana, e a participação dos habitantes (Jacques, 2003, p.27).

Nesse sentido, as ideais de Van Eyck a partir do uso das tramas geométricas, a procura da flexibilidade, a definição dos espaços neutros que facilitassem a apropriação do espaço por parte dos usuários (Montaner, 1993, p.54) junto com as ideias formais dos Smitshon- modelo de associação, identidade, modelo de crescimento, cluster e mobilidade, se refletiram de uma maneira semelhante na cidade utópica de Constant, assim como em vários grupos utópicos dos 1960 com as megaestruturas³⁵.

Aldo Van Eyck, segundo Jacques (2003), ressaltou que “o CIAM sabem que a tirania do consenso cartesiano chegou a sua última fase” e provavelmente daria começo a dissolução das ideias maquinistas do homem ideal para dar espaço às preocupações sobre a questão do patrimônio urbano, das preexistências do pedestre e do usuário *real* das cidades. O próprio Van Eyck também colaboraria, embora de maneira indireta, com as ideias da New Babylon, compartilhando com

³⁵ MONTANER, 1993. Entre esses grupos podem ser citados o Groupe d'Etudes d'Architecture Mobile, o grupo inglês Archigram e Cédric Price, o grupo francês Utopie, os Metabolistas japoneses, os italianos Archizoom e Superstudio.

Constant a preocupação pela construção coletiva de uma nova sociedade regida pela expressão espontânea da criatividade humana.

Foram principalmente o Team X e os situacionistas que criticaram em maior medida o excesso de racionalismo e funcionalismo dos CIAM. Porém, como ressalta Jacques (2003, p25), enquanto os situacionistas eram marginais e defendiam uma revolução, os membros do Team X faziam parte do próprio CIAM e buscavam uma reforma dentro dele, o que os levou posteriormente a uma dissolução e afastamento da organização em 1959.

Segundo Grossman, muito do conteúdo original da arte e arquitetura modernas, principalmente político, persiste Internacional Situacionista. O mesmo já não ocorre, com o mesmo peso, na arquitetura do Team X, por exemplo, podendo-se inclusive perceber um movimento de despolitização da arquitetura, que ocorre justamente neste momento da história a partir da década de 1960 no mesmo momento da aparição do movimento dito ‘pós-moderno’.

2.3.

O projeto urbano de New Babylon de Constant

Nova Babilônia não é um projeto de urbanismo. Também não é uma obra de arte no sentido tradicional do termo, nem um exemplo de estrutura arquitetônica. Pode-se apreendê-la na forma atual, como uma proposta, uma tentativa de materializar a teoria do urbanismo unitário, para se obter um jogo criativo com um ambiente imaginário, que está aí para substituir o ambiente insuficiente, pouco satisfatório, da vida atual. A cidade moderna está morta, vítima da utilidade. Nova Babilônia é um projeto de cidade onde se pode viver. E viver quer dizer criar. (Constant³⁶, 1960 apud Jacques, 2013)

Aldo Van Eyck, amigo pessoal de Constant e parte também do grupo Cobra que logo passaria a formar parte da IS, trabalhou junto com artista holandês por uma evolução em conjunto da arquitetura e da pintura. Também teve um papel importante nas publicações e difusão no campo do urbanismo, com textos situacionistas e imagens de maquetes e desenhos “da cidade utópica idealizada por Constant: Nova Babilônia” (Jacques, 2003, p.27). Apesar de ser irrealizável, a proposta do holandês sobre uma cidade coberta e um espaço de habitação coletivo

³⁶ CONSTANT, Nouvelle Babylone (1960), em Conrads U., Programmes et manifestes de l’architecture du XXème siècle, Paris, La Villette, 1991

suspensão, estendido a toda a população e separado da circulação (Perinola, 2007) seria a construção mais concreta das ideias situacionistas de Urbanismo Unitário.

“Nova Babilônia foi uma tentativa de Constant de materializar o pensamento urbano situacionista” (Jacques, 2003, p.28) e seus primeiros bosquejos teriam antecedentes em Alba, antes da criação da IS quando -através do também membro do MIBI, Pinot Gallizio, conheceu um grupo de ciganos, que o inspirou a desenhar um acampamento. Esse poderia ser transportando e reconstruído, cumprindo as necessidades deste grupo nômade. (Wollen, 2001).

A cidade utópica de Constant claramente se assemelhava formalmente com os projetos reais dos integrantes do Team X e também a todos aqueles grupos utópicos e irônicos dos anos 1960, que passam a propor novas megaestruturas como GEAM, o grupo Inglês Archigram e Cédric Price, o grupo francês Utopie, os Metabolistas japoneses, Archizoom e Superstudio italianos, entre outros vários grupos (Jacques, 2003, p.29). New Babylon, segundo Wollen (2001), pareceria “uma espécie de *deriva* aérea, de caráter futurista desenhada para uma população nômade”:

Teve a cuidado de construir os habitantes dentro do seu projeto como construtores democráticos de essa prática, modificando dia a dia para amoldar-se nas suas necessidades ou, a meu ver, em termos psicogeográficos, seus desejos de experimentar novos estados emocionais. (Wollen, 2001)

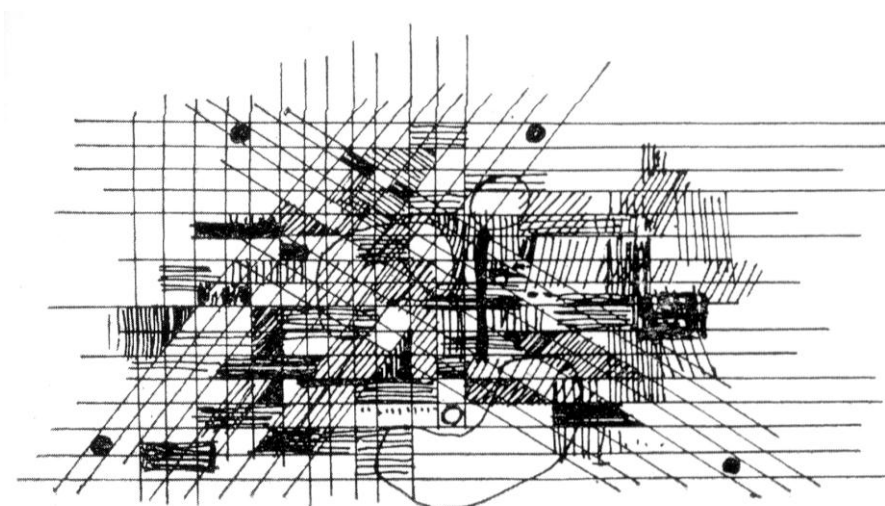


Imagem 1: Princípios de uma cidade coberta.

“Mapa espacial. Habitação coletiva suspensa: estende-se sobre toda a cidade e é separada do trânsito, que passa abaixo e acima (Constant, 1959 apud Jacques, 2003, p.115)

O princípio básico da Nova Babilônia “era contraditório, um modelo para uma cidade que deveria ser o resultado aleatório, impossível de ser planejado, de uma construção coletiva e livre” (Jacques, 2003, p.29). O modelo acaba congelando e aprisionando, segundo a autora (Op.cit.), “o próprio discurso que pregava a mobilidade, a liberdade total e a criação da cidade pelos seus habitantes”. A ideia futurista de mecanização e automatização estaria também presente no pensamento de Constant através de uma construção espacial contínua, que permitisse modificações de uso segundo as necessidades do momento. No pensamento do holandês:

(...) diminuição do trabalho necessário à produção, pela automatização ampliada, vai criar uma necessidade de lazes e uma mudança de natureza desses comportamentos que iram a conduzir a uma nova noção de habitat coletivo com o máximo espaço social, o oposto de uma cidade verde³⁷ onde o espaço social é reduzido ao mínimo. (Constant³⁸, 1959 apud Jacques, 2003, p.116)

A ideia do *homo ludens*³⁹, termo criado por Huizinga no livro *Essai sur la fonction sociale de jeu*, estaria em palavras de Constant (apud Jacques, 2003, p.29): “Até agora a principal atividade do homem foi a exploração do meio natural. O homo ludens vai transformar e criar esse meio, segundo suas novas necessidades”. Também desenvolveria no projeto a ideia de *labirinto*⁴⁰ privilegiando a desorientação, a aventura, o jogo, a mudança criadora e distanciando-se da linha reta incisiva do primeiro Le Corbusier da carta de Atenas. New Babylon, como diz Jacques(2003 , p.29), seria antes que um modelo formal, um modelo de reflexão e por isso mesmo utópico em seu sentido original, de crítica ao presente através da visão futura.

O arquiteto e crítico Alan Colquhoun destaca a importância da obra de Constant, que ele inclui entre o conjunto de projetos mega-estruturais que concebem um ambiente regulável por seus habitantes, onde a ideia-chave é a do jogo. No entanto, desfere ao projeto de “Nova Babilônia” uma crítica severa: “a cidade

³⁷ Isto remete a ideia de cidade verde modernista de arranha céus isolados com o exemplo mais reconhecido da *Ville Radieuse* de Le Corbusier.

³⁸ CONSTANT, 1959. *Outra cidade para outra vida*. Texto apresentado a publicação nº3 da Internacional Situacionista.

³⁹ GROSSMAN, 2006, p.73 O livro *Homo Ludens* de Johan Huizinga vinha sendo apresentado em *Potlach*, tanto no âmbito da crítica ao mundo de trocas de mercadorias quanto a ideia de integrar o conceito de jogo ao de cultura.

⁴⁰ JACQUES, p.29 A ideia de labirinto está presente desde os letristas, embora em New Babylon se consiga ver projetada.

de Constant ilustra um mundo do qual, mediante uma lobotomia, foram erradicados o poder e os conflitos” Colquhoun (2005, p.228).

Existem algumas contradições em relação ao pensamento situacionista e a descrição do projeto de Nova Babilônia de Constant. No texto ‘Outra cidade para outra vida’, quando o holandês propõe certos espaços para determinadas atividades de lazer, parece proceder de modo análogo ao zoneamento moderno. Seguidamente coloca que as ambiências serão modificadas por especialistas, referindo-se a ‘situacionistas profissionais’. Estas duas concepções iriam contra o ideal situacionista de “ir contra do monopólio urbano dos urbanistas e planejadores em geral, e a favor de uma construção realmente coletiva das cidades” (Jacques, 2003, p.19).

A cidade futura deve ser concebida como uma construção continua sobre pilares, ou como um sistema de construções diferentes, nas quais são suspensos locais de habitação, lazer, etc. (...) Os diferentes andares serão divididos em espaços que se comunicam, com sistema de climatização, oferecendo a possibilidade de criar uma variação infinita de ambiências, facilitando a deriva dos moradores e seus frequentadores encontros não programados. As ambiências serão regular e deliberadamente mudadas, com a ajuda de todos os dispositivos técnicos, por equipes de criadores especializados, que serão situacionistas profissionais. (Constant 1959 apud Jacques, 2003, p.117)

2.4.

O Urbanismo Unitário

O urbanismo unitário não está idealmente separado do atual terreno das cidades. É formado a partir da experiência desse terreno a partir das construções existentes. Deve tanto explorar os cenários atuais, pela afirmação de um espaço urbano lúdico tal como a deriva reconhece, quanto construir outros, totalmente inéditos. Esta interpretação implica o manejo do desvio arquitetônico. O urbanismo unitário não aceita a fixação das cidades no tempo (IS nº 3⁴¹, 1959 apud Jacques, 2003, p.100)

À diferença da New Babylon de Constant, que se distanciara do movimento após os primeiros esboços da proposta, não existiu de fato para os situacionistas uma forma material da cidade, mas sim uma forma situacionista de viver, ou de experimentar a cidade. Segundo Perinola (2007, p.26-27), o situacionismo não buscava ser mais uma doutrina urbanística, porém uma *crítica* ao urbanismo. Uma crítica a partir da visão de conjunto da sociedade e de uma ideia de “criação global da existência”, definida como “a teoria do emprego conjunto de artes e técnicas,

⁴¹ IS nº3 dezembro de 1959, texto coletivo “O urbanismo unitário no fim dos anos 1950”

que concorrem para a construção integral de um ambiente em ligação dinâmica com experiências de comportamento.” (IS nº 1, 1958 apud Jacques, p.65)

Enquanto críticos da cidade moderna e de caráter espetacular, os membros da Internacional Situacionistas iriam a se subverter a ordem estabelecida para criar espaços lúdicos, desprezando as dimensões funcionais e estéticas das cidades. Contra a separação moderna de funções (base da Carta de Atenas), o Urbanismo Unitário não propôs novos modelos ou formas urbanas, mais sim experiências efêmeras de apreensão do espaço urbano (Jacques, 2003) A crítica ao funcionalismo como expressão do avanço técnico e eliminação da atividade lúdica e contra todas as formas repressivas de jogo fundamentavam as experiências:

“Não é o caso de nos contentarmos com ensaios empíricos de ambientes dos quais, por provocação maquinal se esperam surpresas. A orientação realmente experimental da atividade situacionista consiste em estabelecer, a partir de *desejos* reconhecidos com ou menos clareza, um campo de atividade temporária favorável a esses desejos.” (IS nº 1, 1958 apud Jacques p.62)

No ideal situacionista, quando os habitantes passassem de simples espectadores a construtores, transformadores e “vivenciadores” de seus próprios espaços, começaria a construção de situações. Uma situação construída seria “um momento da vida, concreta e deliberadamente construído pela organização coletiva de uma ambiência unitária e de um jogo de acontecimentos” (Jacques, 2003, p.21). Embora o caráter utópico desta ideia de cidade, os situacionistas iriam criar uma metodologia e uma técnica para a criação destas ambiências momentâneas da vida. Já nas publicações de *Potlach* começam a aparecer os primeiros conceitos de experimentação da arquitetura e cidade atenta a subjetividade e sua vivência criativa, tais como situação e psicogeografia⁴² que logo serão essenciais ao pensamento urbano situacionista.

Não se faz possível definir qual conceito surge primeiro, pois a palavra “psicogeografia” aparece já no segundo número de *Potlatch*, antes mesmo do termo “situação”, e a ideia de desvio remete ao Letrismo de Isou (Grossman, 2006). Porém, ao assumir a situação como estratégia central para sua ação, é a partir dela que as outras formulações situacionistas se desdobram no sentido de amparar dia-

⁴² Grossmann, 2006. Em 1954 aparecem as primeiras intenções de construção de situações a partir de um projeto desenvolvido por J. Fillon para a organização de uma sala de recepção.

leticamente a sua execução e o seu desenvolvimento. Uma situação construída, na concepção situacionista seria “o momento da vida, concreta e deliberadamente construída pela organização coletiva de uma ambiência unitária e de um jogo de acontecimentos.” (IS nº 1 apud Jacques, p.65)

Segundo Jacques (2003) *The Naked City*⁴³ (foto 6) seja talvez a melhor representação gráfica do pensamento urbano situacionista. Do mesmo modo que o *Guie psychogeographique de Paris*, publicado um ano antes, denuncia as transformações urbanas da capital francesa, muitas ‘das remoções populacionais (principalmente de classe operária), muitas vezes para a construção da nova rede de transporte’ (Grossman, 2006, p.106). Ele é composto por vários recortes do mapa de Paris em preto e branco, que são as unidades de ambiência com ligações possíveis a partir de setas vermelhas. Justamente que essas unidades estejam colocadas de forma totalmente aleatória e não concordando com uma localização real, resalta o caráter afetivo desses espaços que viria a ser ditado pela experiência da deriva. “A cidade que interessava aos situacionistas estava à beira de desaparecimento, não mais podendo ser experimentada pelo pedestre, que cedia espaço às novas vias de automóvel.” Eram procuradas as unidades de ambiência restantes, em vias de ‘extinção’ (Grossman, 2006, p.106)

⁴³ Grossmann, 2006 *The Naked City* vem do título de um *film noir* americano de 1948, de Albert Maltz e Malvin Wald, sobre um trabalho de detetives na cidade de New York, remete à ideia de procura das unidades de ambiências em vias de extinção pelas remoções das classes operárias.

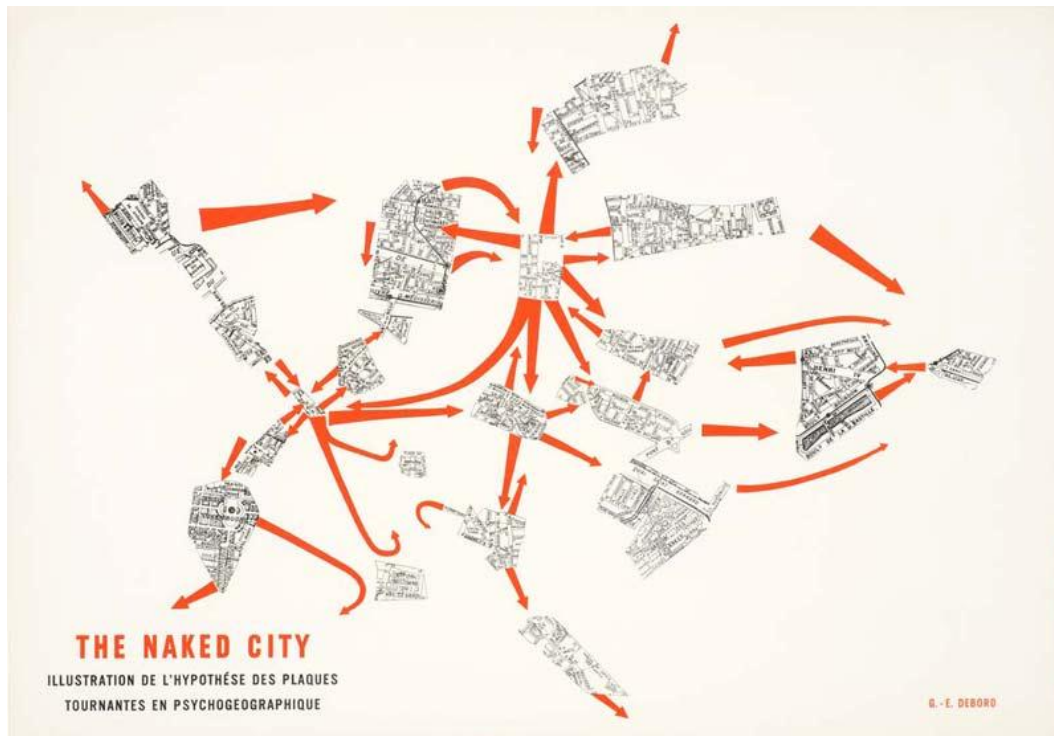


Imagem 2. *The Naked City* G.Debord

Fonte: <http://www.archplus.net>

2.5. Deriva

Os membros da Internacional Situacionista iriam criar a *Deriva* como um procedimento psicogeográfico para mapear as decisões sobre um percurso escolhido pelo individuo em determinado espaço de tempo. Consequentemente, na primeira publicação do movimento aparece o termo definido como:

Deriva: Modo de comportamento experimental ligado às condições da sociedade urbana: técnica de passagem rápida por ambiências variadas. Diz-se também, mais particularmente, para designar a duração de um exercício contínuo dessa experiência. (IS nº1, 1958 apud Jacques 2003)

Debord inspirou-se em parte no estudo de Paul-Henry Chombart de Lauwe, publicado em 1952, *Paris et l'agglomération parisienne*, e particularmente nos seus mapas que apareciam frequentemente como ilustrações no jornal Situacionista (Wollen, 2001). O aporte de Chombart de Lauwe, muito influenciado pela Escola de Chicago, foi ligado a questões do método e sobretudo a fascinação comum, mesmo que com usos totalmente distintos, por mapas e fotografias urbanas aéreas (Jacques, 2003):

Chombart de Lauwe em seu estudo sobre Paris et l'agglomération parisienne⁴⁴ observa que:

um bairro urbano não é determinado apenas pelos fatores geográficos e econômicos mas pela representação que seus moradores e os outros bairros têm dele” e apresenta no mesmo livro que para mostrar a estreiteza da Paris real onde vive cada indivíduo geograficamente num perímetro de âmbito muito exíguo o traçado de todos os percursos efetuados em um ano por uma aluna do XVI arrondissement, esses percursos formam um triângulo de dimensão reduzida, sem alternâncias, cujos três ápices são a École des Sciences Politiques, o domicílio da jovem, e a casa de seu professor de piano. (Debord⁴⁵, 1956 apud Jacques 2003, p.87 e 88)

Impactado com a rígida repetição de uma mobilidade prefixada, Debord concebe a deriva como modo de criação de itinerários imprevisíveis, sujeitos a mudanças espontâneas⁴⁶. Henri Lefebvre descreverá a deriva situacionista como reveladora da fragmentação da cidade, quer dizer uma experiência representadora dos diferentes aspectos do território em simultâneo. Na deriva ideal, cada situacionista parte em qualquer direção e faz um relato do que vê, mas conectado com outro situacionista em um espaço diferente da cidade, uma história sincronizada, assim como o Urbanismo Unitário, unificar o que já tinha certa unidade, mas que desapareceu para se converter em fragmentos (Lefebvre, 1983).

A aparição do conceito de Deriva que se encontra na segunda publicação da IS remite a um texto de autoria de Guy Debord, originalmente publicado em 1956, no periódico *Les Lèvres Nuesse*. O texto, intitulado "Teoria da Deriva", se propõe a desdobrar ainda mais o conceito, delineando inclusive instruções sobre o número ideal de participantes, duração das derivas e delimitação do campo de experiência. Durante as várias apreciações do texto, Debord manifesta algumas opiniões sobre os possíveis resultados da aplicação da deriva nas cidades, como, por exemplo: a possível identificação de espaços, aos quais o situacionista concede o título de “unidades de ambiência”, e a hipótese do reconhecimento de elementos chamados por ele de *plaques tournantes*. Expressão francesa que representava uma “alusão às placas giratórias e manivelas ferroviárias responsáveis pela mudança de direção dos trens” (Jacques, 2003, p. 23).

⁴⁴ Disponível em col. Bibliothèque de Sociologie Contemporaine, Paris: PUF, 1952.

⁴⁵ DEBORD, G., 1958. *Teoria da Deriva* Texto apresentado na publicação nº2 da Internacional Situacionista.

⁴⁶ WOLLEN (2001) ressalta o parecido que tem este recurso com a teoria de ‘oportunidade objetiva’ de Breton que traça um mapa de várias jornadas a través de Paris, a partir de um padrão de atração ou repulsão de determinados edifícios da cidade.

As lições da deriva permitem estabelecer os primeiros levantamentos das articulações psicogeográficas de uma cidade moderna. Além do reconhecimento de unidades de ambiência, de seus componentes fundamentais e de sua localização espacial, percebem-se os principais eixos de passagem, as saídas e as defesas. Chega-se à hipótese central de *plaques tournantes* psicogeográficas. Medem-se as distâncias que separam de fato duas regiões de uma cidade, distâncias bem diferentes da visão aproximativa que um mapa pode oferecer. (Debord, 1958 apud Jacques, 2003, p.90)

O uso da deriva remete a uma observação do urbano além de uma questão estética. Em contraste com as ideias surrealistas, para Perinola:

não é similar as ideias surrealistas de uma experiência meramente arbitrária, mas um reflexo de uma experiência meramente urbana. A partir dela vai-se obter informação valiosa do espaço, dado que quando se utiliza não se recorre à alteração dos espaços mas o observador se envolve e forma parte deles (Perinola 2007, p.25).

Na experiência da *derive*, o tempo era arbitrário, podia tomar lugar entre cinco minutos ou até cinco dias (Wollen, 2001). O texto apresentado por Debord, no segundo número da IS, explica que a duração média da deriva é uma jornada, considerada como o intervalo de tempo compreendido entre dois períodos de sono:

Essa duração média da deriva tem valor apenas estatístico. Primeiro, ela não ocorre tão integralmente, pois os interessados acabam destinando, no início ou no fim da jornada, uma ou duas horas a ocupações banais; no fim da jornada o cansaço é a maior causa desse abandono. Mas a deriva costuma desenrolar-se em algumas horas deliberadamente marcadas, ou até fortuitamente por breves instantes, ao ainda durante vários dias sem interrupção. (Debord, 1958 apud Jacques, 2003, p.89)

Segundo Wollen (2001), Debord nota que a técnica da deriva é necessária porque o seu maior projeto ‘a psicogeografia’ não estava suficientemente bem desenvolvido. Porém, Debord pensava que a psicogeografia faria possível a criação de mapas em que locações particulares ou regiões seriam designadas como ‘favorecedoras de um tipo de reflexão afetiva’ para que um certo planejamento pudesse ter lugar.

2.6.

As experiências psicogeográficas

Os recursos da psicogeografia são numerosos e variados. O primeiro e mais sólido é a deriva experimental. A deriva é um modo de comportamentos experimental numa sociedade urbana. Além de modo de ação, é um meio de conhecimento, especialmente no que se refere a psicogeografia e a teoria do urbanismo unitário. Os outros meios, como a leitura de foto aéreas e de mapas, o estudo de estatísticas, de gráficos ou de resultados de pesquisas sociológicas, são teóricos e não possuem esse lado ativo e direto que pertence a deriva experimental (Khatib⁴⁷, 1958 apud Jacques, 2003, p.80).

Wollen (2001) remarca que nos começos do pensamento situacionista, a ideia principal era simplesmente fazer propostas delirantes que fossem as mais atraentes possíveis. Os situacionistas tinham consciência do caráter utópico das suas propostas, numa carta a Ralph Rumney (Debord, 1957) no ano da fundação do grupo, Debord ressalta a importância de uma justificação sólida da psicogeografia, para atenuar o conceito evidentemente delirante que iria suscitar. Desde o princípio, a psicogeografia estava ligada a construção de situações, abarcando não somente a cidade, mas ‘a sociedade como um todo’. Estas propostas de caráter utópico, somadas à falta de recursos do grupo resultaram em escassas experiências de intervenções psicogeográficas,

Como assinala Jacques (2003, p.22), a deriva situacionista “não pretendia ser vista como uma atividade propriamente artística, mas sim como uma técnica situacionista para tentar desenvolver na prática a ideia de construção de situações através da psicogeografia.” A psicogeografia estudava o ambiente urbano, sobretudo os espaços públicos, através de derivas e tinha como objetivo mapear os diversos comportamentos afetivos diante dessa ação básica do caminhar nas cidades.

A brusca mudança de ambiência numa rua, numa distância de poucos metros; a divisão patente de uma cidade em zonas de climas psíquicos definidos; a linha de maior declive –sem relação como o desnível– que devem seguir os passeios a esmo; o aspecto atraente ou repulsivo de certos lugares, tudo isso parece deixado de lado. Pelo menos, nunca é percebido como dependente de causas que podem ser esclarecidas por uma análise mais profunda, e das quais se pode tirar partido. As pessoas sabem que existem bairros tristes e bairros agradáveis. Mas estão em geral convencidas de que as ruas elegantes dão um sentimento de satisfação e que as

⁴⁷ KHATIB, 1958. Esboço de descrição psicogeográfica do Les Halles de Paris. Texto apresentado na publicação nº2 da Internacional Situacionista.

ruas pobres são deprimentes, sem levar em conta nenhum outro fator (Debord⁴⁸, 1955 apud Jacques, p.39).

Vários textos letristas sobre psicogeografia foram publicados em Potlach e na revista belga *Les levres nues*, a experiência psicogeográfica estava diretamente ligada à prática da deriva e vários dos textos propunham diferentes derivas (Jacques, 2003, p16 e 17). Já no primeiro número de Potlach (junho de 1954), há uma proposta de psicogeografia, *Le jeu psychogéographique de la semaine*:

“Em função do que você procura, escolha uma região, uma cidade de razoável densidade demográfica, uma rua com certa animação. Construa uma casa. Arrume a mobília. Capriche na decoração e em tudo que a completa. Escolha a estação e a hora. Reúna as pessoas mais aptas, as discos e a bebida convenientes. A iluminação e a conversa devem ser apropriadas, assim como o que está em torno a suas recordações. Se não houver falhas no que você preparou, o resultado será satisfatório.” (Potlach⁴⁹, 1954 apud Jacques, p.16)

A preferência dos situacionistas pelas cidades de caráter labiríntico, além de Paris que era a principal localização geográfica do grupo, resultou também na escolha dos lugares para realizar as experiências. Entre os estudos mais desenvolvidos da psicogeografia, embora em grande parte nunca completados, destaca-se o supracitado percurso de Ralph Rumney em Veneza⁵⁰, o de Abdelhafid Khalib no bairro Les Halles para a reforma de pequenos pavilhões em pequenos complexos situacionistas e labirínticos em perpetuo movimentos- e a dos membros da Internacional Situacionista da seção Holandesa, entre o Stedelijk museum e a zona central da aglomeração de Amsterdã.

⁴⁸ DEBORD, 1955. *Introdução a uma crítica da geografia urbana*. Texto apresentado em *Les levres nues* nº6.

⁴⁹ Internacional Letrista, 1954. *Le jeu psychogéographique de la semaine*. Texto apresentado na publicação nº1 de Potlach.

⁵⁰ Ver seção 2.1 desta dissertação.

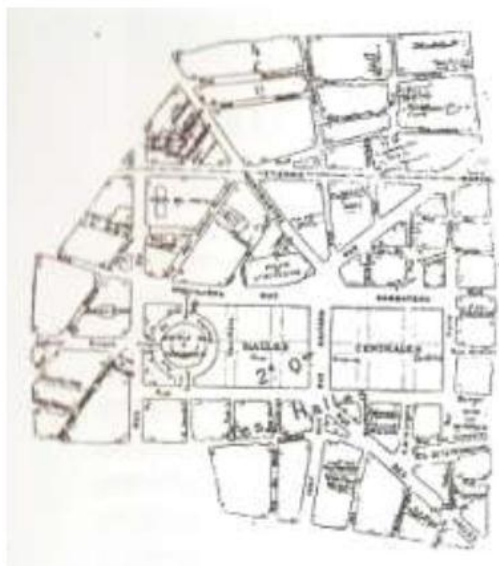


Imagem 3: Mapa da unidade de ambiência do Les Halles.
Fonte: Jacques (2003, p.80)

O projeto de Les Halles resulta da intenção situacionista de evitar a gentrificação que iria a ser realizada através da deslocalização do mercado Les Halles para fora da cidade como “mais uma perda do setor popular de Paris que, há cem anos, um movimento continuo tentava expulsar para a periferia” (Khatib⁵¹, 1958 apus Jacques, 2003, p.80) e que acabou sendo deslocado para a zona suburbana e sediando novas estações metroviárias e ferroviárias –como também depois o Centre George Pompidou na década de 70 (Grossman, 2006, p.106). Os situacionistas reclamavam que esse espaço deveria ser conservado no centro de Paris e propunham desenvolver a partir de labirintos tendências para “um jogo de construção e para um urbanismo movente”. O estudo, inacabado por causas de repressão policial⁵², buscava a caracterização das ambiências em quatro zonas definidas e em horas do dia diferentes, que interferiam no mesmo lugar, a praça dos Deux-Ecus/Bourse du Commerce:

A primeira zona com uma infinidade de barzinhos, no fim de semana uma multidão masculina vinda de outros bairros procura-a como lugar de lazer. O aspecto geral é deprimente (...) A segunda zona com o mercado das flores e, à noite, animada e alegre. (...) A terceira zona é calma tanto de dia quando de noite. (...) a impressão é de se estar num bairro residencial qualquer, e não num trecho de Les

⁵¹ KHATIB, 1958. Esboço de descrição psicogeográfica do Les Halles de Paris. Texto apresentado na publicação nº2 da Internacional Situacionista.

⁵² GROSSMAN 2006. Este projeto provavelmente fosse restringido pela repressão policial a Khatib, imigrante norte-africano que tinha proibido estar nas ruas francesas depois das 21h30min – o que gerou a paralisação de várias pesquisas no âmbito da deriva noturna.

Halles. (...) Com a quarta zona, chegamos à parte mais célebre desse vasto complexo urbano. (Khatib⁵³, 1958 apud Jacques, p.81 e 82)



Imagem 4: Mapa de fluxos internos e comunicações externas do Les Halles.

Fonte: Jacques (2003, p.83)

Com outra abordagem, o caso Holandês pretendia unir duas experiências de diferentes escalas em um jogo situacionista, em parte usando como local o Stedelijk Museum de Amsterdã e outra parte fora dele. Tratava-se, como explicam os situacionistas na sua quarta publicação⁵⁴ (1960 apud Jacques 2003), de um labirinto cujo plano havia sido estabelecido pela seção holandesa da IS e consistia em um percurso misto constituído pela combinação de zonas térmicas e luminosas, intervenções sonoras e outras provocações que buscavam aumentar as ocasiões de perder-se. Essa microderiva devia corresponder a operação de deriva através de Amsterdã, na qual dois grupos constituídos por uma dupla de situacionistas, derivariam durante três dias pelo centro da cidade. Como assinala Andreotti (1996), “a ideia do labirinto como estrutura da organização mental e como método de criação, estabelecida entre uma dialética do aberto com o fechado, da solidão como da junção” resulta de esta experiência uma procura variações das ambiências.

Em termos gerais, estas experiências formaram parte da ideia situacionista de procurar outras formas de estudar a cidade. A palavra psicogeografia, segundo Debord⁵⁵ (1955 apud Jacques, 2003, p.39) significa “proposta por um cabila anal-

⁵³ KHATIB, 1958. Esboço de descrição psicogeográfica do Les Halles de Paris. Texto apresentado na publicação nº2 da Internacional Situacionista.

⁵⁴ Na publicação nº4 da Internacional Situacionista é apresentado o texto *Die Welt Als Labyrinth* (o mundo como labirinto) no qual a seção holandesa explica a experiência em Amsterdã.

⁵⁵ DEBORD, 1955. *Introdução a uma crítica da geografia urbana*. Texto apresentado na publicação nº6 de Les lèves nues.

fabeto para designar o conjunto dos fenômenos observados por nosso grupo no verão de 1953, tem sua razão de ser”. Faz parte da perspectiva materialista do condicionamento da vida e do pensamento pela natureza objetiva. Assim, os situacionistas, embora que por tempo efêmero, começaram o estudo de uma geografia afetiva, que busca cartografar os efeitos do meio geográfico no comportamento afetivo dos indivíduos.

3.

O arquiteto e urbanista e a participação na construção da paisagem

Como foi apresentada no primeiro capítulo, a história da Internacional Situcionista atravessou inúmeras variações, contratempos e contradições, contudo a tentativa de “um modo de intervir no meio urbano para induzir na participação dos habitantes e contribuir contra a alienação da passividade da sociedade” (Jacques, 2003, p.20) apresenta, até este momento, um interrogante e indispensável no debate sobre o planejamento urbano. O geógrafo David Harvey, por sua vez, Harvey (2014, p.28), afirma que “o Direito à Cidade é muito mais que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade, mas de acordo com nossos mais profundos desejos”. Não obstante, como afirma seu antecessor e principal inspirador, Henri Lefebvre, esse direito clama por se desviar da vida urbana alienada e se encaminhar na existência de uma vivência real da vida e sua relação com a sociedade:

O Direito à Cidade se afirma como um apelo, como uma exigência. Através de seus próprios desvios – a nostalgia, o turismo, o retorno para o coração da cidade tradicional, o apelo das centralidades existentes ou recentemente elaboradas – esse direito caminha lentamente. A reivindicação da natureza, o desejo de aproveitar dela são desvios do direito à cidade. Esta última reivindicação se anuncia indiretamente, como tendência de fugir à cidade deteriorada e não renovada, à vida urbana alienada antes de existir realmente. (Lefebvre, 2001, p.117)

A cidade se reduz a um objeto de consumo cultural para o esteticismo e o pitoresco. “Mesmo para aqueles que procuram compreendê-la calorosamente, a cidade está morta. Não obstante “o urbano” persiste no estado de atualidade dispersa e alienada” (Lefebvre, 2001, p. 106). Dessa forma, “ainda um caminho se abre, o da sociedade urbana e do humano como obra nessa sociedade seria obra e não produto” (Op. cit.).

A integração das nossas cidades está debilitada, as práticas pós-modernas neoliberais vão determinando as intervenções urbanas e elas, por sua vez, definem a (im) possibilidade de atuação dos seus próprios habitantes nas decisões sobre como construí-las. Como afirma a filósofa Otília Arantes:

A fisionomia das nossas cidades, definida agora por uma estratégia empresarial de novo tipo, que vai determinando com lógica própria os parâmetros de sua intervenção, realocando populações e equipamentos segundo as grandes flutuações do mercado (...) as nossas cidades são apenas a fachada mais visível da atual mundialização desintegradora do capitalismo (Arantes, 2001, p.139).

Reconsiderar o processo de produção do espaço urbano, examinando as estreitas relações entre a política e a configuração espacial urbana contemporânea significa questionar, principalmente, os modelos de gestão e planejamento baseados em uma concepção de desenvolvimento urbano sujeito a uma racionalidade econômica e à regulação através do uso do poder e da força do Estado. Nesta perspectiva, a reflexão sobre a intervenção no espaço como análise crítica que se comprometa com a abordagem de novas alternativas para as cidades contemporâneas e sua função social, não deve prescindir de um debate aprofundado no campo da prática profissional e da função do urbanista no processo de planejamento.

Dentro do marco jurídico, no Brasil, as propostas do Plano Diretor no sentido da Constituição Federal de 1988 se institui como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, baseado em diretrizes que expressam a função social da propriedade urbana. Não obstante, as diretrizes de participação somente “ganham objetividade” com a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, através da inscrição na lei de diversos mecanismos e instrumentos de participação (Santos⁵⁶, 2011 apud Soares, 2016). A partir de então, “o planejamento deixa de ser solução apenas técnica, e é convertido em resultado de articulação política entre os atores sociais” (BRASIL).

O Estatuto da Cidade⁵⁷ institui a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (BRASIL, 2001, Art.2º). Nesta ótica, Marcelo Lopes de Souza em sua obra *Mudar as Cidades* (Souza, 2006), analisa as dife-

⁵⁶ SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos, MONTANDON, Daniel Todtmann (Orgs.). Os Planos Diretores Municipais Pós-Estatuto da Cidade: balanço crítico e Perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011.

⁵⁷ A Resolução Nº25 do Ministério das Cidades, de 18 de Março de 2005, emite orientações e recomendações sobre a elaboração dos Planos Diretores em conformidade ao Estatuto da Cidade. Dentre elas, destaca-se que, segundo o Art. 3º, o processo de elaboração, implementação e execução do Plano Diretor deve ser participativo em todas as suas etapas, desde a elaboração até a definição dos mecanismos para a tomada de decisões (BRASIL).

rentes escalas da participação. Aborda a participação em *escala espacial*, apenas no nível de um projeto ou de um assentamento distinta da escala que abrange o “sistema político como um todo” (Souza, 2006, p.338). Além disso, questiona a *profundidade* da participação, “apenas na implementação de uma intervenção ou também da sua própria concepção” (Op.cit.). Em vistas da escala espacial e a participação na concepção do projeto, na visão de Souza, é importante que o arquiteto ou urbanista se afaste da postura “arrogante e autossuficiente” (Op. cit, p.418) do profissional fundamentada na técnica para entender-se a si mesmos como *pedagogos urbanos*⁵⁸ (Op.cit., p.418).

Visando colaborar com o planejamento participativo busca-se refletir neste capítulo a função do arquiteto e urbanista contemporâneo e a prática profissional neste processo. Busca-se, assim, abrir o debate sobre o conceito de participação a partir dos diferentes atores, enquanto às influências no projeto de desenho ou planejamento. A segunda questão coloca as propostas de planejamento urbano, principalmente dos inícios da pós-modernidade, que se esforçaram pela compreensão das práticas cotidianas e o modo de apreensão do espaço dos habitantes enquanto propostas orientadas a trazer novas ferramentas de análise na configuração espacial das cidades.

3.1. O papel do urbanista e a participação

Como explicamos anteriormente, o processo de produção do espaço urbano hoje em dia parece resultar do valor das intervenções espaciais com objetivos principalmente econômicos que reduzem o espaço urbano a questões meramente estéticas e a sua vez segregadoras. O questionamento aqui, portanto, consiste na postura política abordada pelo arquiteto e urbanista diante da própria condição urbana e da crise da homogeneização e serialização do habitar na qual se encontram atualmente as cidades. Parece-nos que está em jogo, quando evocamos a questão da produção reduzida do espaço, a potência transformadora do mesmo, não como modelador da realidade, porém como possibilidade dos habitantes das

⁵⁸ Entendemos como pedagogia aqui aquela que segue o pensamento de Paulo Freire, a qual “busca a restauração da intersubjetividade, se apresenta como pedagogia do Homem. Somente ela, que se anima de generosidade autêntica [...] e não humanitarista. Contraria a pedagogia que, partindo dos interesses egoístas [...] faz dos oprimidos objetos de seu humanitarismo” (Freire, 2016, p.79)

idades de se reconhecerem e participarem ativamente na constituição do mesmo. Durante este processo e particularmente num espaço reduzido da cidade, como, por exemplo, um bairro, atuam todos os atores sociais. Os arquitetos têm uma participação pontual, diferente da população local, que ali vive normalmente há muitos anos. Qual seria então o papel de cada ator neste processo? Como intervir coletivamente num espaço sem que este se reduza a uma mera questão técnica ou uma prática pontual? É possível na sociedade atual, pós-moderna, realizar um projeto participativo sem que apareçam as ameaças do mal-estar da ética neoliberal individualista?

A diferença de todas as características disparadas do planejamento urbano moderno, baseadas num ideal de cidade o qual entende o espaço como modelador da realidade, a geração posterior de arquitetos continuou com as críticas ao dogma moderno de caráter onipotente, colocando o papel profissional do urbanista num questionamento ainda hoje vigente. Em suma, a partir das práticas neoliberais do espaço, desenvolve-se, dentro da prática da arquitetura e do urbanismo, como afirma a arquiteta Iazana Guizzo, “um problema cuja radicalidade é propriamente contemporânea: ‘o niilismo’ (...) quer dizer um desinteresse generalizado por questões económicas que estaria levando á pratica profissional quase num movimento de desapareção”⁵⁹ Guizzo (2008, p.42):

Parece-nos que estamos colocados entre a onipotência do moderno e o niilismo do contemporâneo. Nos tempos áureos do movimento moderno, pensávamos que tínhamos todo o poder de transformação da sociedade em nossos espaços, e hoje sentimos que o que restou da prática arquitetônica e urbanística é uma simples prestação de serviço sem crítica, sem pensamento. (Op.cit, 2008).

Provocado por essa fissura, o exercício de debate cai sobre o papel do urbanista no processo de planejamento das cidades, neste contexto o recorte do presente trabalho é a participação nos programas e projetos dentro das favelas brasileiras. Trata-se de indagar sobre a potência transformadora do espaço como um processo gradual, evitando a “retomada utópica que idealiza um mundo perfeito alcançado a qualquer custo, mas outra forma de querer transformar que traz a diferença junto com este mundo” (Op. cit. 2008, p.43) ou, como afirma Felix Guatar-

⁵⁹ GUIZZO, 2008 ‘Esse niilismo não é uma questão apenas do campo da arquitetura e do urbanismo, mas está generalizada nos diversos campos do conhecimento, já que o grande valor contemporâneo é o valor do capital’.

ri⁶⁰ (1999 apud Guizzo, 2008, p.43), “um conjunto das possibilidades de práticas específicas de mudança de modo de vida, com seu potencial criador’, condição a meu ver para qualquer transformação social. E isso não tem nada de utópico, nem idealista”.

Ao retomar a crítica situacionista diante dos inúmeros conjuntos modernos construídos “no pós-guerra em que a fissura entre as práticas do espaço e as teorias de projeto se tornou algo demasiadamente gritante para que ela continuasse sendo coberta por um idealismo científico” (Guizzo, 2014, p.29), a questão do planejamento que abrisse o projeto aos habitantes abriria um perigo imediato: a linha fina entre a democratização do exercício do projeto e o perigo deste se manter ou se tornar, ainda mais, uma prática autoritária. Como construir um modelo de construção de um mundo mais justo sem cair novamente na imposição de modos de habitar, ainda que “bem intencionados”? (Op.Cit.2014).

É possível afirmar que, quando evocamos a questão desta fissura, precisamos rever “as relações do arquiteto com a comunidade heterogênea e a relação desta com o seu ambiente, no entendimento deste último como um espaço mais complexo que o dimensional” (Op.Cit., 2014, p.31). Guatarri⁶¹ (apud Op.Cit.), através do conceito de transversalidade afirma um paradoxo da questão da participação. Na análise institucional, o autor mostra dois eixos que normalmente estruturam os coletivos: o *vertical* ou hierarquia onde os diferentes se posicionam em ordem de superioridade; e o outro *horizontal* ou do cooperativismo onde existe uma comunhão dos iguais. Nessa organização, afirma Guizzo (2014, p.32), “quando o comum consegue operar entre os iguais dificilmente ele reverbera na estrutura hierárquica, normalmente ele age em uma *pequena* amplitude de transformação”. Com a intenção de fugir dessa concepção dualista, Guatarri propõe um terceiro eixo, o *transversal*:

(...) A modificação deve intervir ao nível de uma redefinição estrutural do papel de cada um e de uma reorientação do conjunto. Enquanto as pessoas permanecem paralisadas em torno de si mesmas elas não enxergam nada além de si mesmas. A transversalidade é uma dimensão que pretende superar os dois impasses, o de uma pura verticalidade e o de uma simples horizontalidade; ela tende a se realizar

⁶⁰ GUATARRI; ROLNIK, 1999. *Micropolítica: cartografia do desejo*. Petrópolis. Editora Vozes.

⁶¹ GUATARRI, 1987. *Transversalidade* publicado em *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. P.88-105.

quando uma comunicação máxima se efetua entre os diferentes níveis e, sobretudo nos diferentes sentidos. (Guatarri, 1987, p.97).

Dessa maneira, levando o eixo transversal para o campo do planejamento participativo, não seria necessariamente o arquiteto numa posição de autoridade quem decide sobre o projeto como também não seria a homogeneidade da comunidade na qual somente o habitante ou a sua tradição seria capaz de construir um espaço efetivamente comunitário (Op.cit). Ora, a gestão democrática nos programas e projetos de desenvolvimento urbano traz consigo uma série de mudanças que colocam o papel do arquiteto ou urbanista como pedagogo urbano a partir de uma série de questionamentos ainda a serem resolvidos. Sendo assim, os processos exigem uma mudança de perspectiva no projeto participativo, atualmente fragmentada e limitada no tempo a uma visão continua do espaço, que não termina somente quando conclui a execução do projeto, mas que continua se construindo em pequenos e sucessivos processos.

Parece ser que a participação se tornou inclusive um tema quase obrigatório, caso os projetistas ou os governantes queiram evitar a possibilidade de serem considerados autoritários ao realizarem projetos urbanos e arquitetônicos. Neste quadro, surge ainda a possibilidade de uso demagógico desse termo. A participação em muitos casos está associada a termos como democracia, justiça, equidade, diferença, proximidade entre o habitante e seu ambiente, porém surgem questionamentos na hora de repensar o modo de desenhar um projeto ou programar uma política pública como afirma Guizzo:

Quem participa passa a fazer parte de algo que já existe. A participação é o mesmo que a inclusão, adaptação ou a divisão de uma lógica existente, de um poder de decisão que já está estabelecido dentro de determinados termos. Há um modo existente de desenhar um projeto arquitetônico ou de pensar uma política pública e o que ocorre é uma inclusão de novos atores nesse modo, mas nunca, ou raramente, existe a possibilidade de repensar o próprio modo. (Op. Cit. 2014, p.24)

Diante de tais questionamentos, o papel do arquiteto ainda é questionado pela sua atitude autoritária – embora talvez ele não reconhecendo – ao ser ele quem decida as solicitações que serão desenhadas e ainda por não problematizar o processo que fundamenta tal decisão:

Esse entendimento é completamente ignorado nessa ideia simplória de que uma reunião e a boa vontade do arquiteto ou do urbanista poderiam ser suficientes para a elaboração de um projeto *comum*. Nessa ideia o arquiteto não apenas decide as solicitações que serão desenhadas, mas sobretudo ele as desenha sem problematizar todo o aparato que dispõe e que fundamenta a sua própria decisão. (Op. Cit., 2014, p.38)

Seguindo este questionamento, parece importante colocar que não resulta somente da atitude do arquiteto a simplificação do projeto. Guizzo ressalta que “se fossem aceitas todas as ponderações, desejos, desenhos e intenções, estaria-mos certamente idealizando esses habitantes” (Op. Cit., 2014, p.38). As noções de individualismo que imperam na sociedade atual nos induzem a questionar quão coletivas são as solicitações e intervenções realizadas por um morador, que advoga por sua comunidade. E ainda (Op.cit.), “a maior evidência disso são as brigas e disputas que ocorrem em uma reunião comunitária”.

Essas questões evidenciam novas buscas sobre a postura do arquiteto, que escapem da neutralidade que acaba por deixar o habitante pensar o espaço sem orientação. Não obstante, essa problemática de elaboração de um projeto comum é ainda mais complexa. Lefebvre afirma que ‘nem o arquiteto, nem o urbanista, nem o sociólogo, nem o economista, nem o filósofo ou o político podem tirar do nada, por decreto, novas formas e relações (Lefebvre, 2001, p.109).

É possível dizer que, no debate sobre o papel do arquiteto existem diferentes intervenções nas favelas brasileiras, ressaltando as ações pioneiras empreendidas por Carlos Nelson Ferreira dos Santos em Brás de Pina⁶² no Rio de Janeiro as quais ao mesmo tempo em que questionam a prática profissional do arquiteto ou urbanista, trazem no debate as configurações do imaginário coletivo na favela. Nesse exemplo, destaca a participação do morador de favela não como uma “cultura isolada” do resto, mas coloca a dependência ao sistema econômico que determina a conformação da sociedade urbana mais ampla (Santos, 1980):

⁶² Em Brás de Pina, entre 1964 a 1971 logo dos favelados resistir à força aos planos de remoção do governo de Lacerda (1960-1965), Carlos Nelson contratado pela CODESCO (Companhia de Desenvolvimento de Comunidades), desenvolve um método de apreensão e atuação que rompe os padrões do ideário da arquitetura e do urbanismo vigente e, consequentemente de intervenção urbanística, especialmente em favelas, e aplica uma metodologia em que os próprios moradores desenhavam os projetos de melhoria de suas casas (Revista de Administração Municipal Nº 156, 1980, p.7-27).

Com a prática, eu e meus colegas fomos notando que isso parecia contar mais para os favelados do que as razões materiais ou práticas, em cujo incontestado predomínio acreditávamos ao entrar nas favelas como neófitos. De fato, fomos vendo que o mais fascinante resultado do que fazíamos era o que acontecia a partir daí e totalmente fora de nosso controle. Quanto mais inventávamos sofisticadas maquinações sobre o espaço, a economia e os comportamentos sociais, mais éramos superados pelos processos do dia-a-dia individual e coletivo dos moradores (Santos, 1981).

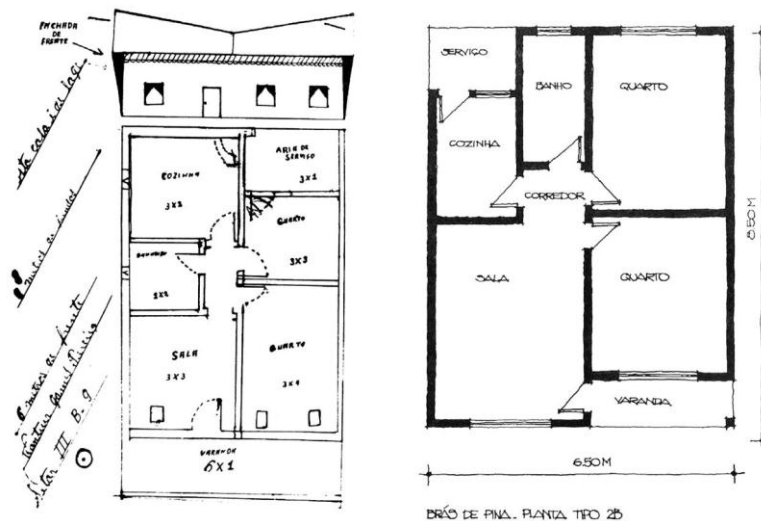


Imagem 5: Projeto para Habitação em Brás de Pina.
Planta desenhada por moradores e planta-tipo desenhada pelos arquitetos.
Fonte: (Santos, 1980).

Essa experiência resultou em importantes conquistas relativas a dissolver o estigma do morador de favela e colocou o papel do arquiteto e urbanista já não numa posição de autoridade, porém levantando questões, criando ferramentas e ensaiando alternativas a fim de construir uma arquitetura e urbanismo mais conectado às práticas cotidianas de seus habitantes. Assim, Carlos Nelson traz a consciência da atenção de projeto *com* e não *mais* para o habitante. Entretanto, afirma Guizzo:

Ao pensar nesta experiência, o urbanista brasileiro deixou claro que não há uma inclinação natural das comunidades à democracia. O arquiteto brasileiro mostrou as disputas e arranjos políticos constantemente mutáveis de uma coletividade. Sendo assim, a prerrogativa do autoritarismo do arquiteto também valeria para a própria comunidade, ou seja, um coletivo de habitantes não é naturalmente capaz de tomar decisões *comuns*. (Guizzo, 2014, p.113)

Como consequência a mudança deve intervir ao nível de uma redefinição estrutural dos papéis de cada participante e uma reorientação do conjunto. A partir da reflexão e ação transformar em independência a ação de cada participante me-

diante o processo em maior ou menor medida de transversalidade. De esta forma, retomando a teoria de Guatarri:

só a revelação de um grau mais ou menos grande de transversalidade permitirá que se desencadeie, durante um tempo, um processo analítico, oferecendo aos indivíduos uma real possibilidade de se servirem do grupo à maneira de um espelho. Então o indivíduo manifestará ao mesmo tempo o grupo e si próprio. (Guatarri, 1987, p.97)

A abordagem participativa em torno á transversalidade constitui para o filósofo “uma dimensão contrária e complementar às estruturas geradoras de hierarquização piramidal e dos modos de transmissão esterilizadores de mensagens” (Op.cit., p.100) na qual “a transversalidade é o lugar do sujeito inconsciente do grupo, o além das leis objetivas que o fundamentam, o suporte do desejo do grupo”. Uma análise de grupo que se proponha resultar no remanejamento as estruturas de transversalidade parece concebível na condição de evitar o que Guatarri define como “grupo sujeitado” ou que “sofre hierarquização por ocasião de ser acomodamento aos outros grupos” (Op.cit., p.92) e “que sua causa é ouvida” sem ser ele que enuncia alguma coisa.

3.2.

A observação direta da vida urbana e a clareza física: As propostas de Jane Jacobs e Kevin Lynch.

Como foi apresentado no capítulo anterior, o contexto histórico dos anos 60, inícios da pós-modernidade, trouxe junto com os movimentos em busca de uma cidadania cada vez mais crítica com as ações governamentais, recorrentes buscas metodológicas para projetar a cidade. Apesar das diferenças contextuais em tempo e espaço com a pós-modernidade neoliberal, detentora do espaço urbano atual, existem em varias propostas dessa década, similitudes com as experiências mencionadas acima, no que concerne à busca para construir o espaço urbano não desde um eixo vertical, porém com um sentido orientado para compreender as significações dos habitantes⁶³.

⁶³ Na escala global, a necessidade de uma maior aproximação entre arquitetos-urbanistas e as comunidades como combate ao autoritarismo exercido nas práticas do projeto aparecem em diversos trabalhos teóricos principalmente desde a segunda metade do século XX. Pode-se citar a John Turner e a questão da autoconstrução, Bernard Rudowsky e arquitetura sem arquitetos, N. John Habraken e Lucien Kroll com a teoria dos suportes, Roberto Venturi, Christopher Alexander buscando de diferentes maneiras uma relação direta com o habitante (Guizzo, 2014).

A ideia de uma análise da cidade desde uma perspectiva das práticas cotidianas e a percepção dos habitantes surge a partir de entender que não há uma sociedade perfeita a ser realizada a partir de um modelo sugerido por alguém. Ainda críticos a este tipo de sociedade e contrários à urbanização ortodoxa e monótona das cidades, pode-se citar a urbanista e ativista política, Jane Jacobs, e sua contribuição contra a ideia de setorização e organização da cidade, segundo funções predeterminadas, assim como os trabalhos do urbanista Kevin Lynch.

Há diferenças, portanto, conforme a maneira como a crítica é abordada. Por um lado, Jacobs aponta contra a infinidade de dogmas e afirma ser necessária “a diversidade de usos que propicie uma sustentação mútua e constante tanto econômica quanto social” (Jacobs, 2014, p.13). Por outro lado, Lynch recorre a uma abordagem de caráter experimental a partir da ideia de que a organização simbólica da paisagem poderia favorecer a relação entre o cidadão e seu ambiente local e estabelecer uma relação emocionalmente segura entre o homem e a cidade (Lynch, 2011). Ambos os autores se caracterizam pela procura de novas metodologias de planejamento e design, que atendessem as cidades compreendendo a complexidade que elas abarcam. Buscam “refletir sobre as cidades como organismos repletos de inter-relações não examinadas, mas obviamente intrincadas, e suas relações sem dúvida inteligíveis” (Jacobs, 2014, p.488).



Foto 4.: Jane Jacobs em manifestação.

Fonte: History of social work. Disponível em

<http://www.historyofsocialwork.org/eng/details.php?cps=16>

O que Jacobs mostrou foi justamente o equívoco das teorias dedutivas e formulação de *masterplans* que foram apropriadas nos anos 60, resultando em projetos de renovação urbana baseados no arrasamento de áreas consolidadas e sua substituição por viadutos, vias expressas e conjuntos habitacionais de baixa qualidade. Através de numerosos exemplos, a autora explicita as falhas nas cidades como resultado das teorias de planejamento urbano moderno separatista, a partir da estreita relação com os projetos monótonos e a uniformidade expandida que se contrapõem com a vitalidade urbana necessária nas cidades (Jacobs, 2014).

Jacobs, contemporânea aos projetos do arquiteto atuante na cidade de Nova York Robert Moses, que advogava a construção de viadutos atravessando a cidades para maior liberdade dos carros (Steyaert, 2012), alerta para os riscos sobre as cidades existentes, onde a vitalidade das ruas, das calçadas e da interação social, parecia estar desaparecendo. Ela acusa os urbanistas modernos de destruírem esse potencial urbano (Guizzo, 2008). Como crítica incisiva a este tipo de planejamento, ela clama pela necessidade de um raciocínio indutivo, que partisse do particular para o genérico e, ainda propõe a observação direta da vida urbana para a proposição de melhores ideias que propiciem a vitalidade e a diversidade nas cidades principalmente a partir do desempenho econômico, fundamentado em quatro condições, tais como: a mistura de usos, a necessidade de quadras curtas, de prédios antigos e o uso intenso do solo urbano a fim de contribuir para a concentração populacional (Jacobs, 2014):

1º Condição: O distrito, e sem dúvida o maior número possível de segmentos que o compõem, deve atender a mais de uma função principal; de preferência, a mais de duas. Estas devem garantir a presença de pessoas que saiam de casa em horários diferentes e estejam nos lugares por motivos diferentes, mas sejam capazes de utilizar boa parte da infraestrutura. (Op.cit., p.167)

2º Condição: A maioria das quadras deve ser curta; ou seja, as ruas e as oportunidades de virar esquinas devem ser frequentes. (Op.cit, p.197)

3º Condição: O distrito deve ter uma combinação de edifícios com idades e estados de conservação variados, e incluir boa porcentagem de prédios antigos. (Op.cit., p.207)

4º Condição: O distrito precisa ter uma concentração suficientemente alta de pessoas, sejam quais forem seus propósitos. Isso inclui pessoas cujo propósito é morar lá. (Op.cit.,p. 221).

O papel do urbanista que a autora traz no debate, colocando-o na função de respeitar e compreender as particularidades das pessoas ‘comuns’, sem especialização, as quais tem ligação a um bairro e, assim, estão *acostumadas* a usá-lo (Op.cit., 2014), sugere um afastamento da maneira de pensar genérica ou abstrata, e ressalta a importância da procura de “indícios ‘não médios’ que envolvam uma quantidade bem pequena de coisas, as quais revelem como funciona uma quantidade maior e ‘média’” (Op.cit., 2014, p.490).

Como crítica ao caráter onipotente dos planejadores de sua época, Jacobs ressalta que eles ‘gostam de pensar que lidam globalmente com a cidade geral e que sua importância é muito grande porque eles “veem o quadro como um todo” (Jacobs, 2014, p.465). Afirma, ainda, que:

a única maneira de um administrador conhecer e compreender um lugar, em parte, por meio de informações e observações diretas ao longo do tempo e, mais ainda, assimilando o que outras pessoas, tanto do governo como fora dele, conhecem do lugar (Op. Cit., 2014, p.458).

A teoria urbana de Jacobs reconhece os possíveis efeitos diferentes dos elementos das cidades – ruas, parques, distritos, pontos de referência – ‘de acordo com as circunstâncias e o contexto em que existam’ (Op.cit., 2014, p.490) a sua análise sugere táticas de generalizações, das quais ela mesma coloca ‘não podem ser usadas rotineiramente para afirmar qual é o significado das particularidades de um lugar específico’ (Op.cit., 2014, p.491).

Desta forma, Jane Jacobs encoraja os planejadores a trabalhar nas bases de suas observações e compreender a complexidade em oposição a impor teorias de planejamento rígidas e inquestionáveis (Wendt, 2009). O foco da proposta da autora baseia-se na observação das práticas cotidianas das pessoas que vivem cotidianamente um espaço como ponto de partida para um projeto urbano específico, entendendo que a indução substitui a dedução na análise da cidade e, de certa forma, compreende que a complexidade da cidade⁶⁴ precisa de transformações

⁶⁴ JACOBS, 2014 p.477-496 A autora realiza uma compreensão do tipo de problema que a cidade representa dentro da história do pensamento científico como análogo ao estudo das ciências biológicas onde reflete a importância de observar a própria cidade como parte da natureza constituindo isto um problema de complexidade organizada. Por sua vez critica os tipos de propostas de planejamento anteriores – principalmente a Cidade-Jardim de Howard Ebenezer abarcado duas variáveis – quantidade de moradias e população – como problema de simplicidade elementar e a Ville Radi-

processuais e possíveis do espaço. “É uma partidária convencida do modo de existência autenticamente urbano”. (Choay, 2000, p.293)

Suas pesquisas, embora realizadas com espírito passional, repousam em uma informação sociológica profunda. As ideias contidas em *Morte e Vida das grandes cidades* contribuíram nos Estados Unidos para a criação de uma nova corrente pró-urbana e inspiraram, em parte, o remodelamento do centro de grandes cidades como Boston e Filadélfia. (Choay, 2000, p.293)

Como proposta de pesquisa empírica, Kevin Lynch trata do mesmo modo que os membros da Internacional Situacionista a importância de observar a cidade a partir da percepção de seus habitantes e como ela poderia influenciar o modo de ser vivenciado pelos seus habitantes. Foi o primeiro urbanista a trazer a reflexão sobre o papel do especialista para uma compreensão da cidade existente a partir de suas complexidades. Assim como os situacionistas, preconiza um afastamento do caráter autoritário do planejador para orientar e experimentar ferramentas em busca de uma visão horizontal da cidade a partir da visão dos habitantes. Para que fosse possível a abertura ao envolvimento participativo dos cidadãos nas questões urbanas, formou-se a partir de diversas disciplinas, estudou arquitetura com Frank Lloyd Wright e fez estudos em psicologia e antropologia que o levaram a uma nova abordagem da cidade principalmente desde a perspectiva visual (Choay, 2000).

Voltou particularmente a atenção para o ponto de vista da consciência perceptiva limitando-se voluntariamente ao campo visual, estudou as bases da percepção específica da cidade e procurou isolar suas constantes que deveriam integrar qualquer proposta de planejamento (Choay, 2000, p.307).

A partir da comparação de três cidades norte-americanas de características particularmente diversas – Boston, Jersey City e Los Angeles⁶⁵ – mediante uma pesquisa empírica, procurou desenvolver ideias e métodos que descobrissem as formas que dariam mais força à imagem, de modo a sugerir alguns princípios de design urbano. Trata-se, portanto, de um estudo piloto que não buscava comprovar fatos, mas testar uma série de ideias presentes na relação da realidade visual e a imagem que os cidadãos tinham dela.

euse de Le Corbusier como se baseando somente em estatísticas por onde reduzindo-se a um problema de complexidade desorganizada

⁶⁵ LYNCH (2011, p 17) Boston devido à sua característica e vigorosa forma, Jersey City pela sua aparente falta de forma e Los Angeles por ser uma cidade nova, de escala profundamente diversa e com uma quadricula na sua área central.

A pesquisa se concentra no desenvolvimento da *imaginabilidade*, considerada como “a característica, forma, cor ou disposição que facilita a criação de imagens mentais claramente identificadas, poderosamente estruturadas e extremamente úteis do ambiente” (Lynch, 2011, p.11). Aqui, desenvolve o conceito de *imagem ambiental* a partir de testar cinco elementos: vias, limites, bairros, marcos e pontos nodais. Desta forma, a análise limita-se aos efeitos dos objetos físicos perceptíveis sem contar com o significado social de uma área, sua função, sua história, ou seu nome. Esta restrição deve-se ao pressuposto de que no design “a forma deve ser utilizada para reforçar o significado, e não para negá-lo” (Lynch, 2011, p.51).⁶⁶

Ao que se percebe, o caráter participativo da proposta de Lynch vê-se demasiado limitado em função de duas medidas adotadas na metodologia aplicada. A primeira relaciona-se com o tamanho reduzido da amostra, restringindo o estudo a escala central de cada cidade, o qual foi justificado devido a ser uma proposta experimental. Contudo, numa área de quatro mil por dois mil e quinhentos metros foram entrevistadas 30 pessoas em Boston e somente 15 habitantes de Jersey City e Los Angeles. A segunda se baseia na concentração das entrevistas nas classes profissionais e empresariais não considerando desta forma uma “verdadeira imagem pública” da cidade (Op. cit. 2011, p.18). Assim, duas análises básicas foram feitas:

1. Um reconhecimento do campo sistemático da área foi feito a pé por um observador experimentado, que mapeou a presença de diversos elementos, sua visibilidade, a força ou a fragilidade de sua imagem, suas conexões, desconexões e outras inter-relações, e registrou quaisquer vantagens ou dificuldades da estrutura imagística potencial. Foram avaliações subjetivas com base na aparência imediata desses elementos de campo.
2. Fez-se uma longa entrevista com uma pequena amostra dos moradores da cidade, com o objetivo de fazê-los evocar suas próprias imagens do meio físico em que vivem. A entrevista incluía pedidos de descrições, identificação de lugares e desenhos; também se pediu aos entrevistados que fizessem passeios imaginários. (Op.cit., 2011. p.18)

Para desenvolver as questões da imagem ambiental, a metodologia escolhida concentrou-se na relação entre imagem e forma física a modo de confirmar que a “forma do ambiente em si representou um papel decisivo na configuração da

⁶⁶ No livro seguinte do autor “A boa forma da cidade” (1999) engloba categorias como “a vitalidade, o sentido, a adequação, o acesso e o controle, além do que designa por meta-critérios – a eficiência e a justiça”.

imagem” (Op. cit. 2011, p.19). Esse conjunto de análises levou ainda a divisão da imagem ambiental em três componentes: identidade, estrutura e significado (imagem 6). Abstraídos para a análise, Lynch ressalta a importância de que sempre apareçam juntos. Se a *identidade* remete a identificação de um objeto e sua diferenciação de outros, a *estrutura* estará pautada na relação espacial ou paradigmática do objeto com o observador e os outros objetos enquanto o *significado* remete a relação que o observador possui, seja prática ou emocional com o objeto em questão (Lynch, 2011).

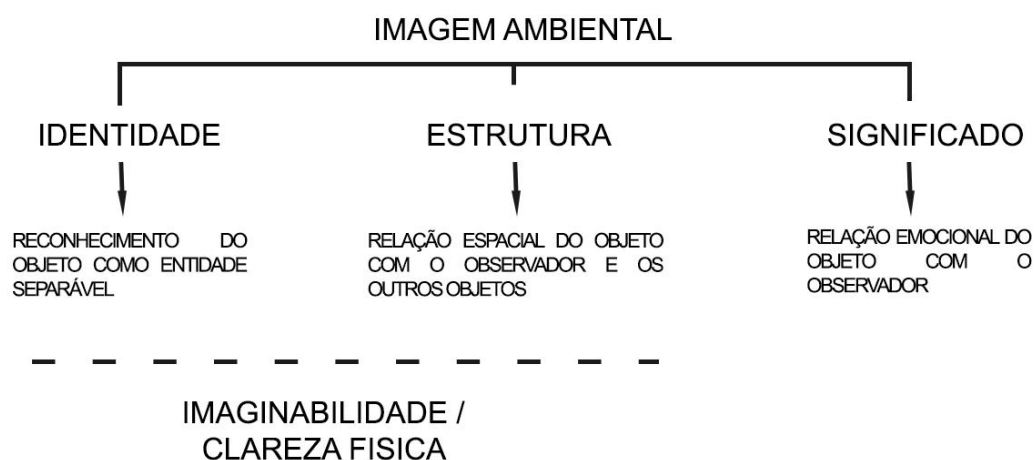


Imagem 6: Componentes da imagem ambiental.
Fonte: Elaboração própria.

Ao estabelecer as entrevistas, Lynch procurou ferramentas que permitissem aos habitantes de cada cidade evocar suas próprias imagens do meio físico em que vivem. “A necessidade, afirma Lynch, de reconhecer o ambiente é tão crucial e tem raízes tão profundamente arraigadas no passado, que a imagem que cada indivíduo possui é de enorme importância prática e emocional para si mesmo” (Op. cit, 2011, p.4). A técnica utilizada além das perguntas que facilitassem a identificação dos diferentes lugares das cidades foi o desenho de mapas mentais esquemáticos que fossem descrevendo a maneira de como a cidade era percebida por cada entrevistado. Todavia, é importante ressaltar que os esboços pedidos, representavam a clareza física ou imaginabilidade descartando qualquer relação emocional do objeto com o observador (Op.cit, 2011)

A metodologia utilizada por Lynch se aproxima da pesquisa dos situacionistas, sugerindo novas propostas de apreensão do espaço urbano. Por outro lado, ela se afasta do caráter afetivo esboçado pela psicogeografia, colocando como priori-

dade conhecer a cidade a partir de sua clareza física. Sendo assim, resultam evidentes as diferentes orientações das propostas enquanto aos diferentes níveis de percepção do meio geográfico.

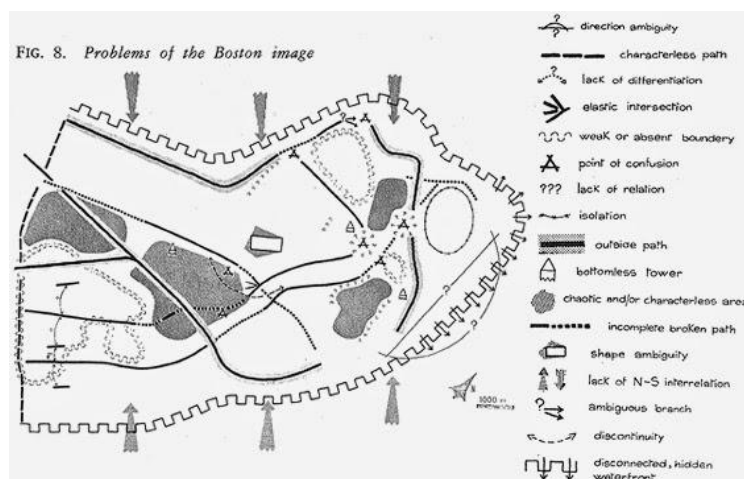


Imagem 7: Problemas da imagem de Boston.

Fonte: Lynch (2011, p.28)

Desta forma, a abordagem proposta por Lynch afirma que a forma física seria a qual influiria no modo de agir do habitante, colocando como responsabilidade para o observador outorgar o significado da mesma. Não seria mesmo esta proposta uma forma de interpretar o habitante como mero observador passivo na constituição do espaço? Qual seria a participação ativa do habitante, caso o desenho urbano se limitasse a forma física da paisagem urbana?

4.

O estudo de caso

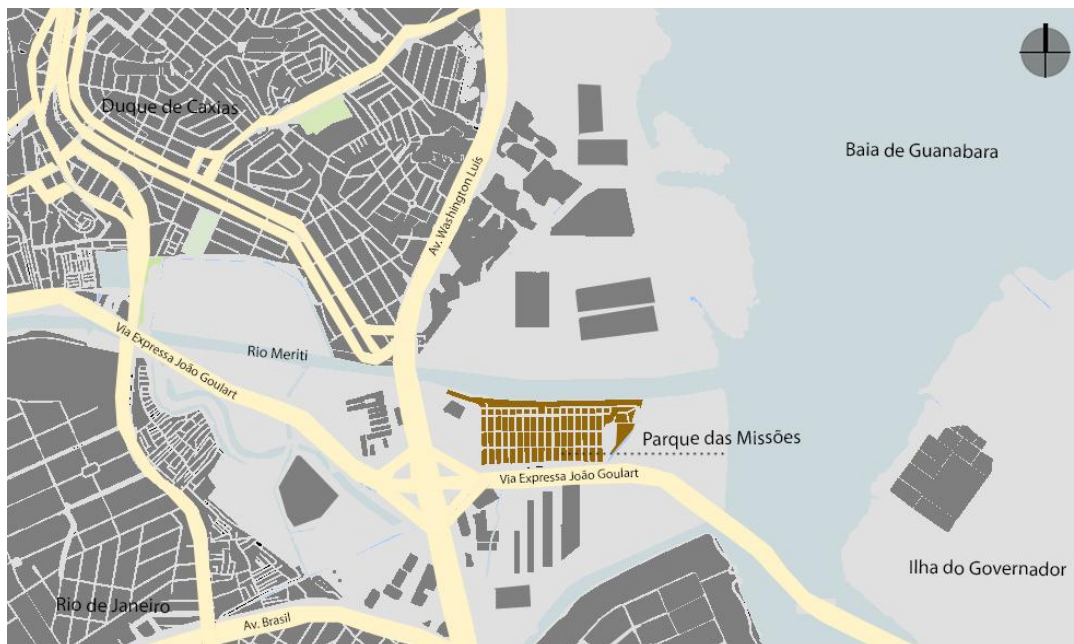
No percurso dos capítulos anteriores foram apresentadas teorias e experiências que buscavam uma mudança na compreensão do espaço urbano a partir de novas maneiras de estudar a cidade e a experimentação de ferramentas diferentes que permitissem aproximar ao planejamento e desenho urbano a visão dos cidadãos no processo. Consequentemente, não existe um ideal técnico de moradia ou espaço urbano, mas sim uma necessidade de que esse espaço seja apropriado e vivido como obra e não produto (Lefebvre, 2001).

De esta forma, este estudo de caso a partir de uma pesquisa participante acompanhando a organização TETO pretende experimentar a eficácia do mapa mental como meio de expressão das diferentes percepções do espaço urbano e as distintas formas de apropriação da paisagem. Mediante a realização de desenhos de mapas mentais acompanhados de entrevistas orais se buscam mecanismos alternativos de trabalhar a participação mediante a compreensão da cidade vivida a partir do encontro das diferentes subjetividades.

4.1.

A área de estudo

O estudo de caso foi realizado no bairro Parque das Missões em Duque de Caxias (Mapa 1), na região metropolitana de Rio de Janeiro. Trata-se de um conjunto habitacional, construído em 1992, para o reassentamento das famílias removidas pela construção da Via Expressa João Goulart (Linha Vermelha). As famílias que moravam nas comunidades Parque Juriti, Canal Meriti (localizados no município de São João de Meriti), Prainha, Vila Nova e Manágua (em Duque de Caxias) foram reassentadas nas casas construídas durante o governo de Leonel Brizola. Em 1999, numa segunda etapa, o Governo Anthony Garotinho expandiu o espaço do conjunto, através da construção de novas casas no espaço restante, o qual estava sendo ocupado por novas moradias precárias. Além destas famílias, estas casas foram construídas para reassentar moradores removidos da Favela do Padre, no mesmo governo. A terceira etapa foi construída ainda no Governo Garotinho, onde se construíram casas de apenas um quarto em 10 ruas paralelas ao Rio Meriti (TETO, 2015).



Mapa 1: Localização do bairro no Município de Duque de Caxias, no limite com o Município de Rio de Janeiro.

Fonte: Google Maps.

A partir dos anos 2000, várias famílias começaram a ocupar as margens do rio Meriti. O crescimento dessa ocupação se gerou de maneira linear, em paralelo ao curso de água desde a ponta próxima a baía de Guanabara até a Avenida Washington Luís. Junto com a expansão também foi se consolidando as construções de alvenaria, definindo as áreas mais precárias nos limites do bairro – denominadas de Itaipava e Colômbia. Nesta área, se constitui no cotidiano uma disputa entre as condições indispensáveis à sobrevivência imediata e projetos para o futuro. Desta forma, Torres ressalta que:

“A cidade assim concebida demanda a realização de análises tentativas, abertas e parciais da ação social, orientadas por hipóteses cuja correção será verificada no próprio desenrolar do acontecimento. Este tipo de análise exige indução e intuição, apoiadas em teorias da ação” (Torres, 2009, p.153).



Imagem 8: Acessos ao bairro Parque das Missões.

Fonte: Google Earth

Dentro da área de estudo, como em grande parte das favelas do estado Rio de Janeiro, a ausência de infraestrutura urbana adequada e transporte deficiente junto com escassez de assistência médica e educacional, e áreas de lazer, a presença do narcotráfico são parte do cotidiano das famílias que moram em Parque das Missões. Junto com a proximidade das casas com o Rio Meriti, o qual as tornam vulneráveis a riscos de enchentes e erosão, além de ser uma prática o despejo de resíduos sólidos e esgoto (foto 5)



Foto 5: Área de acumulação de lixo na margem do Rio Meriti.

Na margem superior direita localização na Itaipava.

Fonte: Elaboração própria.

A escolha da área se deve –como explicado anteriormente – pela proximidade que a autora tem com os moradores locais a partir do trabalho voluntário na organização TETO da qual faz parte, e que tem por objetivo a mobilização e organização comunitária visando fortalecer as capacidades comunitárias através da participação, autogestão e criação de redes de apoio. As observações sobre a dificuldade de comprometimento dos moradores com os trabalhos comunitários, junto e as dinâmicas que aconteciam nas visitas ao lugar justificam a escolha de experimentar uma ferramenta para pensar em processos de participação a partir das ações e desejos dos habitantes locais. Nesse contexto, foi delimitada uma área-estudo que, segundo Rossi (2001), pode ser considerada uma abstração com respeito ao espaço da cidade. Ela serve para definir melhor determinado fenômeno. Ainda assim, é importante compreender a distinção entre área-estudo e área-real, já que o que queremos abarcar é um fenômeno que, embora possa estar relacionado as dimensões que compõem a cidade, precisa ser delimitado para sua compreensão mais específica:

Portanto, dávamos, de um lado, uma definição de área-estudo como método de trabalho e uma definição de área-estudo mais complexa, entendida como elemento qualitativo da cidade [...] um pedaço da cidade oferece maiores critérios concretos, do ponto de vista do conhecimento e do ponto de vista da programação (intervenção). (Rossi, 2001, p. 63-66)

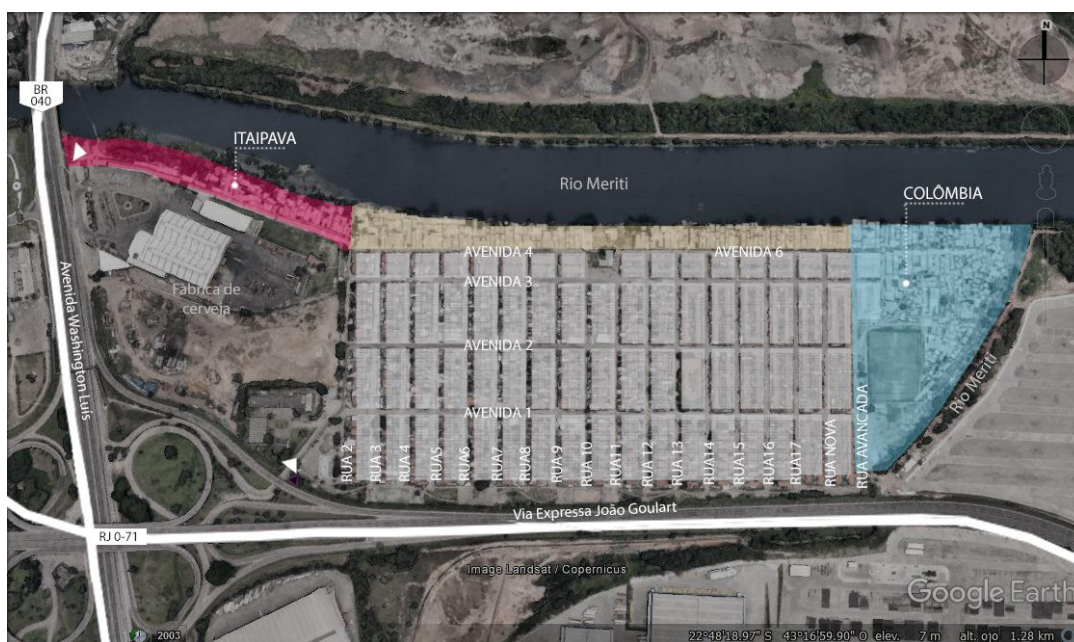


Imagem 9: Áreas faveladas nos limites do Rio Meriti.

A área amarela é nomeada pelos moradores como Avenida 4 e a diferença da Itaipava e Colômbia predominam nessa zona as construções de alvenaria.

Fonte: Google Earth.

De esta forma, a área-estudo foi demarcada num setor de Parque das Missões denominado Itaipava (imagem 9), onde moram 166 famílias. Caracteriza-se por estar limitado entre o Rio Meriti e a fábrica de cerveja, a Avenida Washington Luís e o conjunto habitacional Parque das Missões. A consolidação da área teve início no ano de 2003. Este processo se acelerou nos três anos subsequentes. A partir desse momento, o assentamento foi realizado de forma mais gradual (imagem 10). Desde as primeiras ocupações, os próprios moradores se questionam sobre a relação com o território. Para ilustrar esse movimento, uma das entrevistadas relatou sobre o momento em que chegou à favela há 12 anos:

Eu morava numa outra comunidade, eu pagava aluguel, pagava alimentação melhor, e quer dizer. Ai surgiu a oportunidade para a gente construir aqui. Ai a gente foi construindo devagar, aos poucos. Aí tá, eu vim morar aqui, eu não aceitei no início porque eu olhava assim, falava assim meu deus. Como é que eu vou morar aqui (...) mas ai o tempo foi passando, ai o pessoal foi enchendo. Porque quando eu vim morar aqui, eu acho que só tinha um dois ou três barracos e o pessoal começou a construir, era tudo de madeira e foram construindo, mesmo de madeira porque as construções eram difícil, né. (Alice, mulher, 43 anos, mora na Itaipava há 14 anos. Mapa mental N°14).⁶⁷



FEVEREIRO 2003



SETEMBRO 2003



JUNHO 2006



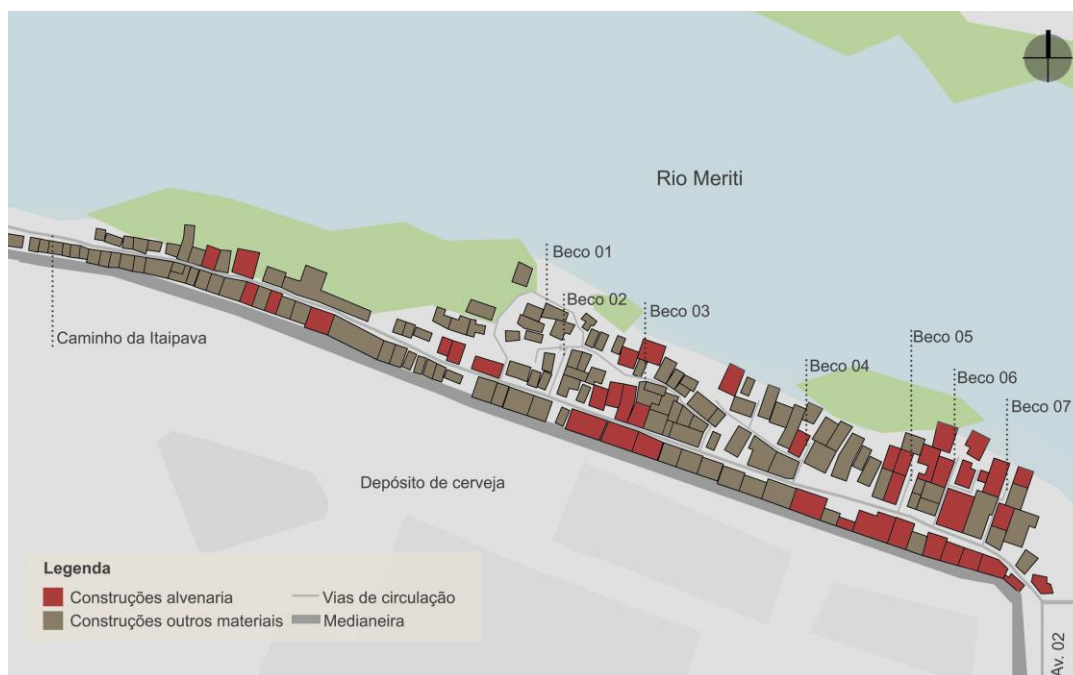
MAIO 2016

Imagem 10: Mapa de crescimento da área da Itaipava.

⁶⁷Em todos os casos, os nomes dos entrevistados e a localização das moradias no mapa foram modificados por respeito à privacidade dos mesmos (manteve-se a área próxima da localização).

Fonte: Google Earth.

O processo de consolidação e assentamento, até dezembro de 2016, é representado pelas 166 moradias existentes numa superfície de aproximadamente trezentos e cinquenta metros de comprimento por 50 metros de largura, das quais 54 são construções de alvenaria, enquanto que as 112 restantes são construções precárias de diferentes materiais, predominantemente madeira (mapa 2). Em termos de paisagem urbana, como será apresentado mais adiante, percebe-se variações entre as diferentes materialidades que conformam as diversas áreas e suas representações no espaço. A estruturação do tecido das vias de circulação se configuram em diferentes áreas, que se organizam em torno a uma via principal, denominado o ‘caminho da Itaipava’ e que funciona como via conectora entre o conjunto habitacional e a Avenida Washington Luís. Nessa via se localizam alguns escassos comércios, mercados, bares e igrejas, concentrando tanto a circulação como os espaços de encontro.



Mapa 2: Materialidade das moradias construídas na área-estudo.

Em vermelho as construções de alvenaria, em amarelo construções de outros materiais.

Fonte: Elaboração própria.

Em suma, este trabalho visa experimentar a eficácia dos mapas mentais como ferramenta de expressão da população sobre o espaço urbano da favela de modo de contribuir tanto na reflexão das formas de participação nos processos de planejamento mediante a construção de conhecimento e como uma porta de aber-

tura para a conscientização em relação aos espaços de vivência e consolidação de um espaço de voz e expressividade da população local. Assim, não supõe uma resposta fechada, mas interpretações diversas e principalmente complexas, sendo um campo em permanente expansão evocando questões que não tem resposta pronta, mas um caminho a ser elaborado.

4.2.

A aplicação do método

A abordagem iniciou-se pelo levantamento bibliográfico acompanhado de constantes visitas à área durante três meses entre o período de outubro a dezembro. Os dias escolhidos para as visitas foram definidos nos finais de semana em relação aos dias em que o grupo de voluntários da organização TETO trabalha na área. Embora a autora das entrevistas tivesse começado o trabalho no local, em 2016, a organização atua desde o ano de 2015 junto com os moradores locais em projetos de autoconstrução de moradias provisórias. Nesse contexto, tiveram lugar as entrevistas a partir de um vínculo existente entre a organização e os entrevistados que desenharam os mapas mentais.



Foto 6: Modelo de construção da organização TETO.

Na imagem, biblioteca construída em Jardim Gramacho, Duque de Caxias.

Fonte: Site web da organização TETO. Disponível em: <http://www.techo.org/paises/brasil>

Na primeira etapa, desenvolvida durante o mês de outubro, foram realizadas visitas ao lugar acompanhadas de um percurso fotográfico pela favela para conhecer o lugar e definir o recorte espacial da pesquisa, enquanto as fotografias permitiriam aproximar a compreensão da realidade da paisagem. Ao mesmo tempo, foram realizadas observações empíricas que responderam algumas interrogações em relação às práticas cotidianas, o vínculo da área com o resto de bairro, a construção do espaço ao longo do tempo e a configuração atual do mesmo a partir dessa construção. Desta maneira, constituiu-se a base para a aplicação dos mapas mentais, acompanhados das entrevistas e observações contínuas do processo.

Foram definidos os moradores a serem entrevistados a partir de três critérios: (1) a distribuição geográfica do lugar de moradia; (2) a distinção por gênero e (3) diferentes faixas etárias⁶⁸. Esta distinção teve como objetivo observar a variedade de imagens, que cada morador forma em função da relação com o espaço, assim como as diferentes informações que cada pessoa possui, trazidas pelas diversas experiências pelas quais passa no cotidiano. Apesar da análise dos resultados estar delimitada a área geográfica, a variação de gênero e faixas etárias permitiu que a metodologia fosse abrangente a uma amostra diversa de entrevistados. O espaço coletivo é construído pela soma de todas as individualidades. A proposta não foi distinguir individualidades, porém, a partir dessas individualidades, compreender percepções diversas, segundo diferentes zonas da área em estudo.

Na amostra, por não se tratar de uma *pesquisa quantitativa*, a quantidade ficou estimada em torno de quinze usuários, generalizando os resultados da parte (amostra) para o todo (população) (Barbeta apud Vaz & Pereira, 2001, p. 17). Ao se tratar de uma *pesquisa qualitativa*, não foram utilizados métodos estatísticos, mas observações detalhadas de um pequeno universo amostral. As quinze entrevistas foram realizadas ao longo de dois meses, de novembro a dezembro, pela entrevistadora acompanhada por voluntários da organização.

Na segunda etapa, realizaram-se as quinze entrevistas durante os finais de semana, baseadas na aplicação metodológica dos mapas mentais propostos por Kevin Lynch. Essas entrevistas foram feitas com o objetivo de testar a viabilidade

⁶⁸ No Anexo 3 está disponível a distribuição realizada das entrevistas com a distinção dos critérios utilizados e os mapas mentais realizados por cada entrevistado.

da aplicação dos mesmos, acompanhando a ideia da imaginabilidade e a relação com a participação. Ao longo de dois meses, ao finalizar esta etapa, foi analisada a metodologia aplicada e se as perguntas cumpriam com os objetivos previstos.

Etapa	Procedimento	Duração	Motivo	Universo Amostral
1) Análise fotográfica empírica	➡ Levantamento fotográfico	Finais de semana de manhã durante um mês	Definir o recorte espacial empírico da pesquisa	A pesquisadora
2) Entrevistas	➡ Entrevista e desenhos, com posterior análise	Finais de semana de manhã e tarde durante dois meses	Apliação metodológica dos mapas mentais	Quinze pessoas segundo variabilidade de critérios

Imagem 11: Etapas de aplicação da metodologia e a explicação do procedimento, duração, motivo e universo amostral.

Fonte: Elaboração própria.

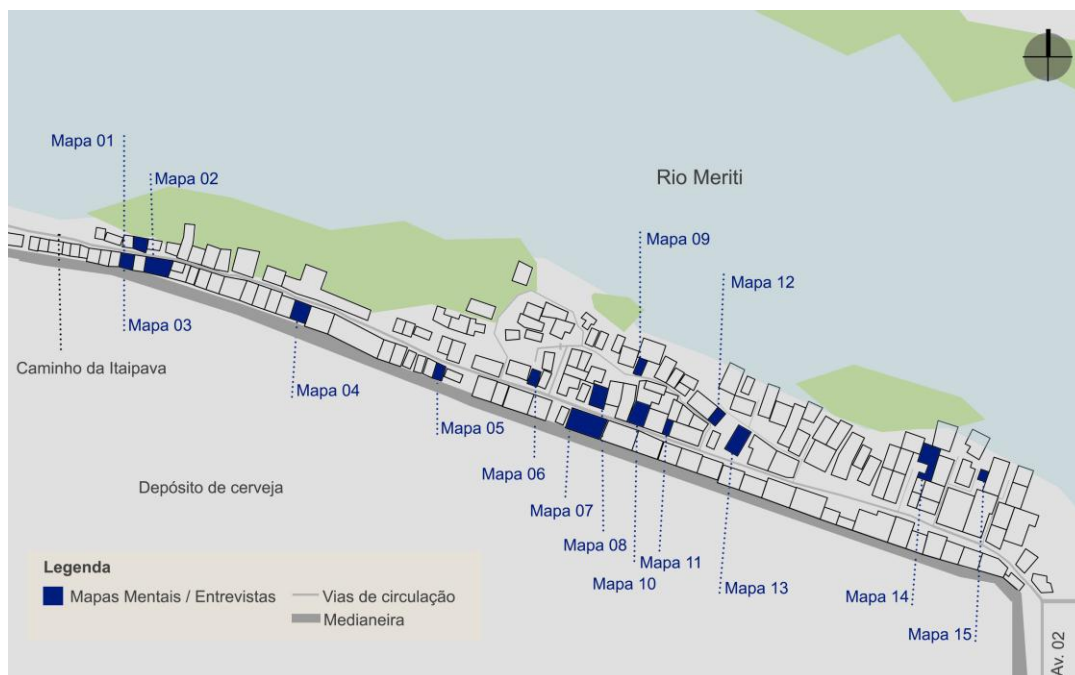
A própria fase da entrevista foi tão importante quanto os desenhos finalizados. De maneira geral, no processo de desenho, as pessoas costumavam explicar o porquê de cada um dos elementos. As experiências recorrentes das entrevistas foram variadas segundo cada entrevistado. Em alguns casos, os entrevistados se envolveram rapidamente com o desenho, enquanto outros expressavam certa reserva e timidez. É relevante perceber que grande parte das entrevistadas eram mulheres, que se mostravam contrárias à ideia de desenhar, mas, uma vez começado o processo, o interesse aumentava gradativamente quanto assim também a abertura para o diálogo.



Foto 7: Desenho dos mapas mentais no momento das entrevistas.

Fonte: Elaboração de Barbara Bravo.

Ao ser o objetivo a experimentação de uma ferramenta de expressão várias questões diversas estavam contidas na questão original: (a) quão confiável é o método enquanto abordagem da percepção tanto da forma física como do significado que cada morador lhe outorga a mesma? (b) as conclusões são válidas para determinar ações ou procedimentos no planejamento ou projeto participativo? (c) poderia efetivamente a construção dos mapas mentais funcionar como ferramenta de diálogo entre o arquiteto ou urbanista e a população local?



Mapa 3: Distribuição das moradias das pessoas entrevistadas.

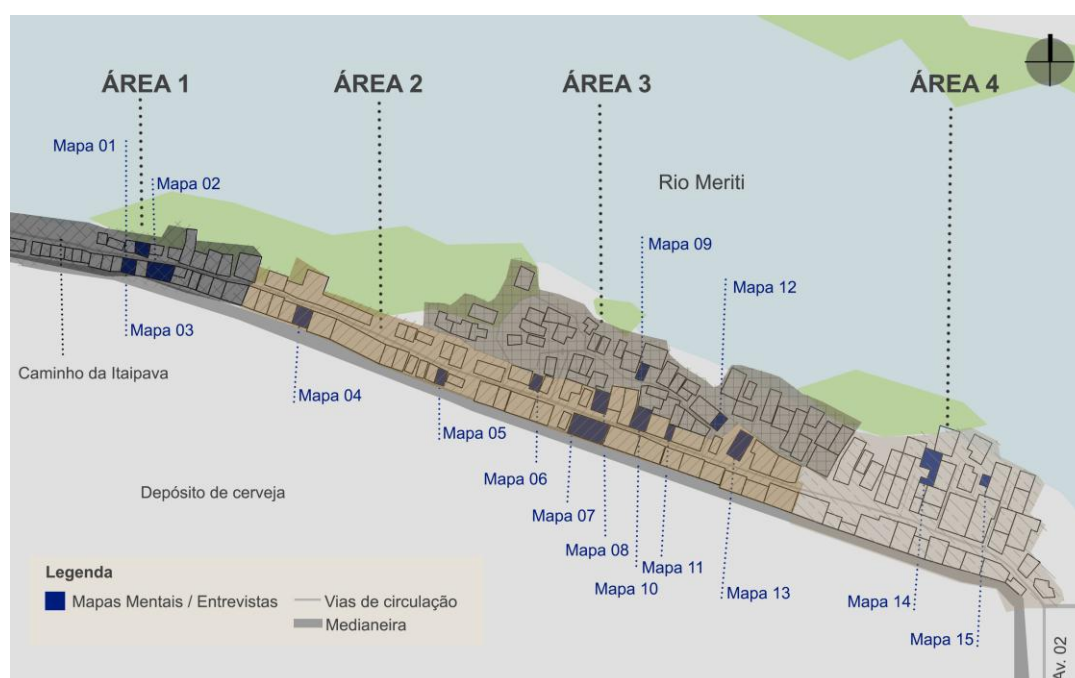
Fonte: Elaboração própria.

4.3. A divisão das áreas

A análise foi abordada a partir de duas questões que serão explicadas no capítulo seguinte. A primeira está relacionada com o objetivo principal da pesquisa e constitui a análise da metodologia aplicada a partir dos mapas mentais e sua possível contribuição ao planejamento participativo. A segunda se caracteriza pela distribuição dos desenhos realizados pelos entrevistados no mapa da área de estudo com o objetivo de questionar e interpretar as diferentes observações dos entrevistados em setores com paisagens urbanas diferentes.

Para um melhor esclarecimento e aprofundamento das avaliações sobre as vivências relatadas, dividimos a área em quatro seções. Os critérios de divisão

foram com base nas características de cada uma das áreas e suas diferenças com o resto, principalmente a partir das localizações em função dos limites e vias de circulação, que, como ressalta Jacobs, são organizadoras das práticas do uso do espaço (Jacobs, 2014). Na sequência, descreveremos as quatro áreas distinguidas (mapa 4) na primeira etapa da pesquisa. Em termos gerais, a área se apresenta como uma zona de mangue degradado (NIMA PUC RIO, 2009) e sua particular localização geográfica conformou o traçado dos caminhos a partir de uma via principal de circulação paralela ao Rio Meriti e vários caminhos secundários em sua maioria sem saída.



Mapa 4: Distribuição das áreas delimitadas para a análise.

Fonte: Elaboração própria.

Área 1:

Esta área apresenta uma temperatura relativamente fresca e cobertura vegetal principalmente de amendoeiras o que produz um microclima agradável, dando sensação de conforto e frescor (foto 8). Há predominância de construções contínuas de madeira, metal e diversos materiais não duráveis em ambos os lados do caminho principal da favela. A distância entre fachadas é extremamente estreita (1,2 metros), conformando o espaço para a rua principal pela qual circulam motos, bicicletas e pedestres. Ao mesmo tempo, esse caminho estreito tem de forma muito peculiar um comprimento extenso e arborizado que conclui chegando à Aveni-

da Washington Luís em uma abertura visual ao Rio e a via rápida. Isto é principalmente acentuado pela finalização da linha de construções limítrofes do curso de água em comparação com a outra a qual é limítrofe a medianeira que separa a favela da fábrica de cerveja. Aqui a estrutura formal se cruza com o uso misto do solo concretizando num lugar de lazer e espaço público de reunião e encontro (mapa 5).

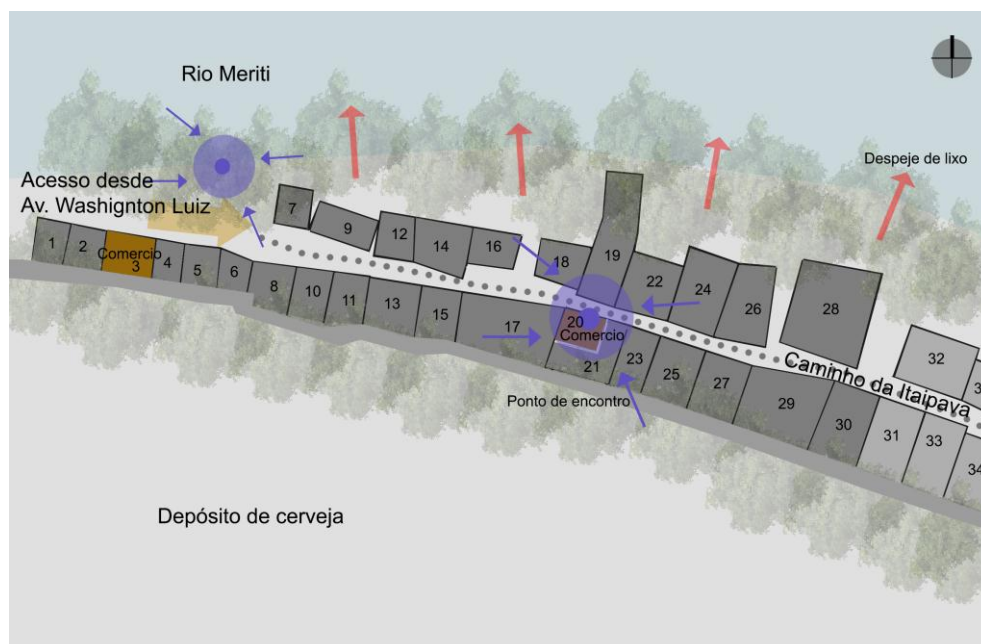




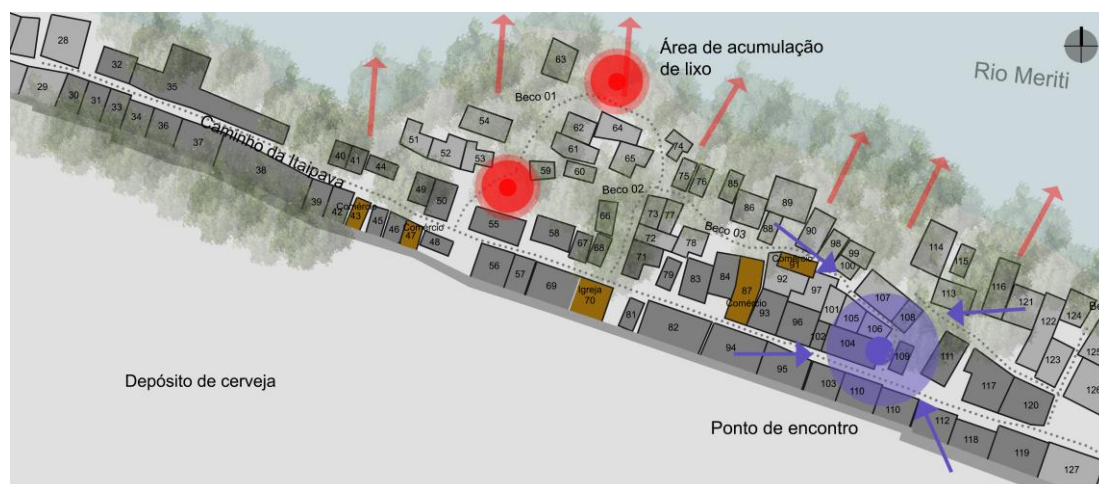
Foto 8: Área 1. Imagem da via de circulação principal com abundante vegetação.
Fonte: Elaboração própria.



Foto 9: Área 1. Imagem da margem do Rio Meriti na área onde as crianças brincam.
Observa-se também o esgoto sanitário desembocando no rio.
Fonte: Elaboração própria.

Área 2:

No setor mais próximo à área 1 o caminho começa a se alargar e a forma da via é particularmente cumprimentada, dando sensação de continuidade, sem limites que gerem interrupções. Existem alguns obstáculos na superfície inferior como traços de madeira e fossas com tampas de concreto (foto 10) que afastam a imagem visual continua gerando interrupções que a sua vez, são acompanhadas de telhados os quais atravessam a rua esporadicamente. Fios elétricos passam de forma paralela ao caminho (foto 11) e estão sustentados por postes que aparecem também de maneira ocasional e em vários casos de forma inclinada. Existem, nesta área, alguns comércios e duas igrejas. A movimentação nas ruas varia segundo os diferentes pontos, sendo que têm uma abertura num acesso do caminho secundário ou beco 3 que é frequentado pelos moradores da área nos finais de semanas como lugar de reunião e encontro, configurando um ponto nodal.



Mapa 6: Distribuição das construções na área 2 e 3 em a partir do relevamento realizado na primeira etapa.

Em vermelho, os pontos de acumulação de lixo e objetos em fora de uso.

Em roxo, área onde há maior movimentação de pessoas.

Fonte: Elaboração própria.



Foto 10: Área 2. Caminho principal onde se observam os obstáculos que atravessam a rua.
Fonte: Elaboração própria.



Foto 11: Área 2. Caminho principal atravessado pelos telhados que traçam uma descontinuidade da paisagem.
Fonte: Elaboração própria.

Área 3 :

Esta área, durante os finais de semana, é pouco movimentada, os caminhos não conectam pontos de movimentação importantes e várias casas se encontram desocupadas. A área limite, próxima ao Rio Meriti, caracteriza-se por ser um lugar de despejo e acumulação de lixo, limitando o visual até o Rio. Nas áreas próximas ao caminho principal, existem determinados espaços livres que servem como lugares de encontro enquanto outros de acumulação de moveis em desuso (foto 12). O traçado dos caminhos é irregular e a distância entre fachadas costuma ser estreita chegando a ser de 0,80 metros em alguns casos (foto 13).



Mapa 7: Distribuição das construções na área 3 em a partir do relevamento realizado na primeira etapa.

Em vermelho, os pontos de acumulação de lixo e objetos em fora de uso. Em roxo, área onde existe maior movimentação de pessoas.

Fonte: Elaboração própria.

A área não tem uma estrutura de fácil leitura formal para quem não acostuma percorrê-la, com poucas referências e obstrução com limites que dificultam a orientação. A diferencia entre os becos estreitos como o caso dos becos 02 e 03 (mapa 7) e espaços abertos apresentam quadros diferentes enquanto a forma, porém similitudes enquanto a baixa movimentação de pessoas pelo espaço público. Apesar de conformar uma das áreas de maior espaço livre dentro da Itaipava, é utilizada como área de descarte e lugar para a aqueles elementos em desuso. Isso parece estar associado à sua posição fora do caminho principal e também a tendência a ser uma área de varias moradias desocupadas. O beco 03 talvez seja a única via com maior movimentação e também o elemento mais marcante junto com o lugar de encontro ou ponto nodal. Esse pequeno lugar não é muito expressivo visual-

mente, mas é o único lugar na área 3 que parece gerar uma ligação relativamente forte das pessoas.



Foto 12: Área 3. Área livre, geralmente pouco movimentada e de acumulação de moveis em desuso.

Fonte: Elaboração própria.

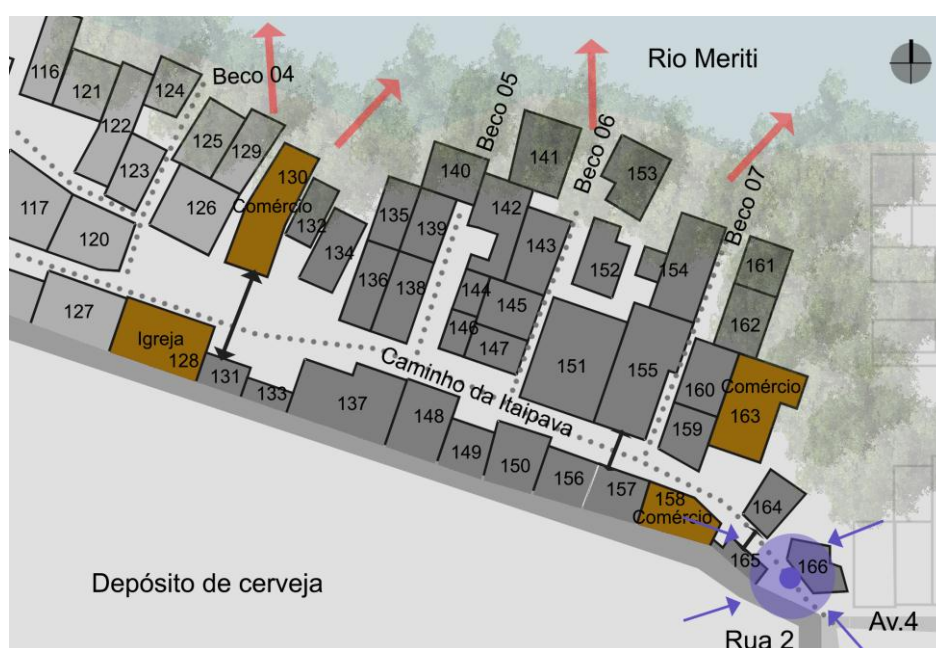


Foto 13: Área 3. Beco 02. Área de circulação onde observa-se a estreiteza das fachadas.

Fonte: Elaboração própria.

Área 4:

Por ser o setor mais antigo da área, predominam as construções de alvenaria. Detrás de essa característica, existe pouca movimentação de pessoas predominando o espaço para a circulação (foto 14). Os caminhos secundários até o Rio Meriti são estreitos e conectam poucas moradias, o que gera um espaço tranquilo e pouco percorrido. Tal vez devido ao fato de estar bastante consolidado parece ser um espaço de pouca mutação. A única referência forte entre as observações dos entrevistados foi o ponto de conexão entre o Caminho da Itaipava e a trama ortogonal do que começa no cruzamento da Avenida 4 e a Rua 2.



Mapa 8: Distribuição das construções na área 4 em a partir do relevamento realizado na primeira etapa.

Fonte: Elaboração própria.

Os elementos paisagísticos da área como a vegetação no caminho principal é escassa, sendo quase inexistente a presença de árvores, em contraposição a fiação elétrica que atravessa as ruas é facilmente visível. Enquanto a estrutura formal da via de circulação principal continua sendo cumprimentada como nas áreas anteriormente citadas, porém a alteração de larguras gera variações visuais que a modificam, dando a este espaço uma maior superfície livre em comparação com o resto do caminho. A sua vez, existem alguns comércios e uma igreja. No entanto, todos eles no momento em que foi realizado o reconhecimento de campo encontravam-se fechados. A preponderância do limite constituído pelo rio Meriti, é difi-

ilmente percebido por causa dos elementos urbanos que constituem a trama, sendo quase imperceptível ao percorrer o caminho da Itaipava.



Foto 14: Área 4. No caminho principal se percebem as variações de largura.
Fonte: Elaboração própria.



Foto 15: Área 4. Caminho principal, na curva ao fundo o cruzamento com a rua 2 e a avenida 4.
Fonte: Elaboração própria.

5. Análise dos resultados

A partir de compreender o espaço urbano como uma construção gradual, no qual a prática profissional se limita a uma intervenção pontual, a busca por ferramentas que fomentem a participação ao abarcar a construção do espaço como principalmente coletiva leva a diferentes caminhos a modo de efetivar a participação de todos os atores envolvidos no processo. Utilizando o mapa mental, o objetivo foi experimentar uma ferramenta de trabalho que pudesse ser utilizada como comunicação entre o arquiteto e a comunidade para compreender as diferentes observações neste caso dos moradores da área de Itaipava da favela do Parque das Missões. Foi uma proposta ante o papel do arquiteto e urbanista no processo de planejamento de forma a procurar uma alternativa perante as formas de construir, que têm como crença fundamental a ideia de que o espaço se reduz a sua forma física, ou seja, que aquilo que o constitui fisicamente é o que o determina completamente. Parece de esta forma conveniente pensar formas de planejamento participativo que valorizem a observação e a escuta da população local.

Quem pode estabelecer os parâmetros que orientarão a concepção de um espaço construído? Quem e como podem ser tomadas as decisões? Que conhecimento pode aportar cada ator no processo? Deste modo, tal como foi apresentado no capítulo 3 o planejamento ou desenho participativo, como resultado de um trabalho coletivo, poderia desdobrar a transformação das práticas a partir de duas mudanças na relação dos atores. Por um lado, o afastamento do autoritarismo ou onipotência profissional fundamentado no saber técnico e teórico que se desvelaria numa verticalidade na relação, como também a presumível individualidade da população local que poderia resultar em decisões com pouco poder de mudança coletiva e limitar a participação a quem consiga ‘impor’ seu ponto de vista reduzindo e até questionando a verdadeira efetividade da horizontalidade.

As experiências do arquiteto e antropólogo Carlos Nelson Ferreira dos Santos provam que na favela não tem “nenhuma –‘cultura isolada’ e que participam e respondem como podem ao sistema econômico que determina a conformação da sociedade urbana mais ampla” (Santos, 1980, p.18). Entretanto, nas observações empíricas realizadas esse sistema pode limitar as possibilidades ao já cons-

truído, à ideologia de um status social com as informações que possuem e muitas vezes o que o imaginário social faz crer que é possível (imagem 12). A necessidade de melhorar o espaço urbano pode limitar o desejo ao que o imaginário constrói sem se permitir buscar possibilidades que a experiência poderia aportar.



Imagem 12: Mapa mental Nº13.

Elena, mulher, 42 anos, mora na Itaipava há 4 meses. Ao realizar o mapa expressou seu desejo de que a rua seja de “concreto”, que não precisava ser de “asfalto”.

Para analisar os resultados deste trabalho, dividiremos este capítulo em duas seções. Na primeira, relataremos as observações em relação aos mapas mentais, a forma física e a paisagem urbana segundo as diferentes áreas da favela, as coincidências entre as entrevistas de alguns elementos que se repetiram nos mapas mentais e que parecem formar uma percepção generalizada enquanto ao que algumas áreas representam. Em seguida, na segunda parte, descreveremos o resultado de ter experimentado o mapa mental como ferramenta em função de compreender as observações dos habitantes sobre a participação local na construção do espaço urbano, principalmente algumas características detectadas na aplicação metodológica a modo de compreender as representações individuais e avaliar sua aplicação como ferramenta de diálogo para fomentar a participação dos moradores da favela em projetos comunitários.

5.1.

Os mapas mentais, a forma física e a paisagem urbana

Como foi apresentado no capítulo anterior, o universo amostral dos moradores entrevistados foi realizado a partir da distribuição geográfica das moradias com o objetivo de distinguir as diferentes representações dos mapas mentais segundo as características físicas e paisagísticas e as práticas cotidianas das áreas anteriormente apresentadas. Na distribuição dos desenhos no mapa esquema da área Itaipava, se distinguem algumas similitudes nas características dos mesmos enquanto a sua localização geográfica (imagem 13).

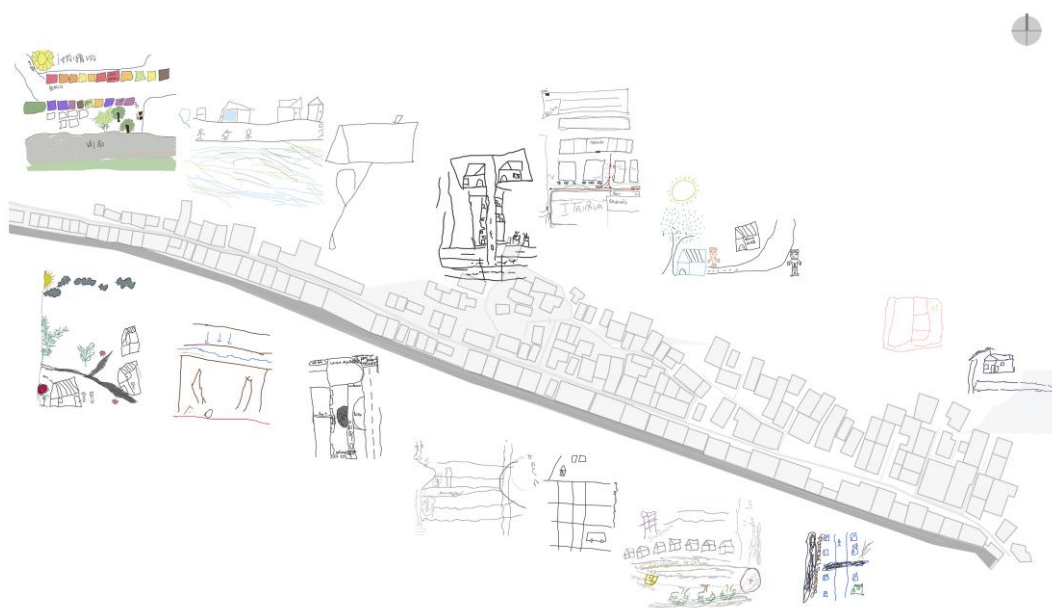


Imagem 13: Os quinze mapas mentais localizados no espaço geográfico da Itaipava.
Fonte: Elaboração própria.

Na área um, é vista de imediato a clareza física do caminho da Itaipava, não sendo assim os diferentes becos e caminhos secundários. Entre outras coisas, os desenhos nesta área deixaram clara a importância da vegetação e da amplidão da vista, junto com o panorama de movimentação de pessoas e lugares públicos de reunião e encontro. Enquanto os desenhos foram representados com expressividade, os relatos em relação às sensações das vivências no espaço público apresentavam um tom de desconforto, raiva e tristeza justificados nas situações recorrentes do cotidiano maioritariamente resultado das correntes criminosas que comandam o tráfico de drogas e o grau de violência que se vive cotidianamente:

Na verdade, se eu pudesse ir embora, eu iria, eu acho um lugar pesado, um lugar onde as pessoas tem inveja um do outro. Eu sei que não adianta falar que e um lugar que tem muita droga, porque isso ai está se poluindo em todo lugar. [...] Até as crianças brigam, eu tenho vontade de ir embora de aqui. Mas como não tenho como ir direito. Mas eu vou ficar porque eu quero sair de aqui com a cabeça alegre não baixa. (Mariana, mulher, 39 anos, mora na Itaipava há 4 anos. Mapa mental Nº 1)

Contraditoriamente, no dialogo com outros entrevistados que moram na mesma área, parece ser um lugar cômodo para morar. Eles veem o espaço como um lugar tranquilo e calmo, apesar das exigências recorrentes, como a falta de recursos econômicos e a relação às vezes conflitiva entre vizinhos e diferentes vivências do cotidiano:

Aqui é bom de morar aqui, os vizinhos às vezes são bons, às vezes não são. Eu gosto de morar aqui, é calmo e tranquilo. (Irene, mulher, 37 anos, mora na Itaipava há 3 anos. Mapa mental Nº 2).

Eu vejo como um lugar calmo, do todo lugar que eu já morei, aqui vejo como um lugar calmo. Mas para sobreviver é difícil. Se a pessoa não tiver uma renda assim para correr atrás. De todos os lugares onde eu já morei aqui acho um lugar calmo. (Ana, mulher, 65 anos, mora na Itaipava há 5 meses. Mapa mental Nº 3).

As contradições discursivas entre o dialogo e os desenhos realizados questionam a clareza da forma física como reflexão sobre a paisagem urbana expressada pelos habitantes e a relação sobre os diferentes fatores que não são constituídos pela mesma, porém que influenciam nas vivências cotidianas também representadas no espaço urbano construído – como, por exemplo, a violência que controla os movimentos na favela e consequentemente geram sensações de insegurança, preocupação e incerteza nos moradores locais ou outros fatores que afetam os habitantes nas mais variadas formas. Ademais, enquanto os desenhos se manifestam de uma forma bastante similar, os diferentes diálogos em relação ao lugar, refletem qualidades subjetivas individuais que estão associadas á historia pessoal de cada entrevistado⁶⁹, estabelecendo diferentes modos de viver o espaço e diferentes formas de apreciação e interesse em transformá-lo.

⁶⁹ Principalmente os entrevistados que mostraram desconforto com o lugar relatavam histórias do cotidiano influenciadas pela violência seja doméstica ou causada pelo tráfico, o qual exigia de eles uma atenção maior e preocupação. Em outros casos, os quais serão apresentados mais adiante, às brigas por questões da acumulação do lixo ou invasão de animais são referências para mostrar o desconforto em relação ao local.

A diferença entre as questões desenvolvidas no discurso oral e a realização concreta do desenho no papel poderia da mesma forma ser um iniciante desta contradição. A questão do tráfico não aparecer com clareza nos desenhos poderia ser uma estratégia dos entrevistados, sobre tudo aqueles que realizaram mapas mentais onde localizavam os diferentes elementos do espaço urbano que possivelmente influenciados pelo medo a uma possível represália ou vingança por parte do controle exercido por estas correntes sobre o território, evitaram reconhecer diferentes bocas de fumo ou outros pontos relacionados com este tipo de movimentos.

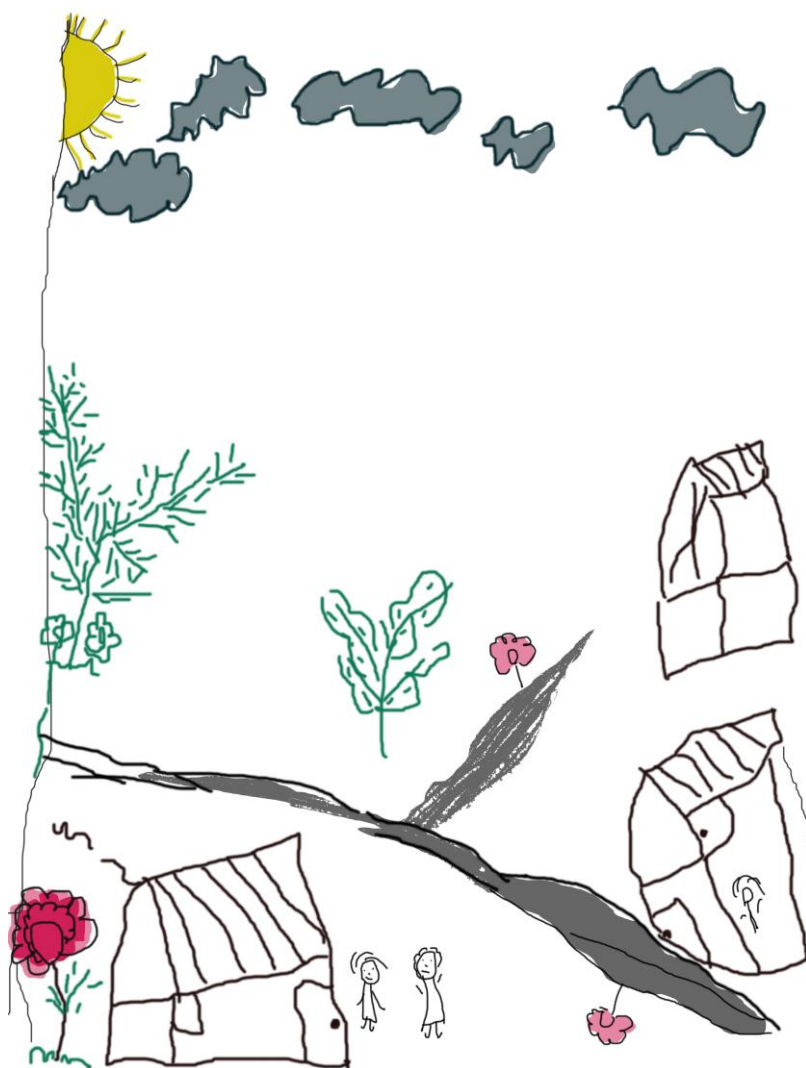


Imagem 14: Mapa mental Nº1.

Mariana, mulher, 39 anos, mora na Itaipava há 4 anos. No limite esquerdo o muro divisório com a Itaipava, no limite inferior sua casa. No limitei direito a igreja que frequenta usualmente e no fundo a casa de uma vizinha falecida.

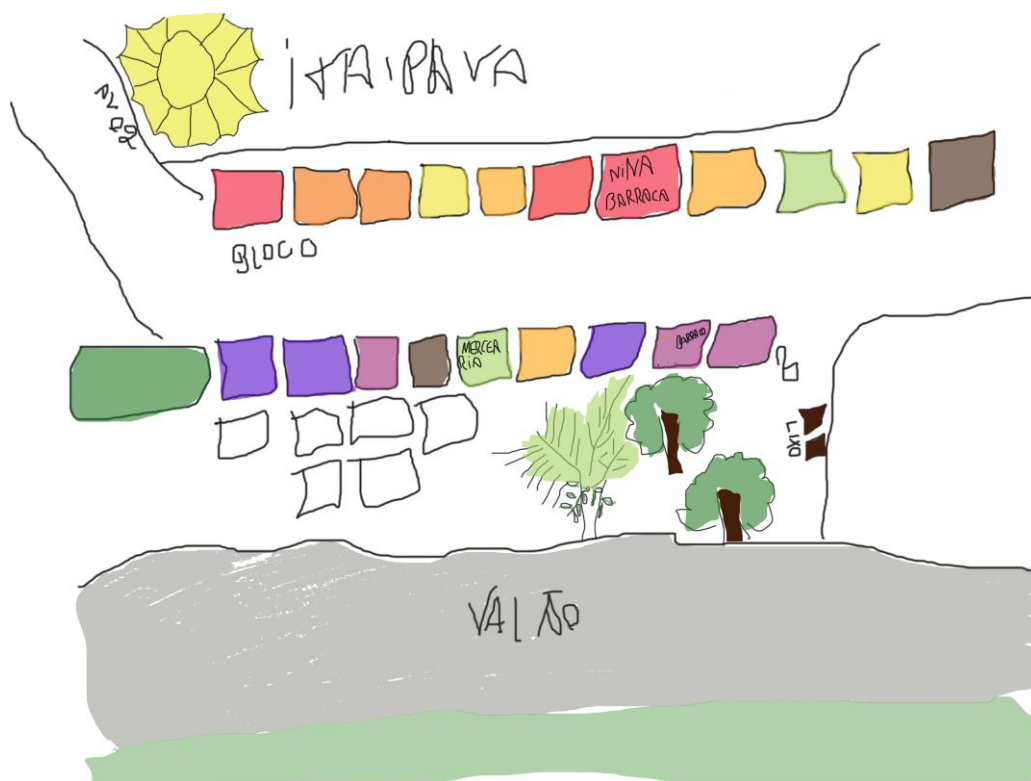


Imagem 15: Mapa mental N°2.

Irene, mulher, 37 anos, mora na Itaipava há 3 anos. No limite esquerdo o acesso desde a Avenida 2 do conjunto habitacional Parque das Missões, no limite inferior o Rio Meriti e a área arborizada que se encontra do lado oposto á favela. Em colorido, as diferentes moradias em torno à rua principal.



Imagem 16: Mapa mental N°3.

Letícia, mulher, 44 anos, mora na Itaipava há 4 anos. No limite esquerdo o acesso desde a Avenida 2 do conjunto habitacional Parque das Missões, no limite inferior o Rio Meriti e a área arborizada que se encontra do lado oposto á favela. Em colorido, as diferentes moradias em torno da rua principal.

Diversamente da área um, onde as ilustrações expressaram vitalidade e dinamismo nas vias de circulação, a área dois caracterizou-se pela predominância de desenhos que refletiam desconforto e reclamação ante problemas de caráter técnico e infraestruturais da favela. No dialogo com os entrevistados, relatavam os inconvenientes cotidianos em diferentes setores da favela e reclamavam por uma necessidade urgente de melhoras urbanísticas, as quais foram desenhando nos mapas enquanto explicavam cada um dos conflitos:

Aqui, aqui ninguém se organiza para melhorar as coisas. Nas casas boas, lá logo do beco é melhor. Aqui tem monte de lixo, e muito animal. O valão esta tudo sujo, cheio de lixo. Olha ai a quantidade de buracos na rua e vê os fios ali? Lá no fundo do lado da pia tem um poste quase caindo (Fernando, homem, 35 anos, mora na Itaipava há 10 anos. Mapa mental N° 8).

Tem um monte de problemas! Quando chove muito tem muita lama e vêm muitos bichos do valão: lagartos, gambás, lacraias e aqui se inunda por causa da fábrica, a água vem de lá. Tem um poste muito inclinado lá, que se cair, se incendia tudo! (Germana, mulher, 58 anos. Mora na Itaipava há 9 anos. Mapa mental N° 4).



Imagem 17: Mapa mental N°8.

Fernando. No centro da imagem a área da Itaipava onde foi desenhada a precariedade das ruas, a fiação elétrica. Na margem superior o conjunto habitacional Parque das Missões. Na margem inferior a Avenida Washington Luís.



Imagem 18: Mapa mental N°4.

Germana. No centro a casa. Na margem superior ás inundações desde o muro da Itaipava. Na margem inferior, em vermelho e em preto, os bichos que aparecem no valão.⁷⁰

Os entrevistados da área três, enquanto reclamaram pela falta de participação ante as problemáticas comunitárias maioritariamente em relação ao lixo no espaço público e aos distúrbios causados pelas recorrentes chuvas, nos desenhos a representação não demonstrou tais observações sobre a paisagem urbana. Contraditoriamente, alguns aspectos paisagísticos são representados junto com a uma fluidez no ambiente dada pela presença de figuras humanas e predominante natureza (imagem 19)⁷¹:

Não, não gosto não. Gosto do Parque das Missões, mas o local não. Não é bom para as crianças. Tem bicho dentro de casa. A gente coloca remédio, a gente faz a nossa parte para que não esteja sujo, mas o vizinho não faz. Então não adianta. Tem muito lixo. Tem um vizinho que quando vai lá deixa um monte de lixo na rua. Já tem ficado até sem dormir por causa dele, ficar olhando, vigiando. (Bryan, homem, 32 anos. Mora na Itaipava há cinco anos. Mapa mental N° 12).

⁷⁰ Como é possível observar neste desenho, a aplicação dos mapas teve uma série de dificuldades em relação aos desenhos. Alguns moradores como Germana possuíam dizer “pouca instrução” pelo que os desenhos resultaram em alguns casos abstratos. Explicaremos isto com maior detalhe na próxima seção.

⁷¹ O autor deste desenho mora numa área espaçosa da favela. Contrariamente aos becos estreitos entre os que está localizada, esta área é utilizada como um lugar de reunião improvisada de vizinhos a qual raramente encontra-se sem presença de pessoas.



Imagem 19: Mapa mental Nº12.

Bryan. A curva representa o movimento desde o caminho da Itaipava até a própria casa. Em preto a casa de uma vizinha.

Na área quatro, as entrevistadas que habitam em moradias localizadas no final das vias secundárias, num setor limite ao Rio Meriti, apresentaram desenhos isolados, sem presença de casas vizinhas ao redor ou algum indício de figura natural ou humana (imagem 20). A narrativa da área possui uma relação muito forte com a representação do mapa mental. No caso da entrevista com Aline, por exemplo, no momento em que relatava seus desejos de melhorar o espaço urbano, representava nos desenhos as diferentes problemáticas que ia percebendo no momento da entrevista e as diferenças entre vizinhos ante a busca de possíveis soluções sem considerar na discussão a responsabilidade dos organismos públicos:

A única coisa que eu queria realmente era que melhorasse a rua, aqui o lugar que eu moro, tipo aí, tá vendo essa água escorrendo, tudo isso. Mas não adianta eu tentar se os outros não querem, entendeu? (Aline, mulher, 43 anos, mora na Itaipava há 14 anos. Mapa mental Nº 14).



Imagem 20: Mapa mental Nº14.

Alice. Na margem esquerda a rua secundária de acesso à casa atravessando no inferior com o caminho principal da favela. Acima a reclamação pela fiação elétrica.

Em suma, a experiência de aplicação dos mapas mentais como ferramenta para a análise da percepção da paisagem urbana apresenta novas possibilidades de pesquisas em relação aos efeitos do meio geográfico nas percepções da paisagem urbana pelos moradores. Foi possível chegar a algumas considerações enquanto a:

- (1) A abundante presença de vegetação parece influenciar positivamente na percepção dos moradores, resultando também de espaços mais concorridos além das influências na sensação de bem estar e conforto.
- (2) A localização particular de cada área potencializa ou apacigua a percepção crítica dos moradores em relação às problemáticas infraestruturais ou técnicas do espaço urbano.
- (3) Desde a percepção dos entrevistados, as áreas de maior concorrência e concentração de pessoas parecem gerar maior expressividade nos desenhos.
- (4) Nas vias de circulação sem saída, onde as moradias apresentam uma maior privacidade e tranquilidade em relação ao espaço geral da favela, a percepção da paisagem parece apresentar-se particularmente distante e isolada.

Não obstante, como apresentado anteriormente, a paisagem urbana percebida nos mapas mentais não reflete a grande quantidade de fatores que influenciariam também as diferentes vivências no espaço, o que resulta numa contradição com a teoria de Kevin Lynch enquanto a questão de que a clareza física do espaço

urbano permitiria uma aproximação com o habitante, já que como apresentam a entrevistas não constitui somente a forma o que determina a maneira em que o espaço e outorgado de significado e vivenciado pelos habitantes.

5.2.

A experiência de aplicação das entrevistas

A abordagem metodológica que conectasse a técnica experimentada por Kevin Lynch e a procura situacionista ante a influência na afetividade dos habitantes, segundo o meio geográfico, procurou abarcar uma ferramenta a qual saísse da visão específica do profissional e que incluísse a população afetada e sua percepção da paisagem urbana. Por um lado, os situacionistas, embora afastados dos debates urbanísticos contemporâneos à sua época, a partir de diversas experiências, procuraram técnicas que permitissem uma análise sensível e afetiva do espaço. Principalmente através da deriva, pretendiam construir uma cartografia que se encarregasse de medir outro tipo de distância, diferentes das separações físicas. Por outro lado, Lynch, já desde uma análise específica da forma urbana, procurou se aproximar da percepção dos cidadãos de forma a propor novas tipologias formais, que apontassem a clareza física do espaço.

Para que fosse possível um processo de transformação a partir de uma ação pontual como ocorre no planejamento participativo e sua relação com a construção contínua da favela, a compreensão dos mecanismos de individualização das populações locais e as respectivas percepções do espaço urbano seriam uma ferramenta para a prática profissional abrir caminhos à novas metodologias, que já não funcionem reduzidas a ouvir as demandas da população, mas a partir de uma comunicação fluida, em diferentes níveis, de maneira a facilitar o trabalho nesses locais. Este estudo de caso buscou experimentar os mapas mentais a modo de compreender as representações individuais, unificando a clareza física com os significados que cada paisagem poderia influenciar aos moradores locais em função de avaliar sua possível utilização como ferramenta no planejamento participativo.

Tratou-se, portanto, de uma experimentação e, a partir disso, vários erros e acertos foram percebidos. Antes de começar as entrevistas, aspirávamos a que os entrevistados desenhasssem um mapa abastado de informações que refletissem as

diversas observações que cada morador tinha do espaço. Não obstante, no decorrer dos meses em que foi realizada a pesquisa, fomos encontrando obstáculos como a falta de informação do que um mapa representa ou entrevistados que tinham pouco conhecimento da escrita. Como resultado, vários mapas resultaram em desenhos que representavam o espaço imediato sem conseguir maior profundidade de análise. Apesar de estas limitações, entendemos o espaço urbano como construído a partir de diferentes pessoas com conhecimentos e grau de educação diversa, portanto uma análise coletiva sobre as influências da paisagem nos cidadãos exigia incorporar ao estudo todo tipo de representações.

A segunda questão a ser colocada, é, em si, o contexto de aplicação das entrevistas. No momento que decidimos trabalhar uma ferramenta tão subjetiva como foram os mapas mentais não percebemos que isso teria diferentes aceitações nos entrevistados, pelo motivo que quando algum deles se opunha á continuar com o desenho, foi respeitada cada decisão, enquanto continuou-se com as perguntas, mas elas não foram representadas nos diferentes mapas.

Provavelmente seja necessária que a abordagem metodológica tenha maior continuidade, não se limitando a uma entrevista pontual, porém a uma construção gradual de reconhecimento do território e construção de mapas com maior informação e grau de detalhe, a partir de trabalhar o vínculo entre o morador e o profissional com saber técnico de modo que a construção do mapa se realize junto com a troca de conhecimento em relação ao espaço. Da mesma forma, poderia se pensar em construções de mapas coletivos, no entanto, a partir de ferramentas e sobretudo atitudes que reconheçam a importância de aplicar o *eixo transversal* no processo.

Entre as quinze entrevistas realizadas, existem várias que representaram nos desenhos com maior clareza o mapa da favela do que outras – por exemplo nos casos dos mapas nº 5, 7, 9 e 10. Estes entrevistados demonstraram, pelos seus mapas mentais, possuir um sentido de orientação suficientemente definido enquanto á clareza física do espaço urbano. No entanto, não houve um consenso dos elementos físicos reconhecíveis, nem das sensações que cada paisagem lhes poderia originar.

Contudo, o que se observou em alguns destes mapas mentais (Imagens 21 e 22), os quais representaram a totalidade do conjunto habitacional, foi à clareza física dada pela ortogonalidade das ruas, tal como afirma Jane Jacobs muito mais fáceis de construir no mapa mental do que aquelas de traçado irregular (Jacobs, 2014) que caracterizam a área de Itaipava. Do mesmo modo, foram identificados alguns elementos de referência da imagem ambiental (Lynch, 2011), que foram reiterados em mais de um desenho, como foi o caso da rua comercial do bairro, a área da ‘Colômbia’⁷² ou diferentes pontos nodais, como o posto de saúde, o campo de futebol e a praça pública.

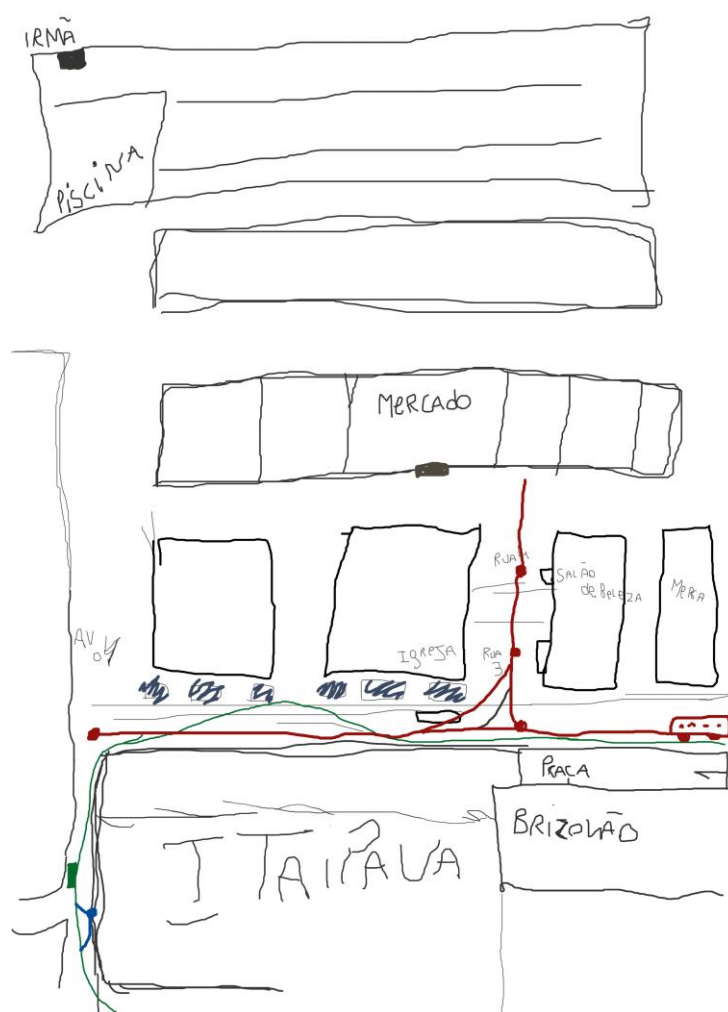


Imagem 21: Mapa Mental Nº 9.

Carlos, homem, 26 anos, mora na Itaipava há 5 anos. Na margem inferior esquerda à área da Itaipava, na margem superior à área da Colômbia. Em vermelho o recorrido desde o ponto de ônibus até a tua principal e o acesso à área de estudo.

⁷² Ver Imagem 9 no capítulo 4 deste trabalho na qual mostra a localização da outra área favelada, denominada como Colômbia no outro lado do conjunto habitacional.



Imagem 22: Mapa mental N°7.

Gabriela, mulher, 52 anos, mora na Itaipava há 12 anos. Na margem inferior esquerda à área da Itaipava, na margem superior à área da Colômbia. Nota-se a clareza da ortogonalidade das ruas a diferencia da área da Itaipava de traçado irregular dificilmente perceptível no mapa.

Ao que se percebem, as demandas por uma gestão efetivamente democrática por parte das políticas públicas em relação ao espaço urbano também foram apresentadas nos mapas mentais. A falta de infraestrutura elétrica, os postes de ligação em recorrente risco de caída, o estado de precariedade das ruas, as inundações e enchentes recorrentes, e a presença de lixo e poluição do rio, a periódica invasão de diversos animais nas moradias:

Melhorar a *rua*, aqui é para ter um nome porque até para comprar alguma coisa, encontrar com o pessoal a gente tem que ir na rua dois. Para ter nome, para arrumar, para da uma organizada. E outra coisa, a *fiação*, a luz. Tirando isso, aqui é tudo ótimo. (...) Eu criei meus filhos aqui, eles nunca se envolveram com ninguém. A única coisa que eu queria realmente era que melhorasse a rua, aqui o lugar que eu moro, tipo aí, tá vendo essa água escorrendo, tudo isso. Mas não adianta eu tentar se os outros não querem, entendeu? (Alice, mulher, 43 anos, mora na Itaipava há 14 anos. Mapa mental N° 14)

Paralelamente e este tipo de críticas, os entrevistados que tinham esta percepção sobre o espaço urbano foram aqueles que expressaram sensações recorrentes de medo, insegurança e vulnerabilidade a serem removidos do lugar, destacavam após da realização do mapa que não possuem a propriedade dos terrenos, e até em varias oportunidades ouvimos dizer que são ‘invasores’ do território. Neste caso, o pensamento sobre a incerteza do futuro da favela parece restringir qualquer possibilidade de pensar em melhorar o território atual.

Eu gostaria, porque, porque isto aqui é invasão a gente sabe que não é nosso né. Qualquer momento que alguém vem a despejar a todo mundo, a gente está obrigada a sair porque a gente está no terreno dos outros. Isso aí eu bato na minha consciência. Mas é o que, eu não tenho as condições. Se eu tiver as condições, eu já tinha saído daqui (...) mas eu não tenho as condições, então, meu único jeito é ficar aqui. Mas eu gostaria sim, para melhorar bastante, mas já que a gente esta morando aqui, a gente tem que procurar as melhores condições. (Fernando, homem, 35 anos, mora na Itaipava há 10 anos. Mapa mental N°8)

Foi observado que o contexto de aplicação e percepção dos moradores locais enquanto ao espaço no momento das entrevistas é completamente diferente ao que resultaria caso a situação fosse parte de uma transformação efetiva da favela. Dado as condições atuais nas quais se encontram os moradores da Itaipava, quanto tantos outros favelados no Brasil é difícil pensar no futuro desse espaço quando isso representa o medo a uma possível remoção.

Pensar em como relacionar o significado da paisagem urbana e a participação requer uma análise maior do que meramente a clareza física. Pede por novas ferramentas que trabalhem numa mudança de perspectiva e, sobretudo, de uma revalidação da postura dos diferentes atores. Ou talvez o que Lefebvre afirmaria como o empréstimo de métodos, novas *démarches* e conceitos a ciências parcelares (Lefebvre, 2001, p. 106)

Uma postura de passividade do arquiteto num caso de desenho urbano na Itaipava acarretaria não somente problemas funcionais, de conforto ou de iluminação, mas também questões como a composição arquitetônica, a proposta formal extremamente importante para a saúde física e emocional dos habitantes locais. Contudo, um arquiteto com uma postura extremamente autoritária, posicionaria a participação local num segundo plano, limitando qualquer possibilidade de reconhecer e validar a potencia transformadora da população. Essas questões evidenciam a necessidade de novas metodologias de planejamento e mudanças das práticas espaciais tanto desde a perspectiva profissional como desde a visão comunitária.

Visto assim, na favela nada está acabado, tudo está em pleno ato, em pleno desenrolar dos percursos; em tudo há a experiência de produção das formas espaciais, dos processos que as formam, ou melhor, dos “processos que as (trans)formam” (Jacques, 2001, p. 15). A liberdade e autonomia no espaço só podem ser dadas na medida em que percebemos que o que está construído é um meio efeito de como o vemos. Por isso, na escolha das ferramentas a serem analisadas no processo de planejamento, merece uma especial atenção a percepção do espaço.

Para chegar às conclusões sobre o tema acima proposto na área de estudo, a utilização dos mapas mentais permitiriam uma abordagem sensível, porém material das diferentes subjetividades. E assim, buscar na prática profissional o possível terceiro eixo transversal que parece faltar no processo participativo. Mas como seria possível criar uma comunicação comum [arquiteto + habitantes + paisagem urbana] nos processos de concepção do projeto? Seria possível efetuar em um só movimento expressivo uma composição entre a relação do arquiteto com a comunidade e desta com a paisagem urbana?

Segundo o exposto acima, a paisagem urbana parece influenciar o modo como os habitantes percebem o espaço. Como afirma Lynch (2011, p.149), “o que cada observador vê é baseado na forma exterior, mas o modo como ele interpreta e organiza isso, e como dirige sua atenção, afeta por sua vez aquilo que ele vê”. Contudo, o processo de planejamento exige a interpretação de outros fatores não

relacionados à paisagem, porém, sim, a participação dos habitantes na construção do espaço.

Como foi apresentado no segundo capítulo, parece-nos que a ‘utopia’ virada dogma do urbanismo moderno levou a arquitetura e o urbanismo a desacreditar na transformação do espaço. Parece ser função tanto do arquiteto ou urbanista como da comunidade trazer a *utopia* no processo participativo, não como um ideal a ser alcançado, porém como um processo que exige da participação da população. É a capacidade de se transformar, de acreditar que é possível o que leva a cada pessoa a criar novas situações para agir ativamente em busca de novas experiências, e é no espaço que essas situações tomam lugar. Deste modo, a experiência de utilização dos mapas mentais tentou abrir questões sobre a influência da paisagem no modo como as pessoas percebem o espaço construído. Da mesma forma, questionar se a metodologia utilizada serviria como ferramenta para o arquiteto investigar novas alternativas de construção desse espaço, compreendendo este como um processo de transformação gradual onde a comunicação entre as partes resulta fundamental para que seja uma construção verdadeiramente coletiva.

Na análise da participação dos moradores da favela em projetos comunitários, a partir das entrevistas, foi possível perceber que os moradores da área de Itaipava se encontram dispostos a participar na transformação do lugar. O desejo de participação está latente na favela. O que está ausente, e por causa das diversas dificuldades pelas quais atravessam os moradores, é a capacidade desse esforço ser imaginado a futuro por parte da população local:

Não participo de nenhuma organização, às vezes e bom né, não tem nenhuma organização que trabalhe aqui. Associação de moradores tem, mas não tem nenhum que faça aqueles trabalhos que vocês fazem. Gostaria de participar de algum projeto comunitário, é bom. (Irene, mulher, 37 anos, mora na Itaipava há três anos. Mapa Mental nº 2)

Por que? A gente já era para ter organizado tudo isto. Pelo tempo que eu moro aqui, se eu pudesse, eu teria melhorado bastante, entendeu? (Lucia, mulher, 35 anos, mora na Itaipava há cinco anos. Mapa Mental nº 11)

Para sobreviver é difícil. Se a pessoa não tiver uma renda assim para correr atrás. De todos os lugares onde eu já morei aqui acho um lugar calmo. (Bia, mulher, 60 anos, mora na Itaipava há sete anos. Mapa Mental nº 6)

Em resumo, através do estudo de caso e a pesquisa participante, percebemos pela aplicação das entrevistas em Itaipava que existe um desejo de voz e expressão muito intensa, assim como uma forte vontade de participar na transformação do espaço. Contudo, a falta de participação nos trabalhos coletivos e as atividades comunitárias está influenciada pela falta de imaginação sobre esse espaço no futuro, o que não motiva os moradores a trabalhar ativamente na construção do mesmo. Por outro lado, a experiência em Itaipava conduz a rever a participação na busca de ferramentas e “novas démarches” que assumam o poder de transformação da população, a qual em conjunto com o arquiteto e instituições como TETO e mediante um processo gradual de estímulo ao trabalho coletivo poderiam construir novas pautas reivindicatórias para os poderes públicos de forma a suscitar transformações reais, com significado e participação.

6. Considerações finais

Conforme discutido ao longo do trabalho, a busca de ferramentas que assumam o poder de transformação da população traz a abordagem da participação a partir de uma análise que abarque a possibilidade de repensar o próprio modo participativo em busca do estímulo ao trabalho coletivo de forma a suscitar transformações significativas do espaço urbano construído. A revisão de mecanismos que transformem o modo em que o projeto é planejado e executado implica a revisão do papel de cada ator no processo para que possa ser retomado o sentido de identidade urbana e o fomento à participação cidadã. Sob esta concepção, a compreensão do espaço urbano e a paisagem a partir de ferramentas que se aproximem aos habitantes resultam significativas, já não somente como modo para o arquiteto ou urbanista definir a forma física ou composição espacial de uma área específica, porém para buscar novas formas de diálogo e estímulo à participação dos próprios habitantes na concepção do espaço urbano. Por conseguinte, o objetivo deste trabalho foi retomar algumas referências teóricas e experiências práticas que permitissem uma aproximação ao modo como os moradores da área de Itaipava na favela de Parque das Missões percebem o espaço e a paisagem da área e o sentido que cada morador entrevistado outorga à participação na construção da mesma.

Observamos, na introdução, como a crise de um paradigma que conduz a situações de supressão de direitos básicos no território das favelas exige uma abordagem que permita novas ferramentas, a fim de ampliar a capacidade de diálogo entre os diferentes atores que participam do planejamento e construção de determinado espaço. Particularmente, a relação entre o arquiteto e urbanista com os habitantes de suas áreas de ação no qual resulta importante reconhecer o poder de transformação das populações locais mediante um processo gradual de estímulo ao trabalho coletivo em busca de suscitar transformações significativas.

No segundo capítulo, procurando apresentar uma proposta a favor da participação ativa dos habitantes no espaço urbano, retomamos a crítica situacionista sobre a cidade ideal que proclamavam os urbanistas modernos acompanhadas das teorias e críticas à alienação e passividade da sociedade. Foram expostas as experiências práticas, que visavam afirmar a busca da Internacional Situacionista pela

construção de situações a partir da compreensão do espaço, não como uma ideia utópica a ser alcançada, porém como um processo gradual de construção da cidade. Após da análise das diferentes experiências metodologias e técnicas utilizadas, principalmente a mais desenvolvida, localizada no bairro de Les Halles em Paris, concluímos que a proposta metodológica não teve indícios reais de aplicações práticas com sucesso que demonstraram as diferentes unidades de ambiência que foram sugeridas nas propostas psicogeográficas. Não obstante, a busca de formas de apreensão do espaço a partir da afetividade e que visavam pela participação de todos os habitantes na cidade parece-nos tomar um papel relevante na atualidade ante o papel predominante das práticas urbanas que fragmentam e segregam a cidade.

A seguir, no terceiro capítulo, retomamos a ideia da potência transformadora do espaço no momento em que os indivíduos passassem a discutir coletivamente sobre a construção de seus próprios ambientes. Nesse caso, foi introduzido o conceito de participação, analisando o papel de cada ator no processo participativo. A partir da abordagem de Guatarri, entendemos a construção do espaço não como um exercício vertical onde o arquiteto tem a última palavra, nem como uma prática horizontal que vê a transformação do espaço a partir de um consenso entre os habitantes locais, que, como foi discutido, parece quase impossível devido às noções de individualismo que imperam na sociedade atual. Da mesma forma, retomamos a experiência brasileira de Carlos Nelson Ferreira dos Santos, em Brás da Pina, que resultou em importantes conquistas para superar os estigmas do morador de favela e recolocar o papel do arquiteto e urbanista já não numa posição de autoridade, porém levantando questões e criando ferramentas e ensaiando alternativas. Procuraram-se teorias que permitissem uma maior aproximação entre as partes em busca de fomentar a colaboração e a construção coletiva. Introduzindo os aportes de Jane Jacobs e Kevin Lynch, a partir de uma abordagem da observação direta de como a cidade é apropriada pelos seus próprios habitantes, procuramos identificar a possibilidade de existência de características formais que dariam mais força a imagem que cada habitante tem do espaço urbano. Deste modo, intentou-se introduzir buscas metodológicas, que trabalhassem desde o campo do urbanismo por uma maior aproximação entre a prática profissional e os habitantes locais.

No terceiro capítulo, relatamos a experiência de pesquisa participante na área de Itaipava, na favela Parque das Missões, em Duque de Caxias. Acompanhando o trabalho da organização TETO, realizamos entrevistas com os moradores locais na experimentação dos mapas mentais como ferramenta de compreensão das diferentes perspectivas em relação ao espaço urbano e a paisagem. Nas mesmas entrevistas, conversamos sobre a participação, a relação entre vizinhos e as diferentes práticas cotidianas dos entrevistados em vista de experimentar os mapas mentais como ferramenta de expressão das populações locais em busca de uma comunicação mais vinculada. Com esta experiência, pretendeu-se colaborar na procura de alternativas de estimulem o trabalho coletivo, assim como contribuir na busca de ferramentas para uma melhor aproximação entre as diferentes partes envolvidas no planejamento participativo.

No quarto capítulo, analisamos os resultados do estudo de caso a partir da relação entre os mapas mentais realizados e as entrevistas aplicadas. Assim, foi possível reconhecer que a clareza física da paisagem urbana não resulta um fator determinante de como é vivenciado o espaço, conforme metodologia apresentada por Kevin Lynch. Existem, não obstante, outros fatores nesta construção que exigem a busca de ferramentas diferentes e “novas démarches” para que no planejamento participativo existam alternativas diversas de diálogo e comunicação entre os diferentes atores. Vimos como a vulnerabilidade e os riscos cotidianos aos quais estão expostos os habitantes da Itaipava foram apresentados nos desenhos e permitiram refletir sobre o desenvolvimento emocional e as influências na subjetividade causadas pelas situações cotidianas com que eles como tantos outros habitantes de favelas brasileiras convivem no cotidiano.

Em resumo, a aplicação da metodologia em função de encontrar formas adaptáveis às percepções dos cidadãos parte da compreensão do ambiente urbano como construção social e coletiva com as complexidades e diversidades que esta estrutura implica. A partir da pesquisa em Parque das Missões, foi possível experimentar um método de trabalho que permitisse a população local se expressar e a sua vez, compreender como a construção de um espaço a partir da forma física, sem considerar os aspectos subjetivos que estão nele implicados, não é suficiente para que se desenvolva a participação significativa dos habitantes. Desta forma os

mapas mentais funcionaram como médio para população se expressar enquanto aos aspectos afetivos das diferentes subjetividades o que leva a considerar a busca de ferramentas que mediante um processo gradual de estímulo ao trabalho coletivo suscitem transformações reais, com significado e participação de todos os habitantes na configuração do espaço urbano.

Em termos de planejamento participativo, as reformas urbanísticas visando à participação foram um grande avanço na articulação política entre os atores sociais, entretanto parece necessário refletir sobre a profundidade da mesma para que efetivamente a população passe a ter um papel ativo nessa participação. A experiência na área de Itaipava conduz a rever os processos participativos em busca de ferramentas, que assumam sua capacidade de transformação. Trata-se, assim, de valorizar e estimular o trabalho coletivo para se construir novos vínculos e modos de intervenção no meio urbano a partir de processos que resultem em transformações efetivas tanto do espaço urbano como da participação dos atores na ação.

6.1. Sugestões para pesquisas futuras

A partir do levantamento bibliográfico realizado e a experiência no estudo de caso abriu-se caminho para novos interrogantes e ideias para abordagens futuras. Mediante um aprofundamento no impacto subjetivo da distribuição desigual do território poder-se-ia reconhecer novas formas e abrangências de pesquisa que visem uma melhor compreensão sobre o desequilíbrio social, econômico e ambiental produzido pela distribuição desigual do espaço urbano.

Enquanto a ideias para o aprofundamento deste trabalho consideramos relevante a observação e compreensão dos diferentes traços subjetivos de cada mapa mental realizado, a partir das histórias e relatos vivenciados e como consequentemente comprometem os fatores afetivos dos habitantes. Por se tratar de uma pesquisa orientada ao estudo da coletividade, não foram detalhadas estas especificações, não obstante a observação dos mapas mentais revelam uma reflexão enquanto ao impacto das condições exteriores no desenvolvimento emocional de cada morador entrevistado. Além disso, acompanhando outras ramas de conhecimento,

poderiam ser aprofundados estudos sobre o impacto do meio natural nos comportamentos afetivos dos indivíduos.

Também se propõe estudar em pesquisas futuras as experiências psicogeográficas numa escala ampliada, mediante a deriva situacionista ou outro tipo de técnica que facilite a compreensão da afetividade nos diferentes bairros e áreas e como a distribuição desigual do território agudiza o desequilíbrio social dentro das cidades. Seria interessante, por outro lado, uma abordagem dos processos participativos a partir de experiências práticas que facilitem a compreensão sobre as posições dos diferentes atores e sua comunicação, buscando formas e mecanismos que considerem essencial a participação da população local na toma de decisões.

Relativo ao estudo de caso abrem-se várias sugestões para continuar indagando. Existem escassas informações sobre a área em suas dimensões físicas, económicas, sociais, territoriais e ambientais. Um aprofundamento nestas questões seria de importante relevância para o reconhecimento da gravidade das condições de precariedade e vulnerabilidade na qual vivem os moradores da Itaipava que pareceria se multiplicar em várias favelas do Brasil. Desta forma, ficam expostas novas sugestões para continuar no conhecimento das favelas brasileiras a partir de diferentes abordagens, que visem pela compreensão tanto dos fatores ambientais, técnicos, económicos e sociais como dos fatores afetivos que influem no desenvolvimento dos habitantes das cidades os quais incrementam o desequilíbrio e acesso a oportunidades segundo o espaço geográfico onde cada cidadão habita.

7.

Referências bibliográficas

ANDREOTTI, Libero. **Situacionistas, arte, política, urbanismo**. Barcelona: ACTAR, 1996.

ARANTES, O.B.F. **Urbanismo em fim de linha**. São Paulo: Edusp, 2001.

Auditoria realizada pelo Ministério de Transparência sobre 189.763 unidades habitacionais do programa. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,quase-50-das-casas-do-minha-casa-minha-minha-vida-tem-falhas-de-construcao,70001654211>>. Acesso em: fevereiro de 2017.

BRASIL. Estatuto da Cidade, 2001 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em: setembro 2016.

CHOAY, F. **Urbanismo: Utopias e realidades**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

COLQUHOUN, A.; **La arquitectura Moderna. Una historia desapasionada**. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2005.

DEBORD, G. **Correspondance**, Vol "0": Septembre 1951 - Juillet 1957: Complete des "lettres retrouvées" et d l'index general des noms cites. Paris, Editorial Librairie Artheme Fayard, 2010.

DEBORD, G.; SANGUINETTI, G. **Thèse sur l'Internationale Situationniste et son temps**. Paris, Editora: Champ Libre, 1972.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo, trad. Estela do Santos Abreu. **Rio de Janeiro: Contraponto**, 1997.

_____. **Commentaires sur la société du spectacle**. G. Lebovici, 1988.

FREIRE, P. **A pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GROSSMAN, V. **A arquitetura e o urbanismo revisitados pela Internacional Situacionista**. São Paulo: Annablume, 2006.

GUATARRI, F. **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GUATARRI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografia do desejo**. Petrópolis. Editora Vozes, 1999.

GUIZZO, Iazana. **Micropolíticas urbanas: uma aposta na cidade expressiva**. Rio de Janeiro: UFF/ ICHF, 2008.

_____. **Os métodos de concepção do espaço comum: a participação em Christopher Alexander, Lina Bardi e Hassan Fathy.** Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2014.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes.** São Paulo: Martin Fontes, 2014.

HUSER, France. **les Lèvres nues.** Le Seuil, 2014.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades.** São Paulo. Martins Fontes, 2014.

JACQUES, P. B. (org.). **Apologia da Deriva: escritos Situacionistas sobre a Cidade.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

_____. **Estética da Ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica.** Rio de Janeiro. Casa da Palavra. 2001.

_____. **O grande jogo do caminhar.** Revista Vitruvius. 2013. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/12.141/4884>> Acesso em: dezembro 2016.

JAPPE, A. Guy Debord. California: University of California Press, 1999.

LEFEBVRE, H. "**Henri Lefebvre on the Situationist International**" entrevista de Kristin Ross publicado em October 79, 1983. Disponível em: <<http://www.notbored.org/lefebvre-interview.html>>. Acesso em: janeiro 2017.

_____. **O direito a cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LYNCH, K. **A boa forma da cidade.** Lisboa: Edições 70, 1999.

_____. **A Imagem da Cidade.** Martin Fontes, 2011.

Mensagem ao Congresso Nacional do presidente Michel Temer em 02/02/2017. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2017/02/em-carta-ao-congresso-temer-defende-aprovacao-de-reformas-para-tirar-o-pais-da-crise>. Acesso em: fevereiro/2017.

MONTANER, J. M. **Depois do Movimento Moderno.** Barcelona: Gustavo Gili, 1993.

MONTEIRO, A.C.R. **Textos Situacionistas.** Campinas: Revista Oculum, 1993.

NIMA PUC. Disponível em: <http://www.nima.puc-rio.br/sobre_nima/projetos/caxias/mapas_novos/Uso_e_cobertura_do_solo%20do_Municipio_de_Duque_de_Caxias.pdf> Acesso em fevereiro 2017.

PERINOLA, M. **Los Situacionistas.** Historia Critica de la ultima vanguardia del siglo XX. Madrid: Ediciones Acuarela. 2007.

ROLNIK, R. CONFERÊNCIA DE ABERTURA DO SEMINÁRIO URB FAVELAS. Rio de Janeiro, 2016.

ROSSI, A. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martin Fontes, 2001.

SADLER, S.; **The Situacionist City**. Cambridge e Londres: The MIT press, 1998.

SANTOS J. MONTANDON, D. (Orgs.). **Os Planos Diretores Municipais Pós-Estatuto da Cidade: balanço crítico e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011.

SANTOS, C. N.F. **Como projetar de abaixo para cima – uma experiência em favela**. Rio de Janeiro: Revista de administração municipal Nº156,1980, p.7-27

_____. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SOUZA, M. L. de. **Mudar as cidades**. Editora Bertrand. Rio de Janeiro, 2006.

STEYAERT, J. Jane Jacobs, a Rebel with a Cause. 2012. Disponível em: <http://www.historyofsocialwork.org/1961_ENG_Jane_Jacobs/2012%20SWS%20Steyaert%20on%20Jane%20Jacobs.pdf> Acesso em: fevereiro 2017.

TETO Brasil. Sítio web. Disponível em: <<http://www.techo.org/paises/brasil/>> Acesso em: 2 março 2017.

TETO Gestão comunitária. Disponível em: <<http://www.voluntariosteto.org/parquedasmissoes>> Acesso em: 6 dezembro 2016.

TORRES R., A. C. **Cartografia da ação social Região latino-americana e novo desenvolvimento urbano**. Argentina: Biblioteca Clacso. 2009. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/campus/poggiese/14torres.pdf>> Acesso em: 7 fevereiro de 2017.

VAZ, M. J. M.; PEREIRA É. M. **Imagens urbanas: diretrizes de planejamento e desenho urbano baseadas na leitura popular de espaços públicos**. Revista Brasileira de Gestão Urbana v. 2, n. 1. 2010.

WENDT.M. **The Importance of Death and Life of Great American Cities (1961)** by Jane Jacobs to the Profession of Urban Planning, 2009.

WOLLEN, P. **Situacionist and architecture**. Londres: The New Left Review, 2001. Disponível em <<https://newleftreview.org/II/8/peter-wollen-situationists-and-architecture>> Acesso em: dezembro 2016.

APÊNDICES

Apêndice 1

Questionário

Parte A

[Data – hora – lugar - nome do entrevistado – gênero e idade do entrevistado – tipo de casa – nome do lugar]

1. Há quanto tempo a senhora/ o senhor mora aqui? Morou sempre nesta casa?
2. Qual é a situação do terreno que habita? Tem documentação?
3. Como você denomina a rua onde esta localizada sua casa?
4. Gosta de morar aqui?
5. Existe, na favela, associação de moradores?
6. Conhece algum projeto que tenha realizado aqui?
7. Tem alguma organização que trabalhe aqui na Itaipava além da ONG TETO, caso tiver conhece algum projeto que tenham feito ou estiverem fazendo?
8. Participa de algum grupo ou associação comunitária? Caso a resposta seja sim, de que modo? Caso a resposta seja não, participaria?
9. Qual é a relação com seus vizinhos próximos?
10. Com que trabalha no seu cotidiano?
11. Da onde obtém a água que usam na sua casa?
12. Possui energia elétrica? Paga a conta ou é mediante conexão irregular?
13. Qual o tipo de banheiro que usam na sua casa?
14. Como é descartado o lixo produzido na sua casa?

Parte B

[Desenho do mapa]

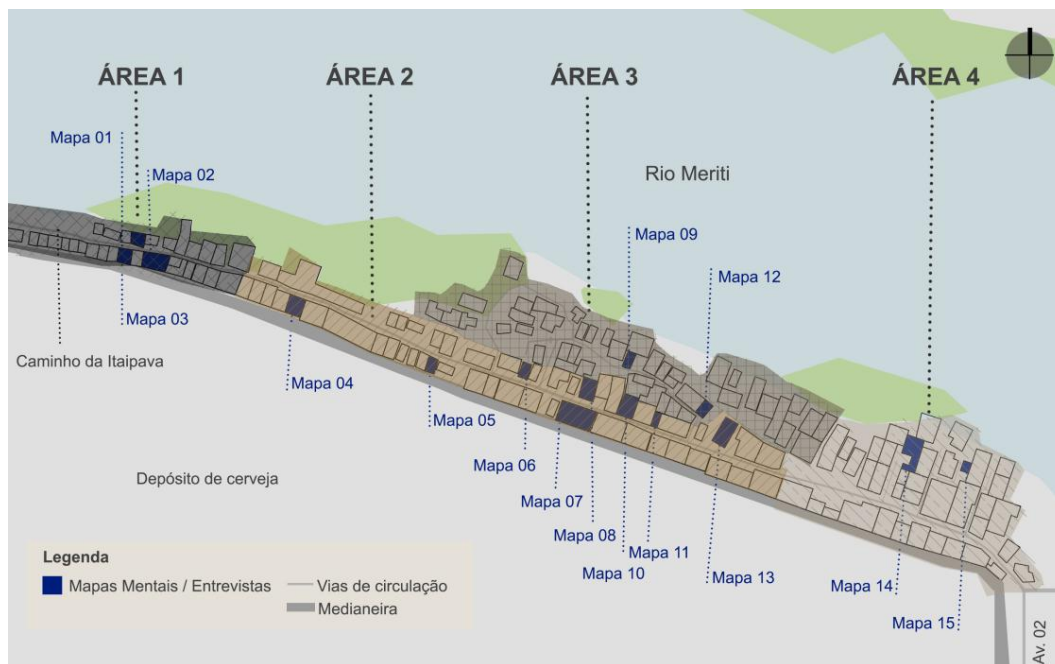
[Durante a segunda parte do questionário e enquanto cada entrevistado realizava o mapa foi se perguntando o significado de cada traço ou desenho]

15. O que primeiro lhe traz à mente, o que simboliza a palavra “Itaipava” para você? Em termos gerais, como descreveria Itaipava, fisicamente falando?

16. Gostaríamos que fizesse um mapa/desenho esquemático daqui. Desenhe-o como se eu não conhecesse a comunidade e a senhora/ o senhor me mostra as suas características principais.
17. Por favor, indique o trajeto que a senhora/ o senhor normalmente faz quando vai de casa para algum outro lugar. Imagine-se fazendo ele e descreva a sequência de coisas que percebe [Se achar necessário, pedir para o entrevistado acrescentar mais detalhes às suas descrições].
18. Agora, gostaria de saber quais elementos/lugares da Itaipava a senhora/ o senhor considera mais distintivos, os mais fáceis de lembrar. Algum lugar que seja simbólico para você.
19. A que sítios a senhora/ o senhor acostuma ir? Trabalho, compras, hospital, escola, etc.? Como chega até lá?
20. Se tivesse que escolher um sítio onde sente-se a fim de ir, qual seria?

Apêndice 2

Distribuição das fotografias no mapa por áreas



Mapa 9: Distribuição das áreas no mapa da Itaipava.

Fonte: Elaboração própria.



Nº Foto (ordem apresentada a no trabalho)	Foto	Localização no mapa
	Área 1	
Foto Nº 8		








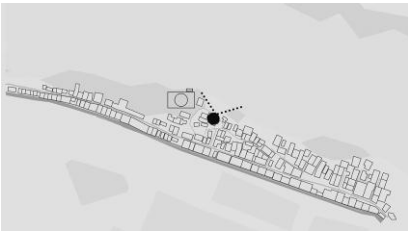



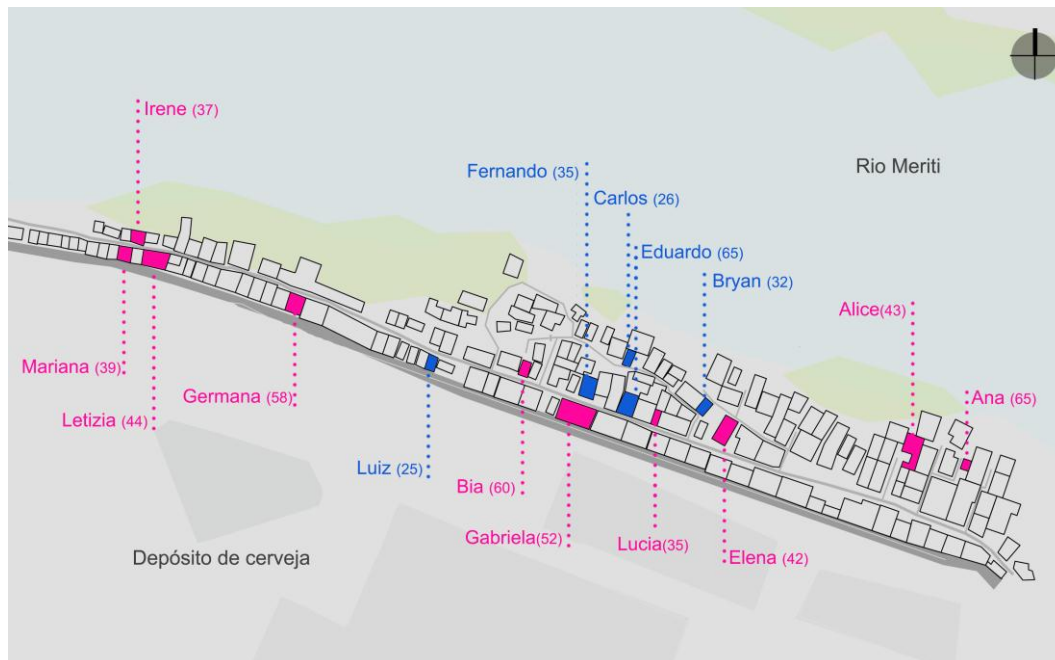
Foto Nº 9		
Área 2		
Foto Nº 10		
Foto Nº 11		
Área 3		
Foto Nº 12		

Foto Nº 13		
Foto Nº 5		
Área 4		
Foto Nº 14		
Foto Nº 15		

Apêndice 3



Distribuição das entrevistas no mapa.




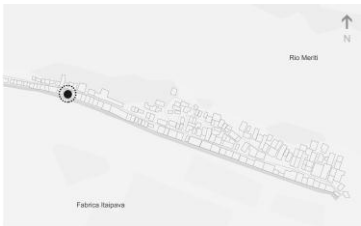
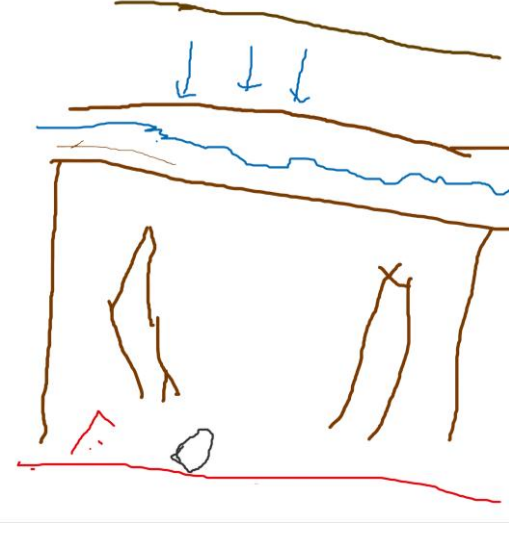



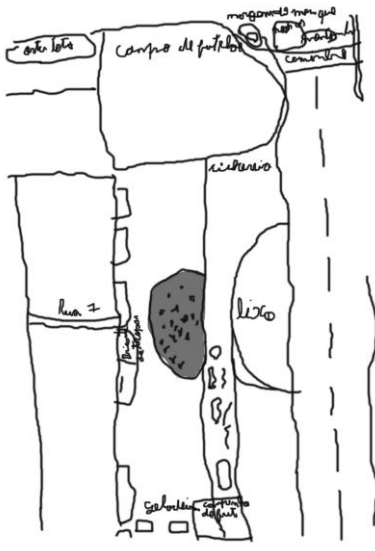

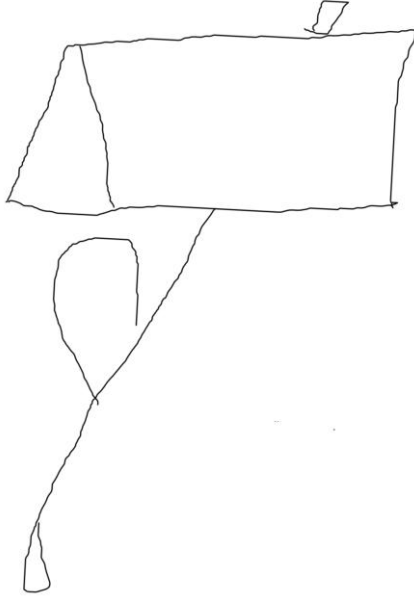

Mapa 10: Distribuição dos entrevistados no mapa da Itaipava.





Em azul os entrevistados de gênero masculino, em fúcsia as entrevistadas de sexo masculino. Em parêntese as idades de cada entrevistado.

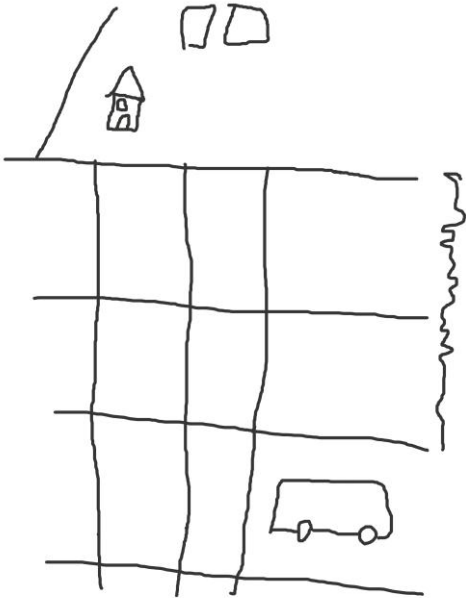

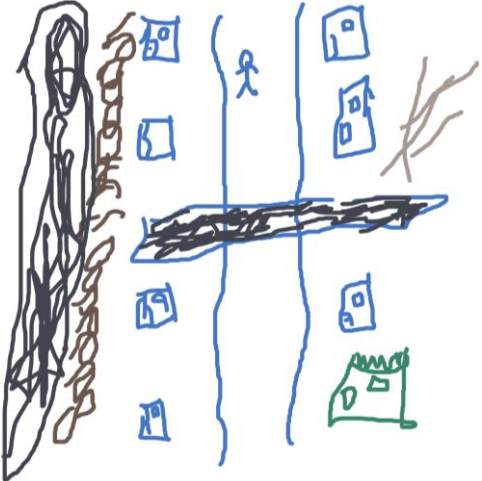



Fonte: Elaboração própria.

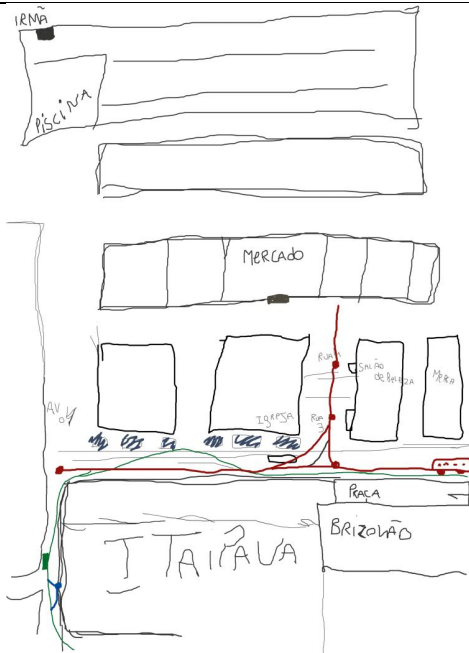





Nome Nº Mapa Mental	Desenho	Localização no mapa
Área 1		
Mariana Mapa Mental Nº1		

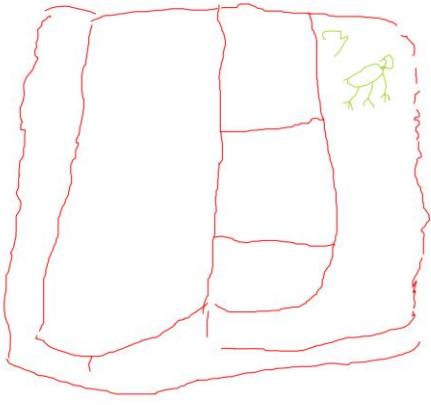

<p>Irene</p> <p>Mapa Mental Nº2</p>		
<p>Letícia</p> <p>Mapa Mental Nº3</p>		
<p>Área 2</p>		
<p>Germana</p> <p>Mapa Mental Nº4</p>		

<p>Luiz</p> <p>Mapa Mental</p> <p>Nº5</p>		
<p>Bia</p> <p>Mapa Mental</p> <p>Nº6</p>		

<p>Gabriela</p> <p>Mapa Mental Nº7</p>		
<p>Fernando</p> <p>Mapa Mental Nº8</p>		

<p>Eduardo</p> <p>Mapa Mental Nº10</p>		
<p>Lucia</p> <p>Mapa Mental Nº11</p>		
<p>Elena</p> <p>Mapa Mental Nº13</p>		

Área 3		
<p>Carlos</p> <p>Mapa Mental Nº9</p>		
<p>Bryan</p> <p>Mapa Mental Nº12</p>		
Área 4		
<p>Alice</p> <p>Mapa Mental Nº14</p>		

<p>Ana Mapa Mental Nº15</p>	 A hand-drawn mental map on a white background. It consists of several red lines forming a large, irregular rectangle. Inside this rectangle, there are several smaller, roughly rectangular shapes, some of which are further subdivided. In the top right corner of the main rectangle, there is a small green drawing of an insect, possibly a grasshopper or a frog, with its legs spread out.	 An aerial photograph of a neighborhood, likely in Rio de Janeiro. The image shows a dense grid of buildings and streets. A black dot is marked on the right side of the map. Labels in Portuguese are visible: 'Rio Meriti' at the top right, 'Fábrica Sagem' at the bottom left, and 'Fábrica Sagem' at the bottom center. A north arrow is located in the top right corner.
---	---	--